A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

JULHO — 73/JUNHO — 74 N.º 9




CNDDA

A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

Publicação N.º 9

Publicado pela CNDA
1974
Rio de Janeiro

NOSSA CAPA — CASTANHAIS — Bico de pena de autoria de Percy Lau

"CASTANHAIS"

(...........) "De crescimento moroso, o castanheiro frutifica aos oito anos e só aos doze produz normalmente. Quando adultos, podem dar cerca de quinhentos quilos de frutos por ano. (....) Geralmente a **Bertholletia Excelsa, H.B.K.**, floresce no mês de novembro e o crescimento completo dos frutos necessita de um período de quatorze meses. Ficam assim maduros em dezembro ou janeiro do ano seguinte.

A colheita se inicia quando todos os frutos começam a cair das árvores, o que se dá em fins de janeiro. É à época em que o trânsito por debaixo de um castanhal constitue um sério perigo, visto os acidentes que poderia acarretar semelhante imprudência. Além disso, as castanhas completamente maduras são as de melhor conservação. (...)

(...) Ao contrário do seringueiro, o castanheiro ou trabalhador dos castanhais trabalha nas "cheias" e descança nas "secas". E, como ele — segundo observou o Engenheiro Américo Leonidas Barbosa de Oliveira que visitou os castanhais de Marabá — descançam também as embarcações e o tráfego se paralisa. (...)

(...) As possibilidades econômicas dos castanhais são consideráveis.

O epicarpo dos ouriços serve para o fabrico de objetos uteis e de fantasia, e pode também ser aproveitado para defumar a borracha, como, outrossim, para combustível. As castanhas depois de secas e livres do tegumento fornecem de 50 a 67% de óleo, alimentar e agradável, outrora usado como sucedâneo do azeite de oliveira, quando não é aplicado na fabricação de sabões, em preparados farmacêuticos, na iluminação e maquinismos delicados. (...)

(...) Os castanhais constituem hoje um dos mais interessantes horizontes de trabalho na Grande Região Norte do Brasil, principalmente quando apresentam associações suficientemente densas para despertar intersse comercial. Sobretudo depois que os Estados do Amazonas e do Pará padeceram da grande crise da borracha, que afetou profundamente a estrutura econômica e financeira daquelas unidades federadas, coube à extração da castanha salvar a prosperidade dos mesmos. Ocupando a castanha o primeiro lugar na exportação de ambos os Estados, impôs-se não só como valor, mas como renda. Se em conseqüência da ocupação da planície pelos invasores encontrou a população aborígene — então refugiada mais para o interior — a subsistência nos castanhais, aqueles, isto é, os invasores, passaram a neles encontrar também a salvação para as suas finanças precárias, seriamente comprometidas, ou falidas, logo que experimentaram, por sua vez, os primeiros efeitos da queda da borracha. E não obstante a dolorosa experiência da exploração dos

seringais, o aproveitamento intensivo dos castanhais logo principiou também sem método e sem disciplina. E sem disciplina e sem método ainda continua. Nos de Marabá, o Engenheiro Barbosa de Oliveira surpreendeu em 1938 a mesma organização e o mesmo tráfico escandaloso outrora subsistente para a borracha amazônica. Nas condições atuais da exploração do vale amazônico, os castanhais, do ponto de vista da sua ocupação e do seu aproveitamento pelo homem, comportam-se como verdadeiros "oasis" do "Deserto Verde". — (José Veríssimo da Costa Pereira, in "AMAZÔNIA BRASILEIRA" — Ex— Excerptos da "Revista Brasileira de Geografia" — Rio de Janeiro — Instituto Brasileiro de Geografia e Estaística — 1944).

"O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações. Há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do País. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos haveremos de humilhar ou submeter à sua vontade".

José Bonifácio de Andrade e Silva

Patrono da Independência

1822

(*Palavras a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil*)

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Presidente de Honra

Professor Arthur Cezar Ferreira Reis

Presidente

Tácito Livio Reis Freitas

Sede Provisória: Avenida 13 de Maio, 13 — Grupo 1202 (ClubePositivosta)

Rio de Janeiro (GB)

OS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA*

Artur César Ferreira Reis**

Há dezenove anos, neste mesmo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que devemos à objetividade esclarecida do brasileiro admirável que é Gilberto Freire, grande intérprete da vida brasileira nos variados ângulos de nossa personalidade, inconfundível no quadro étnico-cultural do mundo, proferi palestra, que constitui a publicação avulsa número um, acerca dos "Aspectos Sociais da Valorização da Amazônia", empreendimento governamental da maior envergadura e cujos primeiros passos estavam sendo dados sob minha coordenação e comando. A experiência que se iniciava estava provocando o interesse nacional e continental. O que se pretendia apresentava proporções gigantescas. A ambição, nesse particular, não tinha medida. Jamais, em todo o mundo, fora tentada empresa com tamanha extensão e tão amplos desígnios. A lição de outros esforços por disciplinar regiões, humanizando-as e transformando-as era lição de muito pequena envergadura, face ao que o Brasil se aventurava realizar em prazo prefixado — vinte anos.

Dizia eu, então, concluindo a exposição:

"A Valorização Econômica da Amazônia, senhores do Instituto Joaquim Nabuco, é uma experiência em grande estilo, que vai significar a maturidade brasileira ou a sua imaturidade. Não é obra, evidentemente, de que se possam obter resultados a curto prazo. A recuperação, como tive ocasião de assinalar nesta conversa, envolve a solução de uma série de problemas. E entre eles, ponderantemente, o das condições sociais da região. Os

---

* Conferência pronunciada no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

** Historiador. Sociólgo. Professor Universitário. Ex-Governador do Amazonas. Membro do Conselho Federal de Cultura (MEC). Presidentede-de-Honda da CNDDA.

vinte anos que a Constituição fixou como teto mínimo têm, portanto, um sentido relativo. Podem autorizar apenas a constatação de que a política em execução é acertada ou não, deve ou não ser prosseguida. O fator tempo é importantíssimo. A área por recuperar representa dois terços do Brasil. Constitui um deserto. O que estamos iniciando objetiva vencer o deserto, criando vida e assegurando ao homem os padrões a que tem direito como força criadora e não como ornamento paisagístico".

O prazo fatal está a encerrar-se, conquanto tenha sido abandonado, por sua inexeqüibilidade e a certeza, que hoje possuimos, de que tais limitações temporárias não têm sentido. Que se conseguiu, perguntamos, no decorrer dele? Que resultados foram alcançados? Modificou-se a fisionomia agreste da Amazônia? Aquela natureza em estado de ser, "última página do Gênese", no dizer de Euclides, realmente perdeu aquelas características? O homem deixou de estar acampado e se realiza plenamente, dominando e possuindo o espaço físico, nele promovendo os grandes atos que reflitam sua decisão de vencer, de criar, de dignificar-se por sua dinâmica cultural?

O Brasil, na execução de uma política de integração menos lenta, política que mobiliza governo e povo, identificados na grande tarefa cívica e de civilização, numa consciência exata do papel que lhe está reservado no concerto universal, planejou e põe em funcionamento amplo programa que reflete aquela maturidade a que me referia, pensando, então, apenas em termos de Amazônia, quando hoje todos pensamos em termos mais amplos, em termos de Brasil-potência, não Brasil preocupado com hegemonias continentais, mas um Brasil desenvolvido, que venceu hostilidades físicas e humanas, assegurando-se uma nova posição no quadro continental e também mundial.

Na fixação e na implantação dessa política, a União, que tem a grande responsabilidade do todo nacional, numa função reguladora e coordenadora de nossa existência soberana, através de um organismo novo, o Ministério do Interior, que deve coordenar e comandar, materialmente, a grande ação integradora, insistamos na afirmativa, promove o aceleramento do processo de desenvolvimento, para pôr fim às distâncias, aos desequilíbrios entre regiões e desse modo realizando a integração total, na conformidade do que se estabeleceu na legislação pertinente.

Até ontem pensamos em atos esporádicos do poder pú-

blico, visando a este ou aquele aspecto da problemática brasileira. Hoje, nossa compreensão é outra — aceitamos a presença intensa, profunda, global, do Estado, porque a própria problemática está a exigir, proposta sem mais rodeios, nas ásperas verdades que a caracterizam, não mais a lentidão das soluções a longo prazo, mas as soluções prontas, imediatas, sem delongas prejudiciais, que satisfaçam e assegurem, aos brasileiros, a confiança em seus destinos e nas providências que as tomem, suficientemente amadurecidas e de acordo com o que há de mais atual no campo da tecnologia a serviço dos interesses culturais, solução que só o próprio Estado pode promover.

A Amazônia, que só agora, realmente, constitui preocupação nacional, provocando o interesse despertado de todos os brasileiros, crentes e conscientes de que ela é parte integrante do espaço físico, social, econômico e cultural do país, e não pode, em conseqüência, permanecer naquele estado de natureza em ser, está a exigir que a política do Governo tenha ímpeto e continuidade. Trecho de soberania do Brasil, conquanto também participe do complexo territorial sul-americano, como área de outras cinco nações vizinhas, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia e a Venezuela, a nossa Amazônia, não esqueçamos, vem sendo uma realização ininterrupta dos brasileiros, como sucessores dos portugueses que a criaram nos séculos XVII e XVIII, vencendo concorrentes ingleses, holandeses, franceses e espanhóis, que pretendiam possuí-la, por títulos jurídicos decorrentes de diploma internacional, o Tratado de Tordesilhas, ou pelo direito de primeira presença e conquista. Se é certo que as preocupações maiores do Brasil já foram, no passado, o Nordeste, o Centro-Sul e o próprio Sul, que lhe garantiram um suporte econômico indiscutível com a conseqüente armadura político-cultural, e só esporadicamente o extremo-norte mereceu atenção, nem por isso deixou de ocorrer uma ação humana impetuosa, de certo, modo, que preservou o espaço, manteve-o, procedendo a uma primeira ocupação e utilização, mesmo de forma primária, como aconteceu, das reservas que proporciona e provocam interesses suspeitos no exterior.

Recordemos que, encerrada a primeira fase desse episódio, verdadeiramente sensacional, do conflito do homem desarmado e dotado apenas do propósito de vencer a resistência do meio físico, conflitos com a natureza misteriosa e quase hostil, pensou-se numa interferência direta do Governo Federal para enfrentar o desafio. Elaborou-se plano, realmente admirável. Ano de 1912. Não foi, no entanto, posto em exe-

cução. Como decorrência de dispositivo constitucional, voltou-se ao planejamento em 1953. Ainda desta vez sem execução o que se consubstanciou em texto regular e tecnicamente preparado. Os programas anuais passaram a constituir o caminho a seguir, sem que, para executá-los, haja necessidade de um visto do Parlamento Nacional. A "Operação Amazônica", proposta no Governo no Marechal Castelo Branco pelo Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, restaurando ou aproveitando, sob novo figurino ou forma escrita, o que se continha no "Primeiro Plano Qüinqüenal", da malfadada SPVEA, aproveitado em muitas de suas partes nos programas setoriais dos Ministérios dos Transportes, Comunicações, Agricultura, Saúde, Educação e Cultura, importam na decisão nacional de não mais deixar de atentar para o que significava e o que era preciso nela fazer.

Legislação nova, em conseqüência, vem sendo expedida para regular a ação estatal. Que resultados tem provocado? Voltamos àquelas perguntas iniciais? De logo, no entanto, podendo adiantar que as transformações operadas na Amazônia são visíveis.

Não devemos esquecer, para começar, e poder compreender o que são essas mudanças, que a Amazônia representa quase dois terços do Brasil, isto é, mais de três milhões e meio de quilômetros quadrados, com população orçada em menos se 3,6 milhões com uma densidade de 1 hab/km2 segundo o último censo. É o maior espaço homogêneo do país, como é também o maior vazio da Terra. Mais: é de recordar que sua economia era baseada no extrativismo vegetal. Suas comunicações e a ocupação do espaço fundavam-se na utilização dos cursos fluviais da bacia amazônica. A terra possuída ou onde se realizava a vida diária era a das beiras dos rios e não as das áreas interiores, as chamadas "terras firmes" ou "terras altas", terras que escapavam à investida das enchentes. Os centros urbanos eram expressões um tanto vagas ocmo centros urbanos efetivos. A educação, a difusão cultural, não se processavam com facilidade, segurança e continuidade. Para o estudo do meio, seu inventário, existiam o Instituto Agronômico do Norte, o Instituto Evandro Chagas, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em começo de montagem, criado que fora em 1953. Além dos Estados Federados do Amazonas e Pará, mais os Territórios Federais do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá. Cogitava-se da elevação do Acre à condição de Estado. A União mantinha os serviços portuários de Belém, navegação do Amazonas e afluentes, estradas de ferro de Bra-

gança e Madeira-Mamoré. O Serviço Especial de Saúde Pública, criado no período da segunda guerra, como o Banco da Borracha, que passara a denominar-se Banco de Crédito da Amazônia, completavam a presença da União. Um Distrito Naval, uma Zona Aérea e uma Região Militar, a 8.ª, sediavam em Belém. Começava a abertura de aeroportos e a instalação de guarnições de fronteiras. O porto de Manaus permanecia em mãos de companhia estrangeira, a "Manaos Harbour Company". Os japoneses eram os estrangeiros que iniciavam colonização no Pará e no Amazonas. Não havia Universidade nem no Pará, nem no Amazonas apenas algumas Faculdades clássicas — Direito, Engenharia e Medicina, em Belém, Direito em Manaus. Em Belém, ainda, uma Escola Agronômica, com freqüência mínima. O comércio com o exterior era o mais inexpressivo. A borracha, com produção nativa sob fiscalização governamental, supria o mercado nacional, que a absorvia totalmente. A experiência Ford, no Tapajós, falhara. O governo federal passara a dirigir o empreendimento norte-americano em Fordlandia e em Belterra. A juta e a pimenta-do-reino estavam em início de produção, tarefa que devíamos aos japoneses. Manaus e Belém caminhavam sonolentamente. O parque industrial reduzia-se ao beneficiamento de castanha e borracha e pouco mais. O desânimo e o desencorajamento para o futuro eram a regra geral. As esperanças, poucas, fugidias. A resistência para a permanência compunha o que se poderia denominar de mais expressivo da dignidade da população regional, fiel à idéia de que a Amazônia era brasileira e como tal devia permanecer.

O inventário, que já provocara o trabalho de centenas de cientistas, nacionais e estrangeiros, como se pode verificar à leitura dos dois volumes da "Bibliografia", levantada pelo INPA e pelo IBBD, em ação conjugada, prossegue. O Projeto Radam que amplia esforço iniciado durante a guerra pela força aérea norte-americana, já está indicando novidades sensacionais acerca do solo e subsolo, ao mesmo tempo que enriquece o conhecimento geográfico de áreas até bem pouco sequer suspeitadas nas suas características e na sua própria existência física. Aqueles organismos de pesquisa a que nos referimos não cessom em suas atividades. Suas publicações informam do resultado das investigações a que se lançam. O INPA, com instalações magníficas, além de pesquisa no campo, está agora formando, em sua própppria sede, o pessoal de que carece, pondo fim, a certos aspectos, à grande pobreza de elementos qualificados, essenciais ao bom ondamento dos trabalhos. Técnicos estrangeiros também participam das tare-

fas. É de registrar a criação recente do Centro de Altos Estudos Amazônicos, na Universidade do Pará, destinado à investigação sócio-econômica e também à formação de quadros técnicos para as tarefas na região. Acrescente-se, como excelente contribuição ao reconhecimento da Amazônia, a participação do Instituto de Micologia, da Universidade Federal de Pernambuco, que realizou pesquisa intensa em solos amazônicos para verificar a presença de seres vivos que enriqueceriam om empobreceriam os solos regionais. Registre-se, ainda, o recente projeto da Cidade Científica Humboldt, projeto elaborado, com apoio dos Ministérios do Planejamento e do Interior, e Conselho Nacional de Pesquisas, pela Universidade Federal de Mato Grosso, centro a ser localizado em Aripuanã, objetivando também ao inventário da região. Por fim, cabe indicação, nesse particular, ao Programa do Trópico Úmido, recentemente instituído, como componente do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), regulado pelo artigo 4.º do Decreto n.º 70.552, de 17 de maio de 1972, o Programa do Trópico Úmido, destinado a coordenar a contribuição da Ciência e da Tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do Trópico Úmido e à preservação do equilíbrio ecológico da região Amazônica.

Tal programa objetiva não apenas dar continuidade às pesquisas que já vêm sendo realizadas por diversos órgãos do Governo Federal na região, mas conferir nova dimensão e sentido de organicidade ao programa ali realizado, sistematicamente. São as seguintes as características principais do Programa:

a) dá ênfase aos estudos com direta aplicação aos programas de colonização e produção agropecuária do PIN (problemas de solos, de práticas agrícolas, experimentação de culturas, etc.);

b) propõe-se esclarecer questões controvertidas, como a dos resultados do desflorestamento, no caso do PIN, no tocante a condições climáticas e ecológicas em geral;

c) busca soluções realísticas para problemas de conservação da natureza e controle da poluição ambiental;

d) visa a um maior conhecimento e controle de certas doenças humanas do trópico, como a "febre-negra", a febre-amarela, a malária.

Está o Programa dividido em seis subprogramas, compreendendo:

— Instalação do Centro de Pesquisas de Altamira e do Núcleo de Humaitá.

— Pesquisas sobre
— Florestas;
— Solos;
— Agricultura e
— Medicina Tropical.
— Treinamento de Pessoal

Mais recentemente, a Universidade do Estado da Guanabara estimulou e tem em organização uma Comissão Especial para Assuntos Amazônicos, a funcionar no Centro de Produção daquela Universidade, o CEPUEG, com o que pretende proporcionar instrumental e pessoal especializado, leboratórios, tendo em vista, prioritariamente, o exame da problemática climatológica e da problemática ecológica, plano ambicioso, pois que se alonga por vários outros campos que incluem, para exemplificar, a problemática da produção regional, a geologia, a hidrografia, a colonização, a infra-estrutura dos transportes.

No que diz respeito à preparação de profissionais para o extremo-norte, as duas Universidades, a de Belém e a de Manaus, como a mais recente, a do Acre, que dá seus primeiros passos, além daquele Centro na do Pará, mantêm-se fiéis às linhas de um processo educacional cássico, sem renovações e sem integrar-se na atividade criadora que deve partir da pesquisa. Universidades do Sul do país, em comportamento apreciável, em iniciativas ligadas ao Projeto Rondon, acampam e operam, estimulando e preparando as inteligências locais, em Óbidos, Santarém, Parintins, Alto Solimões.

A transformação da economia, ou antes, o aceleramento do processo de desenvolvimento econômico, tem cores novas. Um Seminário a ser realizado em Manaus, possivelmente em maio do ano em curso, promovido pelas classes empresariais da Amazônia Ocidental, isto é, o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, pretende trazer a sua cooperação ao Poder Federal, balanceando os prós e os contras da política do governo, para que se adotem novas práticas, mantenham-se muitas e corrijam-se outras. Através da legislação de incentivos fiscais, vêm sendo captados recursos financeiros para inversão em projetos aprovados pela SUDAM. A Zona Franca de Manaus, que durante algum tempo limitou-se à comercialização de produtos estrangeiros, o que valeu a removimentação de Manaus, quando se abriram mais de mil estabelecimentos comerciais e a vida passou a transformar-se materialmente, com construções novas que restauraram a grandeza material daquela capital, entra agora na fase de implantação do chamado "distrito industrial", onde se lançam os fundamentos de um

parque que utilizará a mão-de-obra local, a matéria-prima local e a que for importada, num mercado que pode alcançar as Amazônias dos países confinantes. O receio de que a Zona Franca comprometeria a segurança nacional, com o abandono do interior, a corrida para Manaus, não se tornou realidade. Porque as obras de infra-estrutura que se realizam nesse mesmo interior, com a abertura de rodovias, modificação do "status" dos pequenos centros urbanos mais distantes e a procura compensadora dos produtos vegetais, explicam a não-ocorrência da corrida desenfreada e a permanência de populações na hinterlândia, tanto mais quanto o "rush" a Manaus tem como protagonistas brasileiros de outras regiões que estão sendo atraídos pelo noticiário do emprego certo e seguro.

Falamos em matéria-prima vegetal. A orientação oficial, no sentido da preservação da natureza, como a defesa das espécies vegetais e animais selvagens, tem provocado insatisfação. Porque muito da economia extrativista característica da Amazônia, vê-se agora contida, regulada, impedida de expandir-se. No primarismo de sua concepção, os que comerciam com aquelas madeiras e peles de animais selvagens não se conformam e não compreendem o fundamento científico e de segurança universal que há nas intenções da legislação expedida e que lhes prejudica os negócios. Esse conflito entre o homem e a natureza tem história longa no tempo, na Amazônia. No período colonial, as espécies animais eram buscadas sofregamente. E as espécies vegetais também, conquanto houvesse, já, então, legislação protetora, decretada de Lisboa. Para exemplificar — a destruição de ovos de tartaruga, com o que se minimizava a reprodução de quelônios, para que com eles se fizesse o óleo ou azeite, para a iluminação de casas, pode ser aferida, na sua aspereza, pelos algarismos que José Veríssimo indicou.

Na abertura da rodovia Brasília-Porto Velho, segundo estatísticas divulgadas, foram sacrificados 10 milhões de árvores! O fato, relacionado agora com o rasgar das rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, vem provocando reclamações universais, sob a alegação de que comprometemos, com a extinção de trechos de floresta, a segurança mundial, pelo empobrecimento dos estoques de oxigênio, necessários à vida da espécie humana.

Falamos em duas rodovias que provocam o interesse e a curiosidade do Brasil e do estrangeiro. Seriam as duas maiores aventuras que o homem estaria promovendo na Terra, neste momento. Modificando a estrutura da existência amazônica, as duas rodovias encerram o período de dúvidas e de

experiências da conquista da "terra firme". A Belém-Brasília, apesar das reservas inócuas até de responsáveis pelos destinos do país, é hoje realidade, ligando Norte e Sul do Brasil, autorizando uma ocupação do espaço onde há, presentemente, além dos pequenos núcleos urbanos que surgem, as propriedades privadas que se implantam, criando gado e procedendo à lavoura de sustentação, totalizando a população ali permanente mais de um milhão de pessoas, com rebanho avaliado em 5 milhões de cabeças. Se, na Bragantina (Belém-Brasília), a experiêncai não fora apreciável, sob certos aspectos, as novas rodovias, que vencem distâncias, estão levando à ocupação de espaços interiores, sob os rigores de uma atenção especial pela localização de colonos e utilização da terra, para que não se repitam erros constatados naquela e na Belém-Brasília. Não se trata, portanto, com as duas rodovias, e as que com elas se encontram e compõem a grande rede de integração do mundo amazônico brasileiro, de empreendimento que comprometa o futuro e possa acarretar a maldição universal sobre nós.

As transformações que se operam na Amazônia são positivas. Procede-se à avaliação de seu potencial energético. Descobriram-se depósitos de minérios que valem como contestação a conclusões do passado, e já estão interessando capitais nacionais e estrangeiros, como é o caso do ferro de Caajás, avaliado em 20 bilhões de toneladas, e o sal-gema de Nova Olinda, que cobre extensão gigantesca, entre o Madeira e o Tapajós, constituindo, na espécie, o maior depósito até hoje encontrado. No campo da produção agropecuária, há iniciativas promissoras: abrem-se campos para a montagem de fazendas de criar, no Amazonas e no Acre. A lavoura de juta e pimenta-do-reino cresce. A borracha silvestre não é mais ponderante na tabela de exportação, e não sustenta, sequer, as exigências do parque manufatureiro nacional, o que está a provocar novas medidas de incentivo.

O processo de ocupação com a chegada de novos contingentes demográficos, amplia-se. Agora não são mais os nordestinos os que buscam a Amazônia. Também os paranaenses, que se localizam em Rondônia.

A preservação da natureza física e humana ocorre intensamente. O maior parque florestal do mundo foi agora criado no Pará, medindo um milhão de hectares. A FUNAI atua na defesa do patrimônio indígena.

Desejo, para concluir esta indicação, muito rápida, do que se opera na Amazônia pela intervenção direta do Poder Federal, deixar também meu depoimento sobre o papel que

as forças armadas desempenham. Os navios da flotilha do Amazonas sobem os rios, alguns dos quais pela primeira vez. Atendem às populações ribeirfinhas, com médicos, enfermeiras e remédios. A Força Aérea percorre a região em todos os sentidos, servindo ao transporte de passageiros, bagagens, enfermos, trazidos a hospitais e postos de saúde. Completam-se as duas em operação da melhor brasilidade, pois que asseguram, a grupos humanos espalhados na imensidão do espaço, atenções e a certeza de que as autoridades não as procuram apenas para lançar impostos, mas também para melhor regular-lhes o viver. As guarnições do Exército, não sediando mais apenas nas capitais dos Estados e Territórois, guarnecem as fronteiras imensas e despovoadas, iniciando-lhes a ocupação. Os grupos lá instalados não procedem apenas à atividade militar da preservação do territóio, mas garantem a presença de civis, que começam o esforço de colonização. No setor de engenharia, além das construções de residências e próprios para os serviços normais das unidades, enfrentam a floresta, participando da abertura de novas frentes de trabalho, com as rodovias que lhes foram atribuídas. Os caminhos que cortarão o Acre e os que levam de Manaus a Caracaraí, em Roraima, e depois à fronteira com a Guiana e a Venezuela, mais os que estabeleceram as comunicações entre Cuiabá e Santarém, são tarefas de que se desincumbiram ou se desincumbem, com êxito total. Um Comando Militar, em Manaus, coordena as operações, completadas com o núcleo de "guerra na selva", em que se preparam os que, na floresta, através dela, poderão, um dia, ter de atuar com severidade para garantir-nos na soberania que exercemos e de que não abdicaremos.

Um livro síntese de quanto se realiza na Amazônia brasileira é este que vos trago — "Transamazônica", de autoria do Coronel Darino Castro Rebelo. Há nele uma síntese magnífica da política que praticamos, os brasileiros, na Amazônia, que começamos a criar em 1616, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco lançou os fundamentos do fortim do Presépio, origem mais distante da cidade de Belém, que comandou o ímpeto, a decisão, a dinâmica que nunca nos faltou e valeu para que quase dois terços do Brasil fossem desbravados, conquistados e tornados espaços úteis, a refletir a civilização tropical que vimos elaborando, em resposta aos que nos negam e contestam os trópicos, com o nosso sangue, com o nosso amor, com o nosso civismo.

ESBOÇO DE UMA DIVISÃ ECOLÕGICA DA REGIÃO AMAZÔNICA *

Ernest Josef Fittkau **

A Amazônia, com sua topografia relativamente uniforme e situação exclusiva na zona climática tropical, possui uma estrutura ecológica e biogeograficamente equilibrada. Especialmente a região florestal da extensa planície amazônica, em sua situação equatorial, e na ausência de diferenças de altitude, o que condiciona um clima uniforme, apresenta-se sobremaneira homogênea. Entretanto, a Hiléia não se mostra como o espaço vital homogêneo tal como é geralmente considerada e representada. Muito embora faltem as barreiras de distribuição usuais para a maioria dos organismos, e o clima como fator biogeográfico essencial torne-se sem importância para limitações internas, apresentam-se notáveis diferenças regionais na flora e fauna. DUCKE e BLACK (1953) representaram resumidamente pela primeira vez as significativas diferenças fitogeográficas, chamando a atenção para o fato de que, na região da Hiléia, esta limitada pela ocorrência do gênero **Hevea**, a distribuição das espécies e das formas de vegetação dependem, em primeiro lugar, das condições do solo. A divisão da parte brasileira da Hiléia adotada pelos dois autores, a qual consiste em cinco setores determinados pela acumulação de espécies e gêneros endêmicos ou vicariantes, reflete, porém, mais a história do povoamento da planície amazônica, do que dá um quadro da estrutura ecológico-paisagística desta região. Sob o ponto de vista zoológico, as tentativas de uma divisão geográfica da floresta tropical reduzem-se até agora à sepa-

---

* Reproduzido de Asociación pro Biología Tropical, II Simposio y Foro de Biología Tropical Amazónica, Florência (Caquetá) y Letícia (Amazonas), Colômbia, janeiro de 1969. — Bogotá, 1971: 365-372.

** Membro do Max-Plank-Institut für Limnologie, Abt. Tropenökologie, Plön (Alemanha) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (I. N. P. A.), Manaus.

ração ocasional da Província colombiana e da região das Guianas do espaço amazônico propriamente dito.

No que se segue, procura-se apresentar uma divisão ecológico-paisagística da bacia amazônica. Sob ecologia da paisagem entende-se, no sentido de TROLL (1950), as "ligações específicas existentes entre os elementos da paisagem, como o clima, solo, regime das águas, vegetação e mundo animal". A macro-estrutura ecológico-paisagística da Amazônia mostra-se essencialmente determinada pelas condições geoquímicas regionais e, conseqüentemente, pela construção geológica da região. Portanto, somente sob a consideração deste fato, podemos chegar a uma compreensão mais aprofundada da composição e distribuição da flora e fauna da parte central da Neótropis.

A bacia hidrográfica do Amazonas é, como se sabe, geologicamente pouco diferenciada. O espaço central, a planície amazônica, é constituído consideravelmente por sedimentos continentais do terciário superior, areias e argilas, depositados em um mar de água doce interior, que aqui existiu durante o plioceno até o pleistoceno (cf. SIOLI, 1965). Ao norte e ao sul, esta bacia uniforme e plana é limitada por formações arcaicas que se elevam lentamente, os escudos das Guianas e Brasileiro, os quais são, em áreas restritas, parcialmente cobertos por camadas do paleozóico até o mesozóico. A leste, pelo contrário, próximo ao Amazonas, de ambos os lados do rio entre formações terciárias e arcaicas, jazem sedimentos paleozóicos marinhos, entre eles as chamadas faixas carboníferas. A oeste, na área pré-andina, os sedimentos centrais amazônicos confinam depósitos terciários e mesozóicos diferentes, que freqüentemente estão cobertos por aluviões quaternários. Nos sedimentos moles da área central amazônica cavaram o Amazonas e seus afluentes vales largos, que foram enchidos com material recente das respectivas regiões de origem.

O espaço central amazônico está nitidamente delimitado das regiões marginais geologicamente diferentes que o circundam. Os sedimentos de água doce de outrora, que o formam, foram fortemente lixiviados e dão solos extremamente pobres em sais minerais e micronutrientes. Em direção à periferia, nas regiões marginais, as condições edáficas tornam-se melhores, os solos mais férteis. Afloramentos de rochas ou aluviões recentes, originários das regiões montanhosas, representam uma fonte mais ou menos rendosa de sais minerais e microelementos indispensáveis, que faltam à paisagem central amazônica.

As regiões marginais amazônicas apresentam também, no entanto, em conformidade com suas formações geológicas diferentes, consideráveis diferenças no grau de fertilidade. Enquanto as formações de gnaisse e granito, em geral fortemente erodidos, dos antigos escudos ao norte e ao sul, representam ainda paisagens geralmente pobres, incluindo ocasionalmente regiões com sedimentos lavados, cujos solos quanto à pobreza quase não se diferenciam dos do espaço central, na região das faixas carboníferas e nas zonas pré-andinas encontram-se condições ecológicas ótimas.

Na Amazônia central, os sais nutritivos estão deficientes nas camadas superficiais do solo e acumulados na biomassa viva (CAMARGO, 1948). Reservas, que são liberadas através de subseqüente decomposição do solo, são extremamente reduzidas. Os sais, que aqui no entanto perdem-se para a paisagem no decorrer do metabolismo, e são drenados pelos igarapés e rios, podem ser talvez restituídos em grande parte pelas chuvas (UNGEMACH). A vegetação está adaptada de várias maneiras a estas condições extremas. Os frutos das árvores são extraordinariamente protegidos contra a devoração pelos animais e economicamente distribuídos. Aqui não cresce nenhuma das plantas úteis como **Bertholetia, Hevea** e **Swietenia.** As folhas velhas que caem das árvores, quase não contêm componente orgânicos que possam ser aproveitados por animais. A pobreza da fauna do solo parece quase caracterizar as matas da Amazônia central. Diplópodos, quilópodos, escorpiões e aranhas são em geral pouco numerosos e representados por pequenas espécies. Moluscos que têm conchas faltam completamente. A maior parte das formigas, cupins, anfíbios, répteis, aves e, não por último, também, os mamíferos são arborícolas. Roedores manifestamente terrestres ou semiaquáticos, especialmente as espécies maiores, faltam aqui ou são apenas escassamente representados. Além disso, existem muitos grupos animais que, tendo uma distribuição generalizada na Amazônia, são no entanto muito mais raros na região central do que nas áreas marginais. Deste modo, compreende-se a grande variedade de espécies ainda reinante também no centro, muito embora, com densidades de indivíduos baixíssimas.

As condições ecológicas extremas tornam-se especialmente nítidas no ambiente aquático da região central. As águas, tendo um pH em torno de 4,5, são tão ácidas e pobres em electrólitos como os solos, dos quais elas provêm. A pequena quantidade de sais nutritivos impossibilita uma produção primária notável. Nos igarapés e rios, faltam algas verdes e

uma flora fanerogâmica, com exceção de Utriculariáceas e **Thurnia,** nos igarapés. Nas corredeiras, encontram-se ocasionalmente Eriocauláceas semiaquáticas (**Tonina**) (Fitthan, 1967).

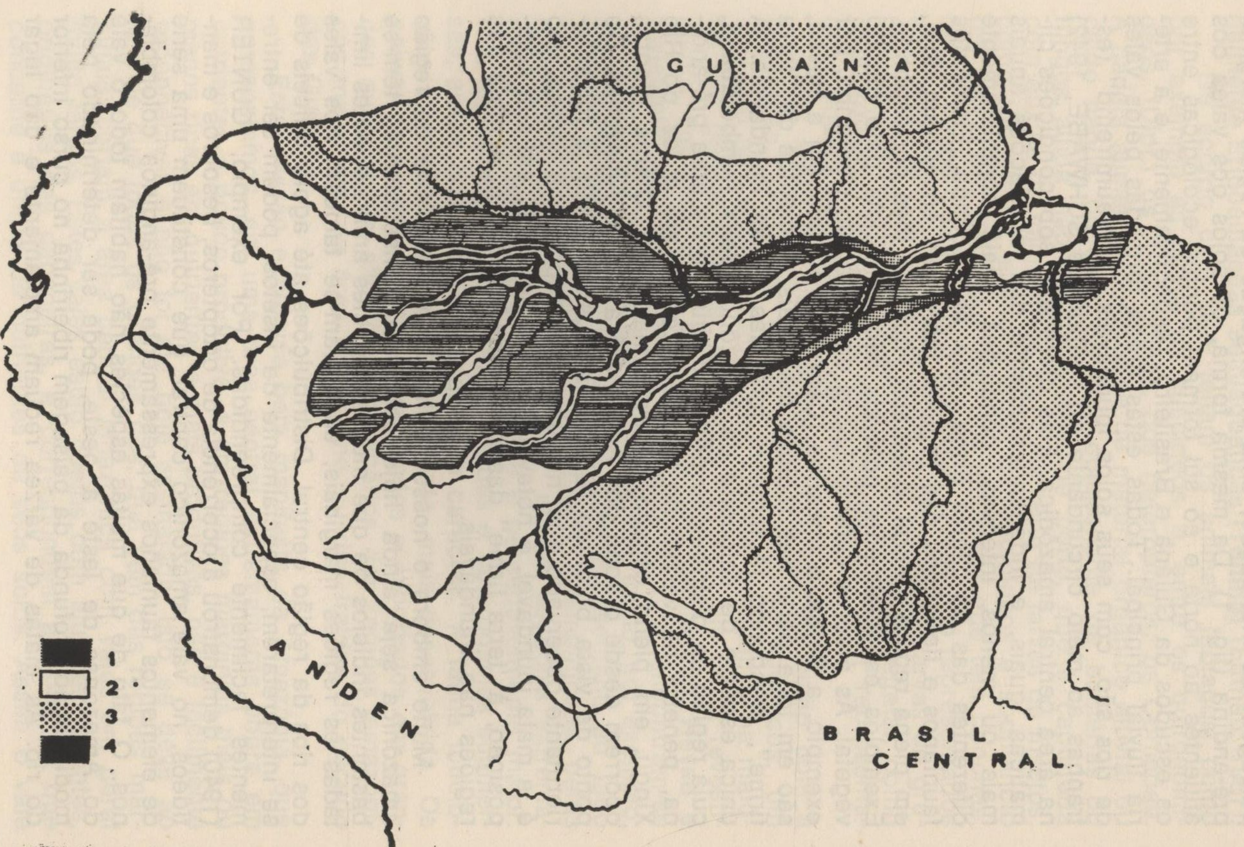
De acordo com isso, faltam os animais fitófagos, como por exemplo as larvas de culicídeos, e, entre os quironomídeos, (Dipt.) os Artocladinas, dos heterópteros, os Corixidae. A cadeia alimentar compõe-se de material orgânico aluvial ou caído nágua, ou seja, de uma componente de bactérias ou fungos ainda não estudada mais de perto, que é capturada com auxílio de microfiltros, por uma série de larvas de insetos, como tricópteros, efemerópteros, quironomídeos e zooplancto (cf. SATTLER, 1963). Ao lado dos moluscos que têm conchas, faltam também anfípodos e isópodos. Quase não representados são, entre outros, os ostracódios e hirudíneos. Larvas de grupos de insetos que vivem em geral de alimento vegetal, como efemerópteros ou também lepidópteros, são aqui representados também por espécies carnívoras.

Nas áreas marginais pode-se observar, em união com a vegetação, tanto nos meios terrestres como aquáticos, um aumento não só quantitativo mas também qualitativo na maioria dos grupos animais. As matas mostram um outro revestimento, em geral mais alto, para o qual **Bertholetia, Hevea e Swietenia** são características. Na fauna do solo, encontram-se moluscos com algumas espécies enormes, como, por exemplo, **Strophocheilus.** Os artrópodos do solo apresentam, ao lado de crescente densidade de população, exemplificada pelos diplópodos, quilópodos e aranhas, muitas espécies extremamente grandes. A riqueza silvestre é perceptivelmente maior. Nas águas encontram-se algas verdes e fanerógamas submersas, assim como lamelibrânquios e caracóis. A fauna ictiológica é, pelo menos quantitativamente, mais desenvolvida. Os peixes de aquário, que são capturados e exportados em grandes quantidades, são todos originários das regiões amazônicas marginais, da área pré-andina ou das fraldas do escudo das Guianas.

Esta divisão ecológica bem manifesta da Amazônia, que apresentamos, em uma área central extremamente pobre em nutrientes e pouco produtiva, e em regiões marginais mais ou menos ricas em nutrientes e mais produtivas, não é facilmente reconhecível e não foi até hoje assinalada. Isto se deve ao fato de que todos os grandes rios, que vêm das regiões marginais, cortam a área central amazônica com vales em geral muito largos. Estes vales estão cheios com aluviões recentes, originários das cabeceiras, e correspondem a estas no que concerne à oferta de nutrientes de seus solos. Assim o vale

Amazonas-Madeira, que às vezes atinge mais de 100 km de largura, representa biogeograficamente, com sua várzea ou paisagem de inundação, uma prolongação da região marginal pré-andina (fig. 1). Da mesma forma, os solos dos vales dos afluentes ao norte e ao sul formam pontes ecológicas entre os escudos da Guiana e Brasileiro, respectivamente, e a artéria fluvial principal. Todas estas áreas formadas pelos vales de rios são, com seus solos inundáveis, "umraumfremd" (estranhas ao meio circundante no sentido de SCHWABE, 1942) na área central amazônica. Elas oferecem, sob condições climáticas iguais, e independentemente das inundações anuais mais ou menos intensas, condições vitais completamente diferentes das da "terra firme" que as circunda. Elementos faunianos e florísticos das regiões marginais encontram aqui, em plena região central, o espaço vital que lhes corresponde. Exemplos especialmente notáveis são fornecidis pelo mundo vegetal. As árvores características da paisagem ribeirinha, por exemplo, a **Ceiba,** a imbaúba (**Cecrapia**) ou também a **Hevea,** são em toda parte nas regiões marginais elementos da "terra firme", crescendo lá também fora das zonas inundáveis. A única espécie de salgueiro da Amazônia, **Salix humboldtiana,** cuja região de distribuição principal situa-se na área pré-andina, penetra na várzea do vale amazônico até a foz do Rio Xingu, em pleno espaço central amazônico. Outras plantas ocorrem desde o sopé dos Andes até a foz do Amazonas. Do ponto de vista botânico (DUCKE e BLACK, 1953) já foi anteriormente observado que, no Amazonas superior, a várzea, isto é, a mata inundável, é notavelmente semelhante, em sua composição, à 'terra firme" das proximidades, isto é, à mata das regiões não inundáveis.

Muito embora o nosso conhecimento fauniano da região amazônica seja ainda hoje sobremodo insuficiente, têm-se bastantes indícios de que muitas espécies animais, antes limitadas às regiões marginais, encontram-se também nos vales dos rios da região central. Distribuições até agora difíceis de se interpretarem, especialmente de insetos, podem ser entrementes facilmente compreendidas. Por exemplo, GUNTER (1940) demonstrou a ocorrência de ortópteros, besouros e mantídeos, no vale amazônico central, que constituem uma série de elementos faunianos expressamente pré-andinos colombianos. O fato de que muitas espécies não habitam todo o vale do Amazonas de leste a oeste, pode ser determinado pela modificação profunda da paisagem ribeirinha no curso inferior do rio. As matas de várzea recuam amplamente e dão lugar


GUIANA
ANDEN
BRASIL
CENTRAL
1
2
3
4

a campos inundáveis, ou, nas desembocaduras de rios, a palmeirais.

Podemos admitir que, nas regiões marginais da Amazônia atual, sobretudo no âmbito do escudo das Guianas e Brasileiro, os quais hoje apresentam uma série de endemismos, situaram-se antigos centros de evolução da flora e fauna neotropicais. Mais ainda, que a partir destas regiões, a planície, em sua história variada, foi repetidamente colonizada. Paisagens montanhosas são, por sua própria natureza, mais fortemente diferenciadas quanto à ecologia do que as planícies, e apresentam um espectro maior de formas adaptativas, que estão muitas vezes fortemente ligadas aos diferentes níveis de altitude, e não os abandonam. As plantas e animais dos vales e das zonas férteis ao sopé das montanhas, porém, que dependem de uma oferta favorável de sais minerais e alimentos, encontram no espaço central amazônico um obstáculo à sua distribuição. Apenas os organismos adaptados às condições especiais da várzea podem avançar para o centro da Amazônia, descendo pelas zonas inundáveis dos rios. Os fatos ecológico-paisagísticos especiais desta região determinaram uma diminuição qualitativa e quantitativa da fauna e flora, a partir da periferia para o centro, e fazem com que a região central da Amazônia represente uma zona de empobrecimento em relação às regiões marginais.



Fig. 1 Divisão ecológica da paisagem florestal chuvosa na bacia hidrográfica do Amazonas.

1 — 4 Regiões onde dominam florestas pluviais tropicais altas.

1 Amazônia central, solos extremamente pobres em sais minerais, derivados de sedimentos terciários continentais, florística e faunianamente uma zona de empobrecimento; nas águas faltam moluscos com conchas calcáreas.

2 Região pré-andina e formações de terra inundável (várzea) de rios andinos e pré-andinos na área central amazônica. Solos ricos em sais nutritivos, em sua maioria derivados de sedimentos aluviais e diluviais de formações terciárias e mesozóicas, flora e fauna otimamente desenvolvidas.

3 Região marginal ao norte e ao sul da Amazônia, solos relativamente pobres em sais nutritivos, mais ricos nas áreas de afloramento. Geologicamente no âmbito das formações precambrianas dos escudos das Guianas e Brasileiro, os quais estão parcialmente cobertos por camadas paleozóicas e mesozóicas e por sedimentos arenosos recentes. Flora e fauna de moderadamente até bem desenvolvidas, pobre em moluscos.

4 Faixas carboníferas, formação rica em calcáreo no âmbito de sedimentos marinhos paleozóicos, flora e fauna otimamente desenvolvidas, rica em moluscos.

A TRANSAMAZÔNICA E O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO SOCIAL *

Lourdes Pimentel **

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:

Qualquer estudioso de problemas brasileiros, ao tentar se dedicar ao problema da Amazônia, e em particular ao da Transamazônica, depara verdadeira inflação de afirmações escritas e verbais a respeito da citada rodovia.

Quase diariamente a Imprensa informa sobre o andamento das obras que se realizam na Estrada, sobre o deslocamento de colonos para a Rodovia, visitas de autoridades

---

* Texto redigido em 1972.

** Socióloga do IBGE.

etc... Revistas de órgãos com atuação na área, expõem belas fotografias, acompanhadas de textos que não passam de propaganda, em geral. A par disso, editam-se publicações especializadas, como o Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (que focaliza sobretudo o problema da Colonização) e a Revista da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, "A Amazônia Braslieira em Foco", existindo ainda alguns livros que se preocupam em analisar a problemática da Estrada.

Embora haja bom lastro de informações, não se encontra nenhum estudo sistematizado relativo à problemática social da Estrada.

É esse o escopo do presente trabalho, se bem que ele permaneça em nível descritivo, uma vez que não se dispõe de dados estatísticos que permitam um enfoque analítico do problema.

Os últimos dados censitários datam de 1970, ano em que tiveram início os trabalhos de implantação da Estrada.

Com o objetivo de realizar o estudo nos moldes acima propostos, será tentada uma conceituação do que se poderia entender por integração social, para, finalmente, procurar-se aplicar o conceito em relação à realidade das populações envolvidas pela obra da Transamazônica.

I PARTE

1. INTEGRAÇÃO SOCIAL:

O problema da Integração Social em causa diz respeito aos contatos das populações, atingidas pela Estrada, com ordens sócio-econômicas que aí estão sendo implantadas.

Muitas investigações sociológicas, já realizadas, focalizaram as condições do contato sócio-econômico de populações que emigraram, com as sociedades adotivas. Convém lembrar, por exemplo, o trabalho de Juarez Lopes Brandão, em que se aborda o problema dos imigrantes nordestinos em São Paulo.

Atualmente, iniciou-se, inclusive, uma pesquisa do Ministério do Planejamento sobre o "homem da Transamazônica".

Pretendemos estudar alguns problemas ligados ao contato sócio-econômico das populações, em relação à Transamazônica, considerando especialmente os problemas sociais aí criados. Antes, porém, de discutir-se o objetivo deste trabalho, devem ser definidos os conceitos básicos e o método de análise a serem utilizados.

1.1 CONCEITOS BÁSICOS:

Já que o objetivo será a investigação do processo de integração social do homem da Transamazônica, cumpre inicialmente esclarecer: a) o que se entende por Integração Social; b) o que se entende por homem da Transamazônica.

a) Integração Social:

Embora sempre estejam presentes, nos pronunciamentos dos porta-vozes do Governo, frases como:

"O Ministro dos Transportes espera que, nos próximos anos, mais de 1.253 km da Transamazônica sejam concluídos, promovendo dessa forma uma verdadeira integração social e econômica entre o Norte e o Nordeste, através de uma rede básica de estradas..." (1), o conceito de integração social não chega a ser definido fala-se em bem-estar material e não-material, em revolução material e revolução social e humana. Apesar de não haver uma conceituação clara a respeito da integração social, pela análise de documentos oficiais podemos concluir:

"Integrar, para o Governo, é inserir o homem no processo produtivo, oferecendo-lhe simultânea assistência, em termos de infra-estrtutura econômica e social."

Aqui, logicamente, percebe-se o caráter unilateral do conceito, por não levar em conta que um processo de integração não pode ser simplesmente imposto a uma determinada sociedade, pois o mesmo, para funcionar como tal, implica em mútuas transformações, isto é, em modificações das estruturas em relação aos homens e dos homens em relação às estruturas.

Lembre-se, neste ponto, Mattelart, para quem a integração seria definível como "o fenômeno da participação do indivíduo na sociedade", participação esta que, por sua vez, poderia ser "passiva" (participação nos bens espirituais e materiais) e "ativa" (nos processos de decisão), sendo, a primeira, requisito básico para a ocorrência da segunda. (2)

Utilizando o conceito de Mattelar, afirmaríamos que a população atingida pela Transamazônica está ainda longe de se caracterizar por uma participação passiva.

b) O Homem da Transamazônica:

O homem da Transamazônica pode ser incluído em duas categorias distintas: os nativos — índios e caboclos —, e os imigrantes — operários e colonos.

O índios e caboclos —, e os imigrantes — operários e colonos.

O Índio — "descendente de populações aborígines que vive isolado ou em comunidade tribal, no "habitat" próprio, identificando-se com o meio e mantendo costumes e instituições tradicionais". (3)

O Caboclo — homem natural da Região Amazônica, que vive em núcleos esparsos à beira dos rios, mantendo-se economicamente de atividades extrativas.

O Colono — imigrante nordestino, encaminhado pelo Governo, ou, mais particularmente, pelo INCRA, para desenvelver o processo de colonização às margens da Transamazônica.

O Operário — imigrante nordestino, trabalhador estreitamente vinculado às firmas empreiteiras que constroem a Estrada, e encarregado do desmatamento e destocamento da área.

1.2. MÉTODO DE ANÁLISE:

O método de análise permanecerá em nível descritivo, como já explicamos na Introdução.

Para se saber se as populações da Transamazônica estão realmente integradas, seria preciso analisar dois momentos distintos, ou melhor, conhecer qual a sua situação antes e depois da construção da Estrada.

Em virtude da impossibilidade desse tipo de análise, uma vez que tudo, na Transamazônica, ainda está em fase de implantação, será adotado o critério oficial sobre integração — "inserção do homem no processo produtivo, com simultânea assistência, em termos de infra-estrutura econômica e social", e se tentará ver onde tal fato se verifica, ou não.

O fenômeno será examinado de uma perspectiva sociológica, se bem que, eventualmente, aspectos econômicos e geográficos venham a ser abordados.

II PARTE

1. AS POPULAÇÕES DA TRANSAMAZÔNICA E A INTEGRAÇÃO SOCIAL:

"Na teoria, o plano governamental é maravilhoso, mas, na prática, são muitas as desvantagens" — afirmava Dom Alberto Ramos, Arcebispo de Belém do Pará, no Seminário da CNBB sobre a Transamazônica. (4)

1.1 A INTEGRAÇÃO DOS ÍNDIOS:

Os indígenas vêm sendo dizimados há quatro séculos, no confronto com o branco. Colonizadores e bandeirantes procuravam escravizá-los; missionários tentaram defendê-los, internando-os em reduções, embora, em geral, também os pusessem a serviço das Missões, e, o que é pior, pretenderam (e ainda procuram) impor-lhes a cultura dos "civilizados".

Aumentaram, recentemente, os conflitos com os seringueiros, caçadores de peles selvagens e outras categorias de trabalhadores, freqüentemente relatados pela imprensa.

"A morte do índio, diz Irene Garrido Filha, pode acorrer por ataque armado, envenenamento ou pelo simples contato com os brancos, que lhes transmitem doenças, para as quais não têm defesas orgânicas. Além disso, o contato com o branco pode destruir completamente a organização sócio-econômica da tribo, por desconhecimento de métodos de como tratá-los". (4)

Há quatro séculos erguem-se vozes de protesto e em favor dos índios, vozes que são abafadas, ou nem chegam a fazer eco.

Em data próxima, divulgou-se pronunciamento dos irmãos Villas-Boas, declarando estarem cansados da luta "quase improdutiva" em defesa dos indígenas.

"O **extermínio dos índios,** diz Paulo Nogueira Neto, é atualmente uma expressão que deixa os brasileiros sensibilizados, principalmente quando parte do exterior." (5)

Levando-se em conta que a problemática indígena, em nosso país, vem da época da colonização, e agravou-se progressivamente, à medida que a "civilização" se estendeu, é mais que justo indagar: onde entraria o índio no programa de integração pretendido pelo Governo com a iniciativa da Transamazônica? É justo, sobretudo, se considerarmos que, em termos quantitativos, a população indígena localizada na área cortada pela Estrada é significativa.

São (segundo dados da FUNAI) 5.000 indígenas, divididos em tribos, das quais 12 vivem isoladas e 8 mantêm contatos intermitentes com os Postos da Fundação.

Cria-se o impasse: devemos deixar os índios à mercê da "civilização" e de todos os males que ela lhes traz, tentando integrá-los no processo de desenvolvimento, ou, simplesmente, evitar que os planos de expansão atinjam as populações indígenas, e sacrificar, deste modo, os demais povoadores da região?

Integrar ou não o índio, eis um debate em que se cruzam variadas opiniões. Para exemplificar, apresentamos três depoimentos de personalidades ligadas à política indigenista brasileira. (5)

— **General Bandeira de Melo** (Presidente da FUNAI)
"Os índios são, de fato, um patrimônio da Nação. Enriquecendo profundamente a nossa cultura, através dos anos, os índios nos têm legado uma série importante de traços já incorporados à nossa comunidade; os índios jamais são obstáculo ao progresso, porque eles devem participar desse progresso. Os planos de desenvolvimento regional devem levar em conta o grau adiantado de aculturação dos grupos indígenas existentes, de modo a engajá-los nos programas elaborados, ajudando-os a desenvolver o rendimento de suas próprias terras, bem como aumentar seus conhecimentos e melhorar suas condições de saúde e alimentação."

— **Paulo Nogueira Neto** (Professor de Zoologia da USP)
"Ninguém pode negar os benefícios da civilização. É preciso, porém, que os índios tenham acesso a tudo isto sem perder a sua própria identidade, até mesmo seus costumes. Não se deve massacrá-los culturalmente, porque o resultado é despersonalizá-los, transformá-los em párias de uma sociedade que os despreza e com a qual eles não podem competir. Aculturar índios para vê-los na miséria e na prostituição, doentes e bêbados — será que alguém pode pretender isso? Certamente ninguém quer essa situação, mas ela tem sido, repetidamente, o resultado de nossa política indigenista."

— **Francisco Meireles** (Delegado da FUNAI)

"Se o Governo não tem condições de resolver o problema do índio na mata? O Governo procura conciliar a sua política de expansão com a integração do índio. Ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado. 90% da população brasileira estão marginalizados, o índio não conseguirá um lugar melhor que a maioria dos brasileiros".

A princípio o Governo pensou em utilizar os índios nas obras da Estrada: "Os índios poderão ser contratados para o trabalho de construção, desde que recebem, pelo menos, salário mínimo regional e completa assistência médica e alimentação". (7)

No entanto, a política adotada pela FUNAI, em relação à população indígena, foi a de transferir os índios pacificados

para as reservas e parques a eles destinados pelo citado Órgão.

Acontece que o contingente indígena da região pela qual passará a Estrada, como vimos anteriormente, se compõe, também, de tribos que nunca tiveram o menor contato com os "civilizados". Tais tribos, naturalmente, se embrenharão cada vez mais na floresta, sem que, entretanto, logrem fugir aos perigos da "civilização", que, verdadeiramente, os persegue.

Os índios transferidos para as reservas, e parques, também não terão destino muito feliz. De experiências já realizadas, nesse sentido, no Brasil, resultou um saldo trágico, conforme procuraremos arrolar nos itens abaixo:

a) Problema de ambiente: confinados em outras terras (reservas), os índios não se adaptaram às novas condições (de clima, caça, pesca) e foram perecendo gradativamente.
b) Problema cultural: o fato da presença de várias tribos, de costumes e hábitos diferentes, convivendo na mesma reserva, no que se poderia chamar de "promiscuidade cultural", também contribuiu para o fenômeno negativo em tela.
c) Problema da terra: os índios sempre foram vítimas de tão pouca atenção, que as áreas a eles destinadas são desrespeitadas, e muitas delas não têm os limites efetivamente demarcados.

Sobre o último item, façamos uma análise mais detalhada:

Embora o artigo 198 da Constituição de 1969 assim preceitue: "As terras habitadas por silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito exclusivo a todas as utilidades nelas existentes" — na realidade o que acontece é bem diferente.

Um caso gritante de desrespeito a terras indígenas explodiu há pouco tempo na imprensa, quando da construção da BR-80, que atravessou o Parque Indígena do Xingu, onde os Irmãos Villas-Boas desenvolveram um trabalho profundamente humano. (5)

As terras dos índios cadiuéus, no Sul de Minas Gerais, chegaram até a ser arrendadas. (8)

Mais recentemente, o "Jornal do Brasil" (19-11-72) publicou o seguinte artigo:

"ÍNDIOS SURUÍS VIVEM CICLO DE DECADÊNCIA APÓS 2 ANOS DE CONTATO COM O BRANCO"

São Paulo (Sucursal) — A escassez de caça e a desagregação tribal, pela presença maciça do homem branco na região, através das companhias de colonização e de mineração, estão fazendo com que os índios suruís, do Parque Indígena do Aripuanã, já comecem a viver — após pouco mais de dois anos de contato — um ciclo de virtual decadência.

A FUNAI anunciou há dois dias que os cintas-largas, da mesma região, voltaram a manifestar amizade pelos sertanistas, que novamente buscam atraí-los, mas notícias de Porto Velho dão conta de que os suruís — pouco mais de 500 – estão-se desagregando e morrendo de fome crônica e doenças transmitidas pelos brancos, que pouco a pouco estendem os limites de suas posse à área federal do Aripuanã.

Mudança

Pacificados pelo sertanista Apoena de Meireles há pouco mais de 2 anos, os orgulhosos suruís, consangüíneos dos cintas-largas, passaram a conviver nas proximidades do Posto Sete de Setembro, dentro do Parque Indígena do Aripuanã.

Com o afastamento de Apoena da direção do Parque, no ano passado, principalmente em razão de suas denúncias contra a invasão da área do Parque pela Colonizadora Itaporanga, a situação desses índios sofreu uma mudança. Submetidos à orientação de funcionários pouco experientes da FUNAI, os suruís vão aos poucos deteriorando seus costumes. A desagregação tribal já é uma evidência. Eles passaram a vagar em bandos esparsos pelas vilas de Riozinho e Pimenta Bueno, em Rondônia, mantendo contato com toda sorte de gente e submetendo-se à curiosidade do civilizado, em troca de fumo e aguardente.

Fome e Morte

Segundo funcionários da 8.ª Delegacia Regional da FUNAI, em Porto Velho, a situação dos suruís é de extrema penúria no momento. Essas mesmas fontes revelam que o índice de mortalidade na tribo aumentou assustadoramente nos últimos seis meses.

— Estão morrendo às dezenas adultos e crianças. E já em vida o seu aspecto é cadavérico — revela um funcionário,

acrescentando que a construção de campos de pouso no Parque, para atender os interesses da companhia de mineração, e a invasão sistemática das colonizadoras, principalmente a Itaporanga, praticamente afugentaram a caça da região, provocando verdadeira epidemia de fome entre os dóceis, mas orgulhosos suruís.

As mesmas fontes garantiram que a situação dos cintas-largas não é tão normal como tenta fazer crer o noticiário divulgado há dois dias pela FUNAI. O Posto Roosevelt teve de ser evacuado em razão de uma ameaça por parte dos cintas-largas. A situação está tensa, apesar de os índios haverem recolhido os presentes oferecidos pelos funcionários que atuam na área. Essa aceitação dos brindes, na verdade, significa pouco, pois o comportamento dos cintas-largas tem sido quase sempre imprevisível."

A tudo isso junta-se a deficiência em pessoal especializado e devidamente capacitado para dirigir os trabalhos nos parques e reservas indígenas.
Estaríamos fora da realidade, se fôssemos contrários a que o progresso atingisse determinadas regiões do país, onde existem populações indígenas. A nosso ver, a criação de reservas e parques é realmente a solução mais viável e eficaz para evitar que se alie ao progresso, irremediavelmente, a contingência da "desintegração". A política adotada pelo Governo, em relação aos índios da Transamazônica, foi, sem dúvida, a mais complacente. Não procuraríamos questioná-la, se não se permitisse, no país, a prática de atos espúrios e criminosos contra os indígenas, que, a cada dia, estão mais expostos ao extermínio.

Nota — Muitas das opiniões acima apresentadas, sobre o problema do índio, são o resultado de estudo que elaboramos, em 1970, para o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, e que se intitulou: "A Política Indigenista Brasileira".

1.2 A INTEGRAÇÃO DO CABOCLO

A Amazônia, uma das regiões geopolíticas em que se divide o país, é formada por 3 Estados (Amazonas, Pará e Acre), partes do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso, e 3 Territórios (Roraima, Rondônia e Amapá). Ocupa uma área de 4.981.000 km2, equivalente a 58,52% da área total do Brasil.

A população é de 7.183.282 habitantes, representando 8,02% do total da Federação. (9)

O homem da Amazônia, vivendo em núcleos esparsos, à beira dos rios, mantém-se, economicamente, de atividades extrativas, que mal dão para o seu sustento. Em relação ao extrativismo do látex, por exemplo, que a autora conhece mais detalhadamente (como resultado da realização de estudos em 3 municípios da Amazônia), e que constitui uma das atividades mais importantes da região, constata-se o seguinte: o poder econômico e social do seringalista (dono dos seringais) tem sido tradicionalmente mantido como conseqüência da exploração dos seringueiros. O preço e o pagamento do trabalho destes são estipulados pelo patrão. Raramente há margem para a remuneração em dinheiro, pois, na maioria das vezes, seu "crédito" se esgota no sistema do "barracão", armazém em que o seringueiro adquire, das mãos do patrão, obrigatoriamente, os gêneros alimentícios, utensílios etc., de que necessita.

"A falta de assistência, a insegurança e a exploração, estão provocando no interior da Amazônia o maior exôdo já conhecido — que nos últimos 5 anos chegou a 40% — com o abandono dos seringais e a invasão das cidades pelas levas de migrantes subnutridos e desorientados". (10)

A única fonte de abastecimento do caboclo é o "regatão". Trata-se do comerciante que, com seu barco, fornece às populações ribeirinhas, trazendo-lhes mercadorias das cidades maiores ou, quase sempre, das capitais, e levando de volta produtos da região. Vale salientar que o caboclo proporciona um lucro médio de 100% ao regatão.

Para Djalma Batista, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), "o homem amazônico, quando não é um morto a fome, é um subnutrido". Para ele, "o pano de fundo das doenças epidemológicas da Amazônia é a alimentação: a local e a importada. Esta, nem sempre está em boas condições e é cara, fora do alcance da maioria. A da terra não é para o ano todo tem a época da enchente, em que a caça some e o peixe foge". (5)

Mas, de qualquer forma, a pobreza do caboclo da Amazônia não pode ser comparada à miséria do nordestino, que sofre em condições sub-humanas de trabalho e de vida. (11)

O caboclo ainda conta com a alimentação resultante da caça e da pesca; o nordestino tem de contentar-se com o consumo da farinha, que, esporadicamente, é acompanhada de um pedaço de carne seca. Referimo-nos aqui, sobretudo,

ao nordestino da Zona da Mata, cuja situação conhecemos de perto.

Agora, com a abertura da Transamazônica, e a inexistência de planos de efetiva assitência à população nativa da área, o caboclo perdeu sua "paz", e vê-se na iminência de emigrar, pois as condições de vida em suas cidades tornaram-se insuportáveis.

Sobre o problema da integração do caboclo da Amazônia, ante a iniciativa da Transamazônica, em toda a bibliografia que levantamos para este trabalho, encontramos apenas uma referência ao assunto, aliás em palavras veementes. Na entrevista de 12 horas que o Presidente do INCRA concedeu à "Realidade", podemos ler: "Vamos criar núcelos de exploração silvestre. Onde existirem castanhais, lotearemos as margens da Estrada para os caboclos da região e os colonos de fora. Com esses núcleos, o INCRA pretende incentivar plantações racionais, além de garantir o justo preço da produção, acabando com a exploração sobre os miseráveis caboclos que vivem em regime de escravidão, trabalhando para seus patrões a troco de quase nada". (5)

Objetivando estudar o problema do caboclo quanto à integração pretendida com a Transamazônica, tomaremos como amostra a cidade de Altamira, a chamada "capital da Transamazônica".

I — Altamira antes da Transamazônica:

Altamira se situa no Estado do Pará, na micro-região do Xingu, formada pelos Municípios de Altamira e de São Félix do Xingu, caracterizada por um clima quente. Em Altamira e na sua área próxima, a estação seca é mais pronunciada.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropastoris do Nordeste, foram encontrados, na área de Altamira, solos semelhantes à terra roxa, com grandes possibilidades agrícolas.

A agricultura, na região, era incipiente; cultivavam-se cereais, no sistema de roças. Em Altamira, parte da produção de arroz, feijão, milho e mandioca era comercializada; em São Félix do Xingu, ao contrário, toda a produção se destinava ao consumo local.

O extrativismo (borracha e castanha-do-pará), desenvolvido em grandes propriedades, constituía a atividade de maior importância da região, e se destinava a Belém.

A baixa densidade demográfica resultava da atividade dominante, de simples coleta, e da dificuldade de acesso à região.

Chegava-se a Altamira por terra, a partir de Vitória (povoado próximo), onde termina a navegação normal do Xingu. Altamira era o núcleo urbano mais importante da região.

Com 160.000 km2, igual a 8 vezes o Estado de Sergipe, em 1960 contava com 9.479 habitantes, que em 1970 passaram a 15.428, dos quais 5.816 se localizavam na Zona Urbana e 9.618, na Rural. (13)

Segundo a revista "Rodovia" (julho/agosto de 1972), Altamira teve 3 momentos econômicos: "O primeiro deles ocorreu de 1918 a 1925, quando os "soldados da borracha" chegaram a vender 2.540.000 quilos por ano do produto, a 18 mil réis a unidade. O OURO DO XINGU enriqueceu muitos e promoveu, em Altamira, festas monumentais.

Em 1928, o quilo da borracha caía, na região, para 200 réis, havendo o abandono de atividades extrativas. Ao abandonar a cidade, seguiu-se o período de pobreza, que perdurou até 1940, quando a Segunda Guerra Mundial voltou a valorizar a borracha da Amazônia. Os "soldados da borracha" surgiram novamente, mas já em fins de 1945 a cidade voltava a ficar deserta.

A Transamazônica, instalada em 1970, criaria então o terceiro momento econômico para Altamira". (14)

Na realidade, se analisarmos as cifras de crescimento, população, casas comerciais, produção agrícola, crédito bancário, habitação, ou mesmo casas de diversões, sem relacionar tais aspectos com os danos e os resultados desintegradores que recaem sobre a população, poderemos não só chamar a atual situação de "terceiro momento econômico". como considerá-lo um dos resultados mais importantes da Transamazônica.

II — Altamira depois da Transamazônica:

Para efeito de análise, destacaremos alguns itens, com os quais tentaremos captar o problema da transformação que ora se verifica no Município.

a) População:

Existem mais 10.000 habitantes na Zona Urbana do Município, agora com 15.000 habitantes, ou seja, com o triplo do número assinalado no Censo de 1970.

b) **Habitação:**

Conseqüentemente, o problema habitacional tornou-se seríssimo, como bem atestam as palavras do Prefeito de Altamira: "Mas o problema maior é a procura de áreas dentro da cidade. Tenho 160 pedidos de lotes residenciais, na maioria de gente rica, e estou em dificuldades para atender". (6)

Na pensão local, há 2 anos, era de 6 cruzeiros a diária completa. Agora, passou a 50 cruzeiros.

Uma casa modesta, em Altamira, é alugada por 800 cruzeiros, e começa a surgir uma favela na periferia da cidade, a Nova Brasília.

Os antigos habitantes vendem os seus barracos, que são transformados em casas comerciais.

c) **Comércio:**

"Mais de 50 lojas, sem ter ao menos prateleiras ou vitrines, vendem pelos preços mais disparatados os mais variados e coloridos produtos das fábricas de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Rio, trazidos pelos caminhões da Belém-Brasília e, em seguida, pelos navios, barcos e balsas que de Belém descem o rio Tapajós até o pequeno porto de Vitória. Por outro lado, vendinhas brotam de um dia para outro em terrenos municipais, ao que o Prefeito diz "fechar os olhos" para ajudar o povo de Altamira a, pelo menos, ganhar alguma coisa". (6)

d) **Abastecimento:**

"Os preços dispararam. Em Altamira não existe tabela de preços. Cada um cobra o quanto quer: um copo de leite custa Cr$ 1,00; uma galinha, de qualquer tamanho ou peso, custa Cr$ 20,00; um ovo, Cr$ 0,60; um quilo de carne, de Cr$ 15,00 a Cr$ 25,00, dependendo da qualidade. Gêneros alimentícios e remédios são artigos de luxo: só os privilegiados podem adquiri-los. Os habitantes da região exploram a caça, a pesca e a farinha de mandioca. O povo se alimenta de peixe e farinha". (15)

e) **Diversão:**

O Clube Paroquial João XXIII foi transformado em cinema. Instalaram-se, na cidade, uma "boite" de luz negra, a Aquarium, e várias gafieiras.

Prostitutas chegam de avião, no fim da semana, vindas de Santarém (outra cidade do Pará, a 300 quilômetros).

f) **Crédito Bancário:**

Segundo o gerente da Agência local do Banco do Brasil, "o crédito rural solicitado equivale ao montante do resto do Estado do Pará. Entre os solicitantes, há gente sem nenhuma tradição agrícola, que recebeu 100 ha do INCRA e com isso já acha que fez a sua independência, que já é fazendeiro, e não precisa mais dar duro. Particularmente os que vieram de muito longe, do Nordeste ou do Sul, e que trabalhavam como empregados braçais. Os riscos do crédito agrícola são, assim, muito grandes". (6)

Houve o caso de 2 colonos que tiveram de deixar o Município por fraude bancária.

g) **Saúde:**

Altamira conta apenas com 2 hospitais: um é do Ministério da Saúde e outro, do Ministério do Trabalho. Um problema novo na área da saúde, e de difícil solução, até mesmo nas grandes capitais, pois requer tratamento delicadíssimo, é o da esquistossomose.

"Trazida pelos colonos e trabalhadores nordestinos empregados na construção da Transamazônica, a esquistossomose penetrou na Amazônia e já começa a preocupar as autoridades do Ministério da Saúde. A denúncia foi feita pelo coordenador da Operação Osvaldo Cruz, o médico Brito Bastos, durante uma reunião da Comissão de Coordenação das Atividades do Ministério do Interior, em Belém". (15)

h) **Escoamento:**

Quartel General das obras da Estrada, centro de triagem dos trabalhadores, Altamira terá também a responsabilidade de promover o escoamento de uma safra calculada em 1.500 sacas (de 70 quilos) de arroz, feijão e milho, o que (pelo menos por enquanto) será feito pelo rio, com a utilização dos mesmos recursos que serviam à minguada economia que se baseava na exportação do látex, da castanha-do-pará e das peles de animais. Para os colonos do Nordeste e do Sul, este escoamento é fundamental.

i) **Infra-Estrutura Básica:**

O Município não possui rede de esgoto; e a energia elétrica é deficiente. Não existe uma só rua calçada, problema que, até 1970, não era muito notado, pois, naquela ocasião, circulavam apenas dois carros. Agora, no entanto, são mais de 600.

j) **Situação Judiciária:**

A inexistência de ladrões, ou criminosos, em geral, na cidade, antigo orgulho dos velhos habitantes, pertence ao passado. O cárcere local, que guardava, por ano, um preso, conta agora com 23 detentos.

Para finalizarmos, transcreveremos trecho de uma reportagem da revista "Manchete", em que se procura caracterizar o fenômeno que atinge Altamira e outros Municípios da Amazônia, após a implantação da Estrada:

"Muitos chegam ali para ficar, e não me refiro aos COLONOS, definitivamente instalados nas agrovilas, e que tratam logo de ir erguendo, na periferia das cidades maiores (Estreito, Marabá, Altamira), casas de "sopapo" e palha. Em Altamira, durante apenas um mês, toda uma rua nasceu assim — os casebres crescendo da noite para o dia, como cogumelos. Outros, apenas de passagem, chegam, demoram alguns dias, alguns meses, assuntam, vão embora — tomando o caminho ou prosseguindo pelo caminho novo que a Transamazônica .... Os que não conseguiram deitar raízes em Altamira ou Marabá, talvez encontrem em Boca do Acre, quem sabe em Rio Branco ou Cruzeiro do Sul.

A estrada avança, e atrás dela vem gente, da mais variada espécie, toda uma fauna de marginais.

Subitamente, assim invadida por tanta gente, de tanto feitio, as pequenas cidades incham e transbordam, mudam seus hábitos, seus horários, sua maneira de vestir e até de falar". (9)

OBSERVAÇÕES:

1 — Várias das afirmações acima fundamentam-se em estudos que realizamos, em equipe interdisciplinar (1970), nos Municípios amazonenses de Eirunepé e Benjamin Constant, situados, respectivamente, às margens dos rios Juruá e Javari. Publicamos, em 1971, pelo Serviço Federal de Habitação e

Urbanismo (SERFHAU), os trabalhos: "Relatório Preliminar de Eirunepé" e "Relatório Preliminar de Benjamin Constant".

2 — O que apresentamos sobre a "nova face de Altamira", sem referência bibliográfica, é uma seleção de trechos de artigos do "Jornal do Brasil" (16-7-71), do "Estado de São Paulo" (16-4-72), da "Manchete" (15-4-72) e, sobretudo, de "Veja" (24-5-72).

1.3 A INTEGRAÇÃO DOS OPERÁRIOS:

O operário, imigrante nordestino que trabalhará nas obras da Transamazônica, surge como pioneiro para a efetivação dos objetivos do Governo na área.

Começaremos por descrever o processo de instalação dos trabalhos da Transamazônica, para, depois, então, nele localizarmos o operário.

Em agosto de 1970, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) abria concorrência para a construção da 1.ª etapa da Estrada.

No dia 30 de setembro, proclamavam-se os resultados: das 70 empreiteiras inscritas, 4 apareciam como responsáveis pela construção da Transamazônica, primeira fase do PIN. À Construtora Mendes Júnior coube o trecho Estreito-Marabá, de 280 km, e o trecho Rio Repartimento-Altamira, de 300 km; à Construtora Cristo Redentor, os 270 km dos trechos Marabá-Jatobal-Tucuruí e Jatobal-Rio Repartimento; à Construtora Queirós Galvão, o trecho Altamira-Ponto 54º Oeste, 4º Sul, de 210 km, e, finalmente, à Empresa Industrial Técnica (EIT), o trecho de 230 km entre o Ponto 54º Oeste, 4º Sul-Itaituba. (16)

Os contratos com as empreiteiras foram estimados em Cr$ 175 milhões, a custos iniciais, e o custo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém foi orçado em Cr$ 320 milhões. (17)

O DNER se encarregaria do reconhecimento aerofotogramétrico desses trechos, da seleção e deslocamento dos trabalhadores, remuneração, assistência etc...

O processo a ser desenvolvido pelas empreiteiras obedeceria à seguinte ordem: instalação de escritórios nos nucleos urbanos próximos às suas respectivas áreas de atuação, realização de levantamentos das áreas e traçados, instalação de acampamentos, e, finalmente, execução das obras (desmatamento, destocamento, terraplenagem etc...)

Quanto às obrigações das empreiteiras em relação aos trabalhadores, podemos resumi-las em dois itens:

a) **Mão-de-Obra:**

O contrato com as firmas determinava que a mão-de--obra tinha de ser, preferencialmente, recrutada na região seca do Nordeste, e estabelecia a obrigatoriedade do transporte dos trabalhadores e suas famílias, pelas empreiteiras, para as frentes de trabalho. As famílias deveriam ficar alojadas em núcleos adjacentes aos acampamentos. (17)

b) **Assistência:**

Os acampamentos das firmas teriam de contar com água, luz, escola primária, posto de saúde com gabinete dentário, agência do Banco do Brasil, Posto do Ministério da Agricultura (com instalações para patrulha mecanizada, revenda de material agrícola, olaria, serraria, armazém da Cibrazem, laboratório de análise de terras, seção meteorológica etc...) (17)

As empreiteiras ficavam obrigadas a construir três núcleos, que, subdivididos, dariam origem às 15 cidades pioneiras da Amazônia.

"Uma cidade, a menos que tenha, previamente designada, função administrativa ou industrial importante, como, por exemplo, Brasília e Volta Redonda, depende, para seu desenvolvimento, do setor terciário, isto é, o de prestação de serviços. Estes serviços estão fundamentalmente na dependência de 3 elementos: instalação, pessoal e clientela. Os dois primeiros podem ser fornecidos, mesmo sem compensação imediata, porém a clientela é função da densidade demográfica, das vias de acesso ao centro, assim como do nível dos habitantes da área". É o que nos diz Orlando Valverde, na revista "A Amazônia Brasileira em Foco". (18)

Embora reconheçamos que as exigências contratuais eram, em certos aspectos, rigorosas e quase utópicas, o que se observa em relação aos operários comprova, muito além do previsível, uma grande defasagem entre o estabelecido. no papel, e o que vem ocorrendo, na prática.

Aliás, no fundo, o rigor era precários e ilusório, como se pode deduzir do fato de que nada foi fixado sobre as relações nos termos da CLT, entre empreiteiros e operários. Para ilustrar, lembramos que o Presidente da Empresa Industrial Técnica, interrogado à propósito do assunto, explicou que "tudo dependeria do contato das empreiteiras com os Ministérios". (17)

O caráter utópico dos contratos decorre do estatuído em termos de assistência. Como se poderia planejar, em detalhes, uma verdadeira cidade, em plena selva, onde nada se conhecia, onde o abastecimento teria de realizar-se com o uso de helicópteros, e onde, finalmente, o deslocamento contínuo seria um imperativo da obra?

A fim de retratar o não cumprimento ou o desvirtuamento do que foi previsto para os operários da Transamazônica, e a partir do conceito oficial de integração ("integrar — inserir o homem no processo produtivo, oferecendo-lhe simultânea assistência, em termos de infra-estruturas econômicas e sociais"), destacaremos em alguns itens os aspectos fundamentais, a nosso ver, da situação desses trabalhadores:

1) **Mão-de-obra:**

a) **Recrutamento:**

Os operários não foram recrutados, apenas, nas áreas atingidas pelas secas. A revista oficial "Rodovia" (junho/agosto de 1972) refere-se à inclusão de maranhenses entre os "pioneiros" selecionados para a Transamazônica.

O fenômeno da seca não atinge o Estado do Maranhão, tanto assim que, em 1970, grande massa de flagelados afluiu a essa Unidade da Federação, onde os Prefeitos dos Municípios, desesperados, se propunham a pagar as passagens para que retornassem a seus Estados de origem.

b) **Transporte:**

Quanto às despesas com o transporte dos operários (e respectivas famílias), que deveriam caber às empreiteiras, recaíram sobre os próprios operários.

A passagem, gratuitamente oferecida como prêmio, constituía grande atrativo. Passado, entretanto, apenas o primeiro mês de trabalho, apareciam nos salários os descontos correspondentes a "despesas de transporte". (19)

2) **Salário:**

O operário deveria receber, como norma, o salário mínimo regional, o que, na prática, não ocorre, pois, dessa quantia, as empreiteiras deduzem não só os gastos que realizaram com a passagem, como o encargos da Previdência

Social; resta, assim, ao trabalhador, uma quantia ínfima, com a qual terá de manter-se, em companhia dos seus.

"O Vigário de Itaituba, frei Gregório Kemmer, telegrafou ao Arcebispo Dom Alberto Ramos, denunciando que os trabalhadores da Transamazônica, no trecho do Município, estão sofrendo violenta redução nos salários". (20)

Enquanto o trabalhador está sujeito à exploração de tais salários, "para incentivar a corrida do funcionalismo federal aos postos na zona das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém, em outubro de 1970 foram instituídas gratificações de Cr$ 800,00 até Cr$ 3.600,00, aos designados para serviço na região". (16)

3) **Alimentação:**

A alimentação, fornecida a princípio pelas empreiteiras, quando utilizavam os serviços de helicópteros e pequenos aviões, que atiravam sacos de mercadorias para o abastecimento das frentes de trabalho, agora fica por conta do operário.

"Na visita do Presidente Médici a Belém, o Arcebispo Dom Alberto Ramos denunciou as firmas empreiteiras por estarem pagando Cr$ 4,00 por dia (quando o salário mínimo regional estaria na base de Cr$ 4,80 diários), sem direito a refeições". (21)

Embora, em 1971, o salário mínimo da Amazônia tenha passado a Cr$ 5,76 diários, com a dedução dos encargos da Previdência Social e da prestação para amortizar o preço da passagem, sobrava ao trabalhador uma quantia mínima, insuficiente, sequer, para a alimentação sua e da família, sem considerar outras despesas indispensáveis.

Quando analisamos a situação dos caboclos e tomamos Altamira como exemplo, dedicamos um item ao problema dos preços dos gêneros alimentícios, na cidade, em 1971, e chegamos à conclusão de que estes tornaram-se inacessíveis, mesmo para a população local. O copo de leite, naquela ocasião, custava Cr$ 1,00. Assim, se um operário resolvesse consumir um litro, despenderia toda uma diária.

Por todas as contingências que cercam o trabalhador, derivadas de baixo salário, precária alimentação, ou da necessidade de continuamente deslocar-se, à medida que as obras avançam, é ele obrigado a partir sozinho para a Amazônia, deixando a família no Nordeste, sofrendo com as crônicas dificuldades da região.

4) **Ocupação:**

O imigrante nordestino exerce as funções mais árduas na construção da Estrada. A eles cabem os trabalhos de desmatamento (corte das árvores) e destocamento (retirada das raízes), pois, para as demais tarefas, os serviços de terraplenagem, por exemplo, as empreiteiras já dispõem de quadro especial.

"O Sr. José Mendes Júnior, Presidente da Construtora que tem seu nome, disse que a firma já trabalha na região há 6 anos e que tem grande contingente de nordestinos, empregados há algum tempo. Informou também que empregará, em cada trecho de 200 km (a firma é responsável por dois), cerca de 100 trabalhadores, e que o trabalho dos nordestinos será de desmatamento, já que, para as obras de terraplenagem e outras mais específicas, usará os empregados mais experientes que possui". (17)

5) **Destino:**

Indagaríamos: contribuirão os operários para o povoamento da Amazônia? Sim, na medida em que, à custa de seus trabalhos, com todas as rudes condições que lhe são impostas, propiciarão a entrada, e, quem sabe, a fixação de outros homens na Amazônia.

"A Estrada pronta, a grande maioria dos trabalhadores deixa o trecho. Muitos seguem para novas frentes de serviço, na segunda etapa da Transamazônica e em outras estradas. Outros preferem ficar, aproveitando a colonização que se realiza e recebendo um pedaço de terra para cultivar". (14)

Deslocando-se para outras frentes de trabalho da Estrada, ou, mesmo, para outras estradas, acreditamos não terão eles um destino menos infeliz.

"O Ministro Júlio Barata determinou ontem a ida do Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Sr. Rômulo Marinho, à Amazônia, a fim de investigar se procedem as afirmações sobre a existência de empreiteiros que aliciam pessoas para as fazendas de colonização, onde são considerados verdadeiros trabalhadores escravos". (22)

Por outro lado, quanto à pretensão de integrar o trabalhador no plano de colonização, oferecendo-lhe um pedaço de terra para cultivar, não sabemos até que ponto será realizável. Primeiro, porque o operário não preencheria os requisitos do INCRA (como adiante veremos, pela análise do problema do colono); segundo, porque, julgamos, a maioria

desses trabalhadores regressará a seus Estados de origem, onde deixaram as famílias, que os esperam "ricos e felizes"...

Nada poderia retratar melhor a situação do operário da Transamazônica, do que a sugestão do Ministro Alfredo Buzaid em relação à mão-de-obra que deveria ser aproveitada para os trabalhos da Estrada: "Se hão de apodrecer, enchendo-se de vícios e de cursos sobre punguismo e tráfico de entorpecentes ministrados nas obsoletas penitenciárias, pelos condenados mais experientes, mil vezes antes os presidiários tomem o lugar dos sofridos nordestinos". (16)

Recordemos que, em agosto próximo passado, quando da inauguração do trecho Estreito-Itaituba, 6.000 homens integravam o contingente de operários da Transamazônica, que, na data, completava os 12.254 km de extensão.

Devemos salientar, ainda, e dolorosamente o fazemos, a ignorância crassa em que estão mergulhados os operários da Transamazônica. Foi realmente difícil conseguir, em entrevistas pessoais, dados a respeito dessa categoria de trabalhadores, estreitamente subordinados às Empreiteiras, e cujo triste destino é determinado por elas; tal ocorreu em conseqüência de constituírem eles, quanto ao nível mental e de conhecimentos, verdadeira legião de Fabianos e Severinos, da ficção-verdade de Graciliano Ramos e de João Cabral de Melo Neto.

1.4 A INTEGRAÇÃO DOS COLONOS:

Visando ao desenvolvimento da Amazônia, o Governo pretende fixar o homem nordestino às margens da Transamazônica, proporcionando-lhe a possibilidade de ingressar no processo produtivo, a par da oferta de infra-estruturas econômica e social.

Assim sendo, planejou um tipo de colonização a ser efetivado na área pelos contingentes marginalizados da população nordestina, que periodicamente constituem o exército de flagelados da seca.

Uma das primeiras medidas adotadas, para a consecução da obra colonizadora, foi a publicação do decreto que declara de interesse federal a faixa de 100 km em ambos os lados das rodovias federais, na Amazônia e estabelece que só serão utilizadas as terras devolutas, isto é, sem dono ou posse documentada e tranqüila.

Iniciou-se, então, o deslocamento de colonos para a Transamazônica, onde se tornariam donos de terra; assim,

que deverá ter uma infra-estrutura sócio-econômica em condições de atender às populações das demais comunidades. Além de escola de ensino fundamental, na rurópolis haverá um estabelecimento com ensino da 5.ª à 8ª série (antigo ginasial) e do 2.º grau (antigo colegial).

O processo de instalação do colono na área será o seguinte: depois de seleção segundo critérios do INCRA (analisados adiante) e simultâneo exame médico, o colono receberá carteira de saúde e, posteriormente, sua parcela de terra (lote) de 100 ha (500 metros de frente e 2.000 de fundo), dos quais 50 deverão permanecer como reserva florestal (só sendo permitido o desmatamento quando outros 50 ha forem reflorestados).

O lote, no valor de Cr$ 6.000,00, será financiado em 20 anos, com 2 de carência, e não poderá ser alienado antes de decorridos 5 anos, salvo com a expressa concordância do INCRA. O título provisório de posse dá ao colono o direito de participar de financiamento especial do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, para desmatamento e plantação (ferramentas, sementes, etc...).

O INCRA se encarregará de proporcionar, aos colonos, orientação técnica, e obter para eles sementes, adubos, inseticidas e utensílios agrícolas, para pagamento a prazo, além do período de carência.

O colono terá casa de madeira com 5 cômodos, sanitário com fossa, e um quintal, de 2 ha de área desmatada. A água deverá ser recolhida num igarapé, raramente a mais de 1 km.

Receberá também um salário mínimo, durante pelo menos 6 meses, havendo a possibilidade de empregos temporários, para um ou outro dependente, em obras do próprio INCRA (em construção de casas, por exemplo).

Terá ainda a garantia de preço mínimo, nos 2 primeiros anos, se não conseguir vender o que produziu. O INCRA absorverá toda a mercadoria, para ela registrando o preço mínimo fixado na cidade mais próxima.

O INCRA pretende que, dentro de 4 anos, o Projeto de Colonização de Altamira (Altamira I) já esteja funcionando por conta própria. Até lá, estarão sendo cultivados 33 mil ha, nas 3 mil unidades agrícolas. Altamira terá, ainda este ano, 3 mil famílias instaladas em 66 agrovilas.

Passemos a enfocar a problemática da vida dos colonos da Transamazônica:

haveria (segundo previsão do INCRA), em dez anos, um milhão de famílias, ou cerca de 5 milhões de pessoas instaladas às margens da Rodovia. (5)

"O sonho do INCRA é que todos, dois anos depois de chegarem às novas terras, sejam agricultores ricos e felizes — é o que nos revela o Presidente do citado órgão, José Francisco de Moura Cavalcânti, na já referida entrevista de 12 horas concedida à revista "Realidade" (5).

Mais recentemente, em declarações ao "Jornal do Brasil", Moura Cavalcânti volta a prever, agora mais concretamente, que a renda anual de cada colono, dentro de um ano, deverá ser de 12 a 15 mil cruzeiros.

Procuraremos caracterizar o mundo planejado pelo INCRA para o colono da Transamazônica, e, a seguir, analisaremos a realidade pertinente, hoje, nas plagas amazônicas. Aliás, o colono da Transamazônica é o mais privilegiado trabalhador, pelo menos nas intenções do INCRA. . .

Ao longo da Rodovia, serão instaladas **agrovilas** — comunidades essencialmente residenciais, habitadas por rurícolas que se dedicam a atividades agropastoris (note-se que a pecuária, até o momento, não foi implantada). As casas serão dispostas em forma de "U", com uma escola em posição simétrica. Há uma óbvia proporção entre a escola a ser projetada e a população prevista, variando o número de famílias de 100 a 300.

Cada **agrovila** deverá contar com: ,

— escola do 1.º grau (até a 4.ª série)
— creche (se possível)
— jardim-de-infância
— posto de saúde
— armarinho
— bar
— farmácia
— mercearia
— clube das mães

Cinqüenta agrovilas formarão uma **agrópolis** — comunidade residencial em que haverá predominância de rurícolas, mas também, com habitantes não-ligados a atividades primárias: professores, funcionários, técnicos, por exemplo.

Depois de instaladas agrovilas e agrópolis, será projetada uma **rurópolis** — não só residencial, mas igualmente destinada ao comércio e à indústria (uma espécie de cidade),

a) **A mão-de-obra:**

Os colonos, da mesma forma que o operário, não foram recrutados apenas nas áreas secas do Nordeste, como apregoavam os planos de colonização.

Até junho de 1970, segundo dados da revista "Realidade" (5), entre as centenas de famílias deslocadas para a Transamazônica, nenhuma tinha saído do exército de flagelados que integravam frentes de trabalho em que recebiam Cr$ 2,00 por dia.

O presidente do INCRA explica, na citada revista, que, a princípio, o Governo estava sensibilizado com o problema da seca no Nordeste, mas, depois, levando em conta os riscos e as responsabilidades da empresa agrícola na Amazônia, concluiu que não poderia dar terras a desempregados permanentes, homens sem nenhuma experiência válida.

Para o recrutamento, foram, então, estabelecidos critérios de natureza social ou geográfica, que tinham como ponto principal a exigência de que os colonos deveriam possuir um mínimo de "capacidade empresarial".

Passou-se a dar preferência a camponeses miniproprietários, ou a lavradores sem terra que, nos últimos anos, haviam recorrido a financiamentos bancários para plantações.

O INCRA requereu ao Banco do Brasil uma relação de trabalhadores que plantam em regime de meia, parceria, foro (arrendamento) ou cambão (uso da terra em troca de trabalho gratuito). Só do Ceará recebeu 3.000 nomes. Teve-se em vista, ainda, atrair para a Amazônia o excedente de população de áreas superpovoadas do País.

"São áreas onde a população é vítima da **fome,** da **miséria** e da **revolta"** — afirmava o Presidente do INCRA.

1 — Zona da Mata do Nordeste — área de monocultura da cana; a densidade demográfica chega a 150 pessoas por km2.

2 — Agreste Nordestino — também com excesso de população. As famílias detêm uma porção de terra insuficiente para a subsistência.

3 — Vale do Paraíba do Sul, no Estado do Rio — região de cultura decadente de café e superpopulação nas áreas de cana-de-açúcar.

4 — Norte do Paraná — onde existem famílias que pretenderam ir desbravar a região, quando já não havia terra suficiente, a passaram à condição de meeiros.

No total, trata-se de um milhão e meio de famílias. O plano é instalar, numa primeira etapa, apenas 100.000...

Admitindo que fossem postos em prática os critérios reformulados pelo INCRA, quanto ao recrutamento de pessoal, perguntaríamos: a Transamazônica e os planos governamentais de colonização estariam realmente resolvendo os problemas da **miséria,** da **fome** e da **tensão social** registrados nesse contingente de população marginalizada?

Podemos afirmar, aliás, que os novos critérios não foram, sequer, levados a sério, uma vez que populações de outras áreas, não-prioritárias, foram deslocadas para a Transamazônica.

A revista "O Cruzeiro" (6-9-72), por exemplo, relata uma viagem de 14 dias de elementos procedentes de Linhares, cidade do Espírito Santo, para atividades de colonização da Transamazônica, e, no "Jornal do Brasil" de 8-72, podemos ler o seguinte:

"Até o final do ano, disse o Sr. Paulo Brandão Rabelo, coordenador regional do INCRA no Rio Grande do Sul, 800 famílias de gaúchos serão enviadas a Altamira. Até o dia 15 de agosto, 116 famílias e, a seguir, 684. Dessas, 68 receberão apenas passagem (de ônibus ou avião) até Altamira, pois têm possibilidades de pagar estada e refeições no percurso. As 116 famílias perfazem um total de 684 pessoas, assim divididas por idade: 361 maiores de 12 anos, 252 entre 2 e 12 anos e 71 com idade inferior a 2 anos. Elas se juntarão às 43 famílias de colonos gaúchos residentes em Altamira desde o ano passado".

Ainda em relação à mão-de-obra utilizada para a colonização: em setembro de 1972, a Transamazônica contava com aproximadamente 7.000 colonos, sendo que, desse total, apenas 1.511 estavam instalados nos respectivos lotes. (23)

Sem comentários...

b) **O Problema da Terra:**

Considerando que um dos principais objetivos da Transamazônica é a possibilidade de, até 1980, instalar 1 milhão de famílias de colonos na região, transformando-os em proprietários, teceremos alguns breves comentários em relação ao problema da terra, no Brasil, no Nordeste e na Amazônia.

No Brasil, segundo dados da FAO, citados pela CONTAG (24), existem 5 milhões de famílias beneficiárias potenciais da Reforma Agrária; para superarmos o subdesenvolvimento, necessitaríamos de que fossem asentadas, anualmente, cerca de 5% do total dessas famílias sem terra.

Utilizando os números da FAO, e projetando-os para a realidade amazônica e o ano de 1980, sem considerar as oscilações do potencial de beneficiários, poderíamos afirmar que, em 10 anos de colonização, na Transamazônica, estaria sendo solucionado o problema de 20%, apenas, da população sem terra no país.

Muito se fala na Amazônia como "terra vazia de homem", o que não deve, no entanto, ser entendido como "terra sem donos", pois estes existem, e geralmente são grandes "proprietários", inclusive estrangeiros (já denunciados pela imprensa), ou brasileiros do Sul. A propósito, veja-se o pronunciamento do Presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcânti:

"Logo que surgiu o projeto de colonização em torno de áreas de terra roxa de Altamira, o INCRA ficou perplexo ao descobrir que grandes figuras de São Paulo tinham uma propriedade conjunta de 70 lotes, de 4.356 ha cada, exatamente às margens da Estrada e nas zonas de terras roxas. O grupo havia também apresentado à SUDAM um projeto agropecuário para as terras, no valor de 6 milhões de cruzeiros. Intrigado com tanta "visão empresarial", o INCRA resolveu investigar: os títulos das 70 propriedades tinham sido remetidos através de um falso livro do Cartório do Segundo Ofício de Imóveis de São Félix do Xingu".

c) **A Utilização do Solo:**

Os 50 ha de que o colono dispõe para agricultura, estão sendo utilizados sobretudo para o plantio de lavouras de subsistência: arroz, feijão, milho.

As sementes fornecidas pelo INCRA serão pagas com os resultados da primeira colheita, e o critério de financiamento liga-se à força de trabalho de cada colono.

A cana-de-açúcar também está sendo cultivada na região. As primeiras mudas foram trazidas de São Paulo.

Os agricultores enfrentam uma dificuldade muito séria: em virtude da falta de um mercado local para consumir toda a produção, o excedente segue para Belém, onde, no entanto, não tem condições de concorrência com produtos vindos de áreas mais próximas. ("Amazônia Brasileira em Foco" — Irene Garrido Filha).

As perspectivas de desenvolvimento agrícola, na região da Transamazônica, não são muito promissoras. O processo de queimadas, utilizado pelo colono no desmatamento dos

50 ha destinados à agricultura, é altamente prejudicial à lavoura.

Lembremos a experiência de colonização na Zona Bragantina (Pará), que constituiu, outrora, o maior pólo de atração humana que a região Amazônia já teve, e que se encontra, hoje, em decadência total. Atribui-se tal fato, sobretudo, à utilização do processo de queimadas. Permite este uma primeira colheita boa, pois o solo se beneficia com a deposição de matérias orgânicas. Depois, a chuva leva o húmus acumulado, mas a segunda colheita dá ainda para pagar as sementes. Da terceira safra em diante, o prejuízo é total. (5)

Agora, na Transamazônica, em seu "mundo" de 100 ha, o colono estará fadado a um infeliz destino, se utilizar os condenados processos da agricultura tradicional, cultivando as mesmas lavouras de subsistência, e vítima, além do mais, de empresas privadas, cuja participação já foi anunciada pelo Governo, que prevê, para 1973, a implantação de 10 mil unidades agrícolas (com vistas à exploração familiar), das quais 8 mil serão implantadas através de contratação com empresas particulares. (25)

No momento, cogita-se também da implantação de uma usina de açúcar na região.

d) **O Problema da Habitação:**

A casa, um dos problemas para o colono que se dirige para a Transamazônica, seria construída pelo INCRA. As promessas que os colonos ouvem nos Estados de origem são, de fato, muito atraentes.

"No Maranhão, por exemplo, diz-se que o colono encontrará casa mobiliada, com fogão e máquina de costuma. Em São Paulo, promete-se casa confortável, armação de peroba etc. . .". (26)

Na realidade, entretanto, a situação habitacional na área é seríssima e constitui uma das mais graves dificuldades que o colono tem de enfrentar ao chegar à Transamazônica.

Vimos, quando tratamos da mão-de-obra, que, em setembro último (1972), dos 7 mil colonos já transferidos para a Rodovia, apenas 1.511 estavam instalados nos respectivos lotes. Na mesma ocasião, 7 agrovilas tinham sido implantadas. É bom salientar que o colono pode optar entre residir no seu lote ou na agrovila mais próxima.

Sabendo-se que cada agrovila compõe-se de 50 casas, haveria disponibilidade, no conjunto de 7 agrovilas, para a instalação de 350 colonos, que, somados aos 1.511 instala-

dos nos lotes, totalizariam menos de 2 mil, o que nos leva a indagar — em que condições habitacionais estariam vivendo os outros 5 mil colonos da área?

Para os colonos a serem assentados nos lotes, o processo de aquisição de casa própria é o seguinte: logo que chega à região, hospeda-se (com a família) na casa de um antigo morador, a qual deverá desocupar dentro de uma semana, para outro recém-chegado; ao receber o lote, constrói uma casa provisória (taipiri — cabana com paredes de palha trançada e coberta de folhas de coqueiro); finalmente, recebe a casa definitiva, padronizada, do INCRA. Fornece este a madeira para a construção, que o colono pagará com o que obtiver nos 50 ha desmatados para a lavoura.

A revista "Veja" (26) relata a situação dos colonos nas agrovilas: "Das 8 famílias de colonos de São Paulo, 3 foram para a agrovila Leonardo da Vinci, no km 18 da Rodovia. Cada uma ocupou uma casa de madeira, sem camas, fogão ou banheiro. Dormiam em redes ou, as crianças menores, em cima das malas. Iam buscar água a 2 km de distância (e não a 1 km, como prometera o INCRA), num igarapé do qual se utilizavam também para lavar panelas e roupas, e ainda para tomar banho. Como privada, a mata: "é só esperar o anoitecer", recomendavam os mais antigos. "Veja" conta a estória de um colono que reclamava porque ainda era o começo do mês e ele já devia 30 cruzeiros aos vizinhos, e porque seu lote ficava a 96 km da casa, quando o INCRA garantira que ninguém trabalharia a mais de 5 km da residência.

e) **O Aspecto Demográfico:**

Parece que, na região da Transamazônica, está havendo um grande incentivo à natalidade, campanha que, acreditamos, está sendo desenvolvida pelo Clube das Mães, ao qual comparecem mesmo as mulheres que não têm filhos, nem estão esperando.

Em Altamira, quando lá havia apenas 2.600 colonos, em novembro de 1972 assinalava-se: "De repente, quase num mesmo período, 800 mulheres de colonos ficaram grávidas. E os primeiros partos, previstos a partir de junho, deverão se suceder quase um após o outro, segundo diagnosticaram os médicos". ("Jornal do Brasil", 11-3-72)

Não sabemos até que ponto tal fato será positivo para a região, onde, em julho do presente ano, a maioria da população de colonos tinha menos de 4 anos. (27) Entretanto, é

ele mencionado pelo Presidente do INCRA como um dos frutos do projeto de colonização. (28)

f) **O Problema de Saúde:**

Além da esquistossomose (levada para a Transamazônica), a que já nos referimos, e da malária, doença tradicional da região Norte, um grupo de colonos de Altamira foi atacado por um mal epidêmico desconhecido no Brasil. Segundo o Dr. Silveira Brito, médico da Secretaria Especial de Saúde da Região Amazônica, "trata-se de casos de discrasia sanguínea, ou seja, de perturbações da coagulação na região subcutânea, que talvez tenham sido transmitidas por alguns mosquitos". (29)

Apesar de permanentemente expostos a uma série de males e doenças, agudas ou crônicas, os colonos têm um atendimento muito precário.

"A farmacinha da agrovila só fornece de graça algodão e mercúrio-cromo. Assim mesmo, quando a enfermeira não cisma de negar — diz um colono. (26)

Por outro lado, "é grande a carência de médicos (pela insuficiência do salário, alguns abandonaram a área, e os que ainda permanecem já receberam convites atraentes) e de pessoal qualificado no postos da Rodovia, como também são insuficientes os equipamentos das unidades mistas e dos hospitais, para a demanda da área" — é o que afirma o Ministro da Saúde, Dr. Machado Lemos. O Ministro, de volta da Transamazônica, frisou ainda a inoperância da Campanha de Erradicação da Malária e a ineficácia do combate a outras enfermidades. Durante sua permanência na Rodovia, autorizou a aquisição de 40 camionetas, para servirem de ambulância, e transferiu Cr$ 12 milhões para a Secretaria Especial de Saúde da Amazônia. (30)

CONCLUSÃO

O quadro que se observa em relação às populações da Transamazônica apresenta mais aspectos desintegradores do que de integração. Sintetizemos:

a) **Em termos de INTEGRAÇÃO SOCIAL:**

1.º — Destino incerto para os índios, quer os confinados em reservas, quer os ainda embrenhados na floresta;
2.º — Êxodo da população local

3.º — Volta dos operários, desempregados e desgastados, para o Nordeste.

b) **Em termos de INTEGRAÇÃO NACIONAL:**

1.º — Transferência para a Amazônia de todos os vícios da nossa estrutura agrária;

2.º — Redução da mão-de-obra mais qualificada, no Nordeste;

3.º — Dificuldade na fixação dos colonos, quer nordestinos, quer os de outras regiões do país, na área Transamazônica;

4.º — Êxodo rural.

Para encerrar esta modesta pesquisa, transcreveremos um trecho do "Plano Pastoral para a Amazônia" ("Jornal do Brasil", 16-11-71):

"Está-se assistindo a contínuos choques, por toda parte, entre os novos colonizadores, que são impelidos, pela ganância, e pelos incentivos do próprio Governo, contra os antigos moradores, que desbravaram a região. Está-se assistindo também ao esmagamento de centenas de trabalhadores, que vivem em condições infra-humanas de trabalho, sacrificando a vida e saúde sem compensação alguma, para contribuir no desenvolvimento que nem eles e nem os próprios familiares aproveitarão. Assistimos ao esmagamento contínuo do homem do campo, posseiros afugentados, trabalhadores escravizados no coração da mata, que vivem no silêncio e na dor, à espera da salvação e da justiça.

Enquanto, de um lado, temos os novos pioneiros vindos do Sul, para desenvolver a agropecuária (esses pioneiros são, em geral, donos de grandes indústrias, bancos, grandes firmas comerciais etc...), contando com recursos próprios e o apoio incondicional do poder público, ansioso por um desenvolvimento econômico a curto prazo, do outro lado vemos o homem amazônico, primitivo e analfabeto, e sem recursos.

Infelizmente, ainda hoje parece que a justiça não encontrou o caminho para chegar a atender a toda essa gente, apesar das leis existentes e da declarações solenes das autoridades".

DADOS E CITAÇÕES

1. Jornal do Brasil, 22-10-72
2. Mattelard, Armand & Garreton, Manuel A. — "Integracion Nacional x Marginalidad del Pacifico". Santiago, 1965

3. Jornal do Brasil, 9-10-70
4. "A Amazônia Brasileira em Foco". Jul./Dez. 1971, n.º 6
5. Realidade. N.º especial sobre a Amazônia. Outubro, 1971
6. Veja, 18-11-70
7. O Globo, 10-8-70
8. O Estado de São Paulo, 11-8-70
9. Manchete, 15-4-72
10. O Estado de São Paulo, 26-3-72
11. Revista do Instituto de Engenharia. Março, 1972
12. "Micro-Regiões Homogêneas". IBGE, 1968
13. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do VII Recenseamento Geral (Pará). IBGE, 1970
14. Rodovia. Julho/Agosto, 1972
15. Última Hora, 9-8-71
16. Pereira, Osny Duarte — "Transamazônica, Prós e Contras". Ed. Civilização Brasileira, 1971
17. Jornal do Brasil, 7-8-70
18. "A Amazônia Brasileira em Foco". Jan./Jun. 1971, n.º 5
19. O Correio da Manhã, 15-7-71
20. Jornal do Brasil, 10-5-71
21. Jornal do Brasil, 11-10-70
22. Jornal do Brasil, 12-4-72
23. Informações colhidas na sede do INCRA
24. Monografia da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura — "Colonização e Reforma Agrária". CONTAG, Agosto/72
25. Jornal do Brasil, 16-11-71
26. Veja, 26-11-72
27. Jornal do Brasil, 3-7-72
28. O Estado de São Paulo, 22-3-72
29. Jornal do Brasil, 31-5-72
30. Jornal do Brasil, 5-8-72

Nota da CNDDA

Em complemento ao trabalho da socióloga Lourdes Pimentel, feito em fins de 1972, convém relembrar, transcrevemos, pela sua oportunidade, a nota editorial do "Jornal do Brasil" e a correspondência de seu enviado especial, Henrique Gonzaga Jr., publicados, respectivamente, em 29 de maio e 4 de junho do ano em curso.

"MONÓLOGO AMAZÔNICO"

As críticas feitas pelo próprio Ministério do Interior ao sistema de colonização da zona da Rodovia Transamazônica evidenciam, uma vez mais, os malefícios do monopólio oficial da informação, que tem como conseqüência a ausência de debates aprofundados pela proposta de alternativas. O Go-

verno anterior construiu uma gigantesca estrada, que vai do Nordeste brasileiro à fronteira do Peru, feito que, em si mesmo, é importante, por facilitar a anexação da Amazônia à economia do país. Mas não houve debate e proposta de alternativas quanto ao objetivo propriamente dito da estrada. Houve apenas um monólogo governamental. Agora, houve o segundo monólogo, que em grande parte condena o plano inicial.

Vale ressaltar que, ainda em tempo de saná-los, o Governo reconhece erros no sistema de colonização do eixo da Transamazônica. Alguns desse erros, apontados agora pelos técnicos do Ministério do Interior, são tradicionais e imperdoáveis, como a forma vaga de delimitar propriedades, fonte de terríveis lutas futuras. Dizem os técnicos que "os títulos de propriedade existentes não mencionam dimensões e coordenadas geográficas, mas de localidades". Nomes de localidades onde estas praticamente não existem.

Até certo ponto, o fato, criticado agora, de que as cidades próximas à Rodovia foram vítimas do afluxo de colonos — com aumento da criminalidade, do meretrício, da falta de gêneros — era previsível e quase inevitável. A exagerada propaganda da Rodovia como fonte de emprego e de terra própria é que não era inevitável. Nenhum tipo de açodamento é inevitável.

O que se deve fazer, diante das atuais censuras, é menos promover o desmonte, que também seria açodado, da estrutura básica criada ali pelo INCRA, do que replanejar, primeiro, com debate que felizmente já repercute no Congresso, para depois implantar as modificações desejáveis. Conhecidos os solos e as potencialidades amazônicas, deve-se buscar o projeto global da região, tendo em mente, sobretudo, que o produto principal da Amazônia — mesmo levados em conta seu ferro, seu bauxita, seu urânio — é o oxigênio. A Amazônia precisa desenvolver-se ao redor de pólos econômicos, tanto de mineração quanto de agricultura e pecuária. Esses pólos serão, de preferência, intensos e não extensos, de modo a não devastar o manto florestal da região. A floresta, em muitíssimos pontos, é uma paciente elaboração natural de milênios executada em solo pobre e arenoso. Sem esta preocupação qualquer projeto amazônico será o planejamento de uma derrota.

Quanto ao grande panorama, da Amazônia como do Brasil, não se pode reprimir um sentimento de melancolia diante da autocrítica oficial, divisando, em tão pouco tempo,

tantos erros na Transamazônica. Este mal só se cura encerrando o monólogo, resultante do monopólio de dados.

(Transcrito do "Jornal do Brasil", de 29-5-74)

TRABALHO APRESSADO CONDENA TRANSAMAZÔNICA

Henrique Gonzaga Jr.
Enviado especial

ITAITUBA — Só a pista construída pelo Exército — o trecho Santarém—Itaituba — resistiu às chuvas que desde janeiro assolam a Transamazônica e que agora prometem uma trégua para a reconstrução da estrada, praticamente intransitável nos seus trechos principais, inclusive a ligação nordestina de Picos, no Piauí, a Estreito, em Goiás.

Para o Ministro dos Transportes, General Dirceu Nogueira, esta é a hora da verdade. Quando era chefe do Departamento de Engenharia e Construções do Exército, ouviu muita crítica a respeito da lentidão com que o 8.º BEC executava suas obras a partir de Santarém. Agora, porém, não resta dúvida: o Batalhão não era lento; as empreiteiras é que foram rápidas demais.

Ligação com Cachimbo

Enquanto a maioria das empresas construtoras levantou acampamento e saiu da Transamazônica, o Exército continua cumprindo sua obra rodoviária, que ainda não terminou. Depois de fazer a ligação de Santarém com a Rodovia Transamazônica, o 8.º Batalhão de Engenharia e Construção prossegue agora na direção de Cachimbo, quase na divisa de Mato Grosso com Pará. Isso deverá ocorrer até o final do ano, permitindo a entrega ao tráfego da Rodovia Cuiabá—Santarém, cuja construção, sem a rapidez das outras pistas amazônicas, terá a solidez de uma obra permanente.

Em Itaituba, os dois grandes acampamentos, das empresas Rabelo e Industrial Técnica, também foram extintos e entregues ao DNER, embora a primeira firma mantenha suas equipes instaladas mais adiante — no caminho de Jacareacanga, encarregadas de concluir e refazer os trechos interrompidos da rodovia.

Apesar de estar, como todos os outros trechos da rodovia, também intransitável, a ligação Itaituba—Jacareacanga recebeu melhor tratamento por causa dos depósitos de piçarra

(terra de pedra e areia, quase um cascalho) que foram descobertos pelos índios mundurukus, instruídos pelas equipes de construção.

Em breve, o deserto

Com mais de 200 quilômetros de extensão, a Rodovia Santarém—Transamazônica corta uma região de mata virgem onde o solo é de baixa fertilidade. Na Amazônia, a densidade e o porte de sua vigorosa vegetação estão mais relacionados com o regime pluviométrico do que propriamente com a qualidade ou fertilidade do solo.

Para evitar a colonização nessa região vizinha à estrada Santarém—Transamazônica, que transformaria a selva em deserto rapidamente, o Governo criou uma reserva ecológica desde as margens do Tapajós até a estrada.

Mas agora o INCRA acaba de identificar a presença na área de 280 famílias de colonos que estão praticando uma agricultura extensiva, capaz de comprometer o equilíbrio ecológico inelutavelmente. Antes que o número de invasores aumente, a idéia do órgão é reagrupar os colonos e conceder-lhes títulos de propriedade das terras periféricas à reserva. Com esse expediente, o INCRA espera transferir aos colonos assentados dessa forma, o poder de polícia, determinando-lhes que impeçam o ingresso de outros colonos ao interior da reserva.

Vai funcionar? O Sr. Ivanildo Polaro, chefe das instalações do INCRA em Itaituba, acredita que sim.

— A colonização em torno da reserva do Tapajós — observou — formará uma espécie de cinturão de segurança, impedindo o acesso de outros colonos às áreas interiores.

Mas é difícil imaginar que esse tipo de colono, que já invadiu a reserva e sequer se interessou em procurar o INCRA ou obter qualquer benefício da colonização oficial, tenha escrúpulos para exercer a fiscalização pela qual se tornará responsável.

Com pouco mais de 900 colonos assentados em toda a área de Itaituba, o INCRA começa a sofrer a concorrência do garimpo, cujas promessas de riqueza fácil fascinam humildes colonos, descrentes da lavoura de subsistência.

Consciente ou não desse fenômeno, o INCRA cuidou de fixar no Projeto Itaituba o maior número possível de colonos gaúchos que, pela tradição agropastoril de sua terra, estariam infensos à atração do garimpo.

Ainda assim, o número de colonos que abandonam as terras do INCRA, trocando-as pelo garimpo de ouro no Alto Tapajós, é grande.

— Quando é maranhense ou cearense dificilmente o colono chega a se estabelecer na terra — afirma o Tenente Pinheiro Lopes, diretor regional da Fundação de Assistência aos Garimpeiros. Mesmo quando o colono vem do Sul e desconhece completamente as técnicas do garimpo, acaba fascinado pelo que os outros contam e quando menos se espera, ele está faiscando ouro.

É o que ocorreu, por exemplo, com o colono Orestes Pereira: vindo de Lajes, Santa Catarina, viveu apenas um ano no lote fornecido pelo INCRA. Acabou virando garimpeiro, embora sem entender, a princípio, nada do assunto. Já se ambientou no Alto Tapajós, apesar de sua feição simples, humildade e jeitão quieto e educado, contrastarem muito com o ambiente rude da região, onde todos os garimpeiros andam armados e é elevado o índice de criminalidade.

São ao todo 8 mil garimpeiros — o maior garimpo do Brasil — extraindo cerca de 200 quilos de ouro por mês em 23 diferentes locais de lavra, todos em pontos longínquos da selva, só atingidos por táxi aéreo, que desce em pistas de terra sempre em condições precárias. A maior parte do ouro é contrabandeada para a Bolívia e outros países vizinhos. O próprio diretor da Fundação de Assistência aos Garimpeiros calcula que apenas de 5 a 10% do ouro extraído no Tapajós é taxado pela Receita Federal.

Terra é ruim

Em Itaituba, a implantação de projeto de colonização com base na agropecuária só se explica por teimosia do INCRA. A única mancha roxa importante da Amazônia está em Altamira (há uma outra de menor dimensão em Alenquer, na margem esquerda do rio Amazonas) e a fertilidade da terra só chega até 150 quilômetros de proximidade de Itaituba.

Nesse ponto final da mancha roxa, a Rodovia Transamazônica encontra-se com a rodovia construída pelo Exército, vinda de Santarém. O INCRA instalou no local a Rurópolis Presidente Médici que, embora sendo o **sol** do sistema de colonização, ainda é menor do que a Agrópolis Brasil Novo, também a única do gênero, instalada no km 46 do trecho Altamira—Itaituba.

Na rurópolis, a instalação mais importante é o hotel construído pelo INCRA, capaz de provocar inveja a muita cidade

grande do Norte ou do Nordeste. Uma piscina de azulejos azuis, suíte com jardim de inverno e três quartos, gabinete de ar condicionado, apartamentos de luxo e tudo a preços tão elevados que o hotel está permanentemente vazio — uma vertigem tropical que, antes de ostentar riqueza, retrata a pobreza de imaginação dos investimentos oficiais.

A maior área de colonização encontra-se para lá da rurópolis, onde ainda há terras férteis. Nos 150 quilômetros entre a rurópolis e Itaituba não deveria haver colonização pois o terreno é inapto tanto para a agricultura como para formação de pastos. Ainda assim, os colonos estão sendo assentados na região. O piauiense Manuel Cardoso, um deles, está há um ano no km 26, com a mulher e quatro filhos.

— A terra aqui é muito ruim — afirma. Não presta para nada. O arroz que se colhe é horrível. Se o INCRA me desse outra terra eu me iria daqui.

Confirma, como todos, ter atração pelo garimpo mas ainda não se decidiu a deixar suas terras, esperando a próxima colheita de arroz.

A colheita de arroz começa agora na região, embora a estimativa de produção ainda seja modesta: foram plantados 1.535 hectares e a produção está estimada em pouco mais de 100 mil sacas.

A exemplo de Altamira, cuja produção está ameaçada de perder-se devido à dificuldade de acesso às estradas secundárias, em Itaituba há preocupação quanto ao recebimento de sacaria que o Banco do Brasil ainda não forneceu, apesar de já ter começado a colheita.

Em Altamira, foram plantados 8 mil hectares de arroz e a previsão é de 240 mil sacas. De milho, foram plantados 2 mil e 54 hectares, prevendo-se 41 mil e 180 sacas; e de feijão 2 mil hectares, com previsão de 30 mil sacas.

Até agora, os programas de colonização do INCRA limitaram-se a culturas de subsistência, mas o órgão se prepara para implantar projetos de cultura permanente, especialmente cacau e pimenta-do-reino. Mas essas iniciativas ainda estão no nascedouro. Em Altamira, foram selecionados apenas 38 agricultores para o plantio de cacau em 82 hectares. Os próprios colonos temem se arriscar em financiamentos que depois resultem infrutíferos.

Ainda no ano passado, a recomendação do INCRA era para que plantasem bananas. Mas quem o fez perdeu seu tempo: não existe comercialização para o produto e a banana não saiu de Altamira.

Apesar da presença de três órgãos de pesquisa na região — a Embrapa, o Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Norte (IPEAN) e o Instituto de Pesquisas de Trópicos Úmidos (IPTU) — ainda é a sabedoria popular que conta na região da Transamazônica.

O colono Joaquim Porfírio Rezende, um dos mais idosos da Transamazônica — está com 62 anos de idade — alerta que a terra pode enganar muita gente.

— Algodão, por exemplo — observa — dá demais mas o algodão nesta terra não produz fibra. Em três anos na Transamazônica, acho que só agora vou ter minha primeira safra de arroz. Cacau, não quero plantar, é muito arriscado e os colonos daqui não entendem nada de cultura do cacau.

Paternalismo

O INCRA, por sua vez, argumenta que saberá compreender o futuro e arcar com novos créditos para o colono. O INCRA ainda é o pai da criança. Sua ação na Transamazônica vai muito além da simples colonização, estendendo-se a projetos de educação, higiene, saúde, ação comunitária e outros. As verbas já empregadas são enormes, embora comecem a minguar. Afinal de contas, economicamente a colonização, nos moldes que se procurou implantar, não se revelou viável. Os gastos ainda são maiores do que os lucros magros de colheitas de arroz, feijão e mandioca.

Talvez por tudo isso os projetos de colonização sofrerão a alteração que já começa a se esboçar em Brasília. Os pequenos lotes darão lugar ou passarão a conviver com grandes empreendimentos pecuários na região de Altamira.

Ao contrário do que ocorreu na cidade de Altamira, em Itaituba a população permanece aparentemente infensa às alterações ou à falência das iniciativas de colonização. A grande pletora da cidade, capaz de fazer o dinheiro circular durante todo o ano, continua a ser o garimpo do ouro, de significado regional muito mais importante que 900 colonos localizados a 150 quilômetros de Itaituba.

Os fins de semana na cidade continuam risonhos e francos há quase uma década, quando garimpeiros rudes, de dentes de ouro e com os bolsos cheios de pepitas, acorrem às ruas fazendo algazarra e gastando em poucas horas o que ganharam em muitos dias de trabalho no garimpo.

(Transcrito do "Jornal do Brasil", de 4-6-74)

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA: PELO HOMEM OU PELO BOI?

Ruben Descartes de Garcia Paula (*)

Nos primeiros anos deste século conhecemos o bucólico e risonho espetáculo do nosso torrão natal — Estado do Rio — com uma agricultura, sua principal atividade, relativamente próspera, e os fluminenses, nela ocupados, como era o caso de minha família paterna, dela extraindo o necessário a uma vida também relativamente próspera e feliz. Terras geralmente férteis davam lugar a grandes e compensadoras safras de café, sendo de lembrar-se que um de seus municípios — Itaperuna — justamente o nosso (de então, estando, hoje, nossa ex-propriedade no município desmembrado de Laje do Muriaé), foi nos tempos áureos, o recordista da produção da rubiácea, em todo Brasil.

E ao café se juntavam, como lavouras intensivas, a cana de açúcar e, incipientemente, a citricultura. Outras lavouras, como de cereais, mandioca, batata doce, abóbora etc., formavam a produção de subsistência, então, abundante. Concomitantemente com a agricultura se ocupavam quase invariavelmente, os ruralistas fluminenses, da pequena criação de gado vacum e outros animais, pois é evidente a conveniência da combinação, em cada propriedade rural, das duas atividades formando o complexo agropecuário, de policultura.

Isto, praticamente, acabou-se, ou entrou em funesta decadência. Não só no Estado do Rio e seu apêndice, hoje, o Estado da Guanabara, mas também nos Estados de Minas, Espírito Santo, parte de São Paulo (como é o caso do Vale do Paraíba, cujos reflexos de grandeza e miséria, foram admiravelmente pintados pelo grande escritor Monteiro Lobato em seu livro "Cidades Mortas") e outras plagas deste imenso Brasil. O machado, a foice, o fogo, a agricultura nômade,

---

* **Químico. Ex-Diretor de Divisão, do Instituto Nacional de Tecnologia. Professor. Ensaísta.**

predatória, derrubando matas, queimando e plantando, irracionalmente, sejam plantas anuais (cereais, mandioca e outras), sejam as de pequeno ciclo vegetativo e produtivo, de que se sobressai o café; isto, mesmo em terrenos de encosta, excessivamente íngremes ou de forte aclive, e nos cumes desses; expondo seus solos à ação de inclemente erosão, levou-os a perder, rapidamente, a fertilidade; a esgotar ou "cansar" as terras antes do tempo, com rápida queda das colheitas. Terras assim maltratadas, ou melhor, depredadas, pela falta do mais elementar trato de utilização, conservação e revitalização, foram simplesmente abandonadas para "virar pastos". Isto é, abandonadas, foram (são) invadidas pelo mato-conjunto de plantas de toda espécie (mesmo pragas ou ervas daninhas), inclusive gramíneas ou capins. A esses, na verdade carrascais, os velhos fazendeiros davam e, como vi nas margens da rodovia Belém—Brasília, os novos rotineiros pecuaristas dão o nome de pastagens... Sendo raros aqueles que cultivam e remanejam pastagens.

E as antigas roças começaram a ser largamente ocupadas pela boiada. Iniciou-se nos Estados do Rio, de Minas e alhures, de modo avassalador, a substituição da saudável e equilibrada agropecuária mais **agros** do que **pecus** — pela devastadora e anti-humana pecuária extensiva.

Antes de prosseguirmos neste tema façamos um parênteses: Velhos "fazedores da história", ainda hoje saudosistas partidários dos tempos da escravidão, contrariando os sãos ideais da generosa campanha que foi, em 1888, dar na Abolição, teimam em ver nesse ato sócio-político a causa da decadência da **velha província** (como eles sebastianisticamente chamam o Estado do Rio), e de outros Estados, onde a agricultura estava fortemente apoiada no braço escravo. Não se nega que a libertação deste deu lugar a um abalo social traduzido em mal estar e desorganização das atividades rurais; tal abalo, porém, foi mais ou menos passageiro; não muito mais grave do que outras crises econômico-financeiras que surgiram, ora pela praga de ferrugem do cafeeiro, ocorrida no findar do século passado, com grande queda da produção, ora pela baixa do preço do café nos mercados internacionais. A verdade é que terminados os folguedos que o redentor Treze de Maio ensejou — e eles não puderam ser nem grandes nem prolongados, pois os pobres negros fôrros não tinham recursos para sustentá-los — voltou-se ao trabalho. O trabalho, agora apoiado no braço livre, foi reorganizado; e as lavouras, quase sem solução de continuidade, prosperaram. Isto ocorreu porque a tradicional boa índole

do nosso povo se refletiu, seja nos senhores de escravos, seja nos próprios ex-escravos brasileiros-africanos, os quais, pelas qualidades inerentes à sua raça, eram (e são) bons, submissos e trabalhadores, dentro dos limites compatíveis com sua degradante condição... Por isso não se deu a geral debandada ou a fuga. E assim, salvo casos de transbordamentos compreensíveis para a conjuntura criada, os ex-escravos continuaram nas "suas" fazendas, na sua faina, como foi o caso nas propriedades de meus Avós e de meu saudoso Pai Antônio Cândido Ferreira Paula, republicano-positivista que, como estudante, no Rio, nos anos 80 do século passado, tomou parte nas generosas campanhas cívicas que desembocaram nos radiosos 13 de Maio e 15 de Novembro. Seja-me permitido juntar aqui, em honra de meu inolvidável Pai que, aos escravos que recebera por herança de seu Pai, no ato da execução da partilha, deu liberdade; isto no ano de 1884, 4 anos antes, portanto, da Lei Áurea.

Não se culpará, pois, a Abolição como a causa principal da decadência rural em exame; é o que se depreende das razões acima apontadas e de outras.

Na maioria das áreas aludidas (de que nossas repetidas e longas andanças, desde os velhos tempos da adolescência, por várias regiões do Centro, do Sudeste e do Sul... fomos e somos testemunha pessoal), só bastante mais tarde, de uns trinta a quarenta e tantos anos para cá, tal decadência se implantou e entrou em incontrolável marcha, a qual não contida, aí está, de fato.

Em livro de minha autoria sob o título SUBDESENVOLVIMENTO: MANCHA A APAGAR (1970, Livraria S. José - Rio), em alguns capítulos como: **Brasil deserto, Plantando dá.. Terras cansadas — Desertos, Reforma agrária,** são feitos ampla exposição e um despretencioso julgamento do grave problema. No ano seguinte (1971) tendo realizado uma viagem de recreio e estudo à Amazônia, havendo percorrido em toda sua extensão a rodovia Belém—Brasília, das observações **in loco** e de dados da literatura pertinente (como foi, em parte, o caso dos outros escritos e deste), escrevemos um artigo sob o título **A Rodovia Belém—Brasília e os Fazedores de Desertos (in** Boletim A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO, n.º 6, 1971). (Nesta Amazônia não se pode falar em decadência, mas sim, nos processos de depredação da terra.)

A decadência rural aqui focalizada, pois, veio e continuou mais gravemente, muito depois da Abolição. De qualquer modo, no entanto, e como se vê, são múltiplas suas causas.

Agora, o que cumpre é conhecer tais causas, dar-lhes a maior atenção; não só evitar que elas contaminem as novas terras (como as da Amazônia), como tratar de recuperar aquelas acima referidas, a maior parte das quais está nas proximidades dos maiores Centros Consumidores do País, interligados por ótimas estradas. Como não recuperá-las para a agropecuária? Onde está a velha e decantada Reforma Agrária brasileira que não vê esses imensos latifundios abandonados, improdutivos, alguns apenas mal (pessimamente) ocupados pelo boi?

Eis aí, o boi (tema a que voltamos fechando o parênteses acima aberto). Se não foi ele a causa primeira da aludida decadência, foi um forte adjutório na sua instalação, como fator inocente de uma pecuária de ignorantes e rotineiros.

O eminente fluminense Nilo Peçanha, um dos últimos (no tempo) estadistas da nossa República, que ocupou, com clarevidência e honradez, duas vezes a presidência do seu Estado e a da República, assistiu o início da irracional substituição das matas e das lavouras fluminenses, e outras, pelo boi e previu, para previnir, o desastre social daí decorrente, deixando a singela e séria advertência: **terra aonde chega o boi, não fica (ou a ela não vai) o homem.**

E é fácil se compreender: os x homens (por ex.) necessários para "tocar" lavoura em determinada área, são substituídos por x/5 . . . x/10 homens quando a mesma área, convertida em pastagens, recebe o gado. Bem entendido: mantendo-se, como se mantém por este Brasil a fora, a ronceira agropecuária da enxada (lavouras) e da criação extensiva-solta. Enquanto, lembre-se, é o inverso disso o que acontece quando a técnica e o planejamento alcançam plenamente a nobre atividade agropecuária: então a lavoura, mecanizada, dispensa trabalhadores, é verdade; mas, em contra partida, a criação de gado racionalmente organizada, com um zootecnia apurada (gado confinado ou semiconfinado, bem alimentado, assistido profilaticamente, plantio e remanejo de pastagens e forragens diversas, aproveitamento do esterco, etc.). Criação nestes moldes (extensiva a outros animais domésticos), ia eu dizendo. . . "está na cara", ocupará os homens libertados da velha enxada; abre perspectivas de restabelecer o equilíbrio sócio-econômico das envelhecidas e abandonadas glebas, trazendo gente de volta a elas, e atrairá trabalhadores para as regiões e áreas novas, em processo de ocupação, como a Amazônia.

É imperativo evitar-se nas novas terras da Amazônia aquela pecuária que afugenta o homem, e ali instalar aquela

que o atraia, sem criar a paisagem fantasma (**ghost lands cap**), de miséria, que aconteceu e está acontecendo: extintas as roças (é o caso do Sul), deixadas sem ocupação e sem meios de subsistência, vultosas levas de roceiros deixam, em infeliz êxodo, suas terras de nascença e de labuta, vindo e indo criar e constantemente agravar esse outro aspecto da questão social — o favelismo (com outros nomes, em outras cidades), o marginalismo — sórdida nódoa de uma civilização que resiste a reformas inarredáveis e inadiáveis... se quiser subsistir com uns restos de humanismo, de amor e dignidade.

Pois bem, em longuíssima e relativamente profunda faixa do Brail periférico-litorâneo, de um lado; e até aqueles limites setentrionais, até ontem barrados pela selva e pelas águas amazônicas, de outro, já se produziram os desastrados efeitos acima sucintamente descritos. Irá o mesmo acontecer no novo Eldorado que está surgindo — a Amazônia? Com uma diferença a se assinalar entre os dois casos: no Sul foi após uma longa, rendosa e saudável ocupação pelo homem, que veio o boi e o expulsou, o fez emigrar. Na Amazônia é o contrário que está acontecendo: o boi está chegando primeiro, e conterá a migração para aquelas áreas, das populações sobrantes nas áreas densamente povoadas e de miséria. A outra diferença é que as terras depredadas, cansadas, do Sul são de recuperação relativamente fácil; as da Amazônia podem tornar-se irrecuperáveis.

Diante do perigo da repetição em áreas da Hiléia (onde aliás já se vê os terríveis efeitos, em parte da região Bragantina, nas extensas margens da Belém—Brasília e outras) da devastação-depredação, prevemos que redarguirão: a situação, hoje na ocupação ora em marcha, é outra; tudo foi estudado e planejado; foram escolhidas e demarcadas as áreas a serem ocupadas pela agrlcultura, pela pecuária, sim ou não consorcıadas; áreas a serem poupadas do desmatamento, bem como aquelas que hoje ou amanhã deverão ser obrigatoriamente reflorestadas etc. Reconhecemos e louvamos o asserto desse planejamento e no artigo acima citado **(A Amazônia Brasileira em Foco, n.º 6)** escrevemos: "Dedicamos-lhe (ao planejamento e início da ação agropecuária na Transamazônica), o nosso entusiástico aplauso". (Segue-se um resumo do planejado e do em execução). (**loc. cit.** p. 89).

Mas, como naquele artigo se dizia, repete-se hoje; surgem dúvidas de que tão ponderados e alvissareiros projetos não venham a ser burlados, sonegados, esquecidos e não venha a acontecer no Setentrião, embora em outras dimensões e com

resultados talvez mais desastrosos, o que já ocorreu em quase todo o Brasil. Nosso temor é patriótico e a crítica é de intenção construtiva. De nenhum modo derrotista.

É que, em nossa já muito longa vivência com problemas brasileiros temos, com melancolia, observado que o nosso patrício, nos diversos níveis sociais e funcionais, falando em tese, ao lado de qualidades altamente positivas, apresenta outras francamente negativas e de suma importância etológica: pouco apego às responsabilidades e à disciplina, donde uma acentuada displicência ante o cumprimento das leis e dos códigos e regulamentos. Muito cioso de "seus direitos", mas, lamentavelmente, pouco atento aos **seus deveres.** E, como tendência correlativa, cria-se a distância entre a **lei,** o **código,** o **planejamento,** o **projeto** e a respectiva **execução.** (1)

Em programa de televisão denominado "Jornal da Livre Empresa", no dia 2/12/68, em entrevista, dizia o ilustre Marechal Lima Brayner, dentre outras coisas, que a Reforma Agrária Brasileira foi muito bem planejada, através do Estatuto da Terra (datado de 1964), porém, "até hoje (dezembro de 68), praticamente não saiu do papel..." Outra comprovação do alegado (somente dentro do assunto deste artigo), está na chamada **Carta de Brasília,** destinada a "apurar a realidade brasileira quanto à pecuária e verificar os fatores que obstam o seu desenvolvimento". É mais um livro do que uma carta: cuidada edição de 128 páginas. Belo projeto, enfim; mas, ao que parece, não se fala mais nela...

Eis aí um dos lados negativos da alusão acima: elaborarse extensos e vistosos planos e projetos com exposições de motivos, organograma, etc., cuja maioria vai para uma gaveta, pendura-se numa parede e, por vezes, executa-se pela metade...

"Não negamos a importância e a necessidade do planejamento, que deve anteceder todo empreendimento econômico; é este, sabe-se, um dos traços característicos da política-administração moderna, em contraposição à ultrapassada política do "laisser faire, laisser passer". O nosso reparo e con-

---

(1) A respeito da distância entre a lei escrita (códigos, regulamentos) e seu cumprimento, veja-se este tópico: "A rigor ninguém sabe muita coisa sobre reflorestamento nos trópicos. A lei brasileira manda plantar 4 árvores por cada metro cúbico de madeira consumida. A Brumasa consome 4.000 m3 por mês; *está plantando apenas parte disso e é certamente a que mais se aproxima do cumprimento da lei...*" É o que confessa o Sr. Hans Hadehir, gerente da Brunynzeel Madeireira S/A (Brumasa), do Amapá. (REALIDADE, n.º 67, outubro de 1971, pág. 294).

denação é, de um lado, a facilidade e pomposidade com que, via de regra, se elaboram tantos planos; de outro, a mesma facilidade com que se os desprezam..." (maior desenvolvimento desta tese acha-se no livro citado, do autor, pág. 123).

Mas voltando ao caso dos códigos e seu cumprimento, lembramos que José Bonifácio (nunca é demais recordar: o mais eminente dos nossos estadistas, cidadão de vanguarda, forrado de profunda cultura enciclopédica-científico-humanista, o verdadeiro mentor e artífice da nossa independência), na Assembléia Constituinte, em 1823, pronunciou os primeiros alertas sobre as graves distorções ocasionadas por irracionais destruições de matas para uma agricultura, já naquela remota época, considerada predatória. Desde então, sob o impulso das idéias do Patriarca, começou-se a legislar sobre o sério problema no intuito de se evitar, ou minorar, seus efeitos. No entanto, conforme é do conhecimento dos estudiosos ou dos simples observadores, as devastações não pararam. É um exemplo da afirmação, isto: no princípio do século, o Estado de Minas ainda tinha cerca de 40% de seu território coberto de matas virgens, o que é dizer: de terras virgens e férteis; hoje a mesma cobertura florestal não passa de 5% da área mineira. Não tão grave, mas muito grande também, é a devastação nos Estados vizinhos do mineiro. E, o que é pior, a maléfica faina predatória continua por toda parte, mesmo na Amazônia.

Eis por que repetirmos com o Elesiastes: "clama ne cesses!"

O primeiro brado contra a brutal devastação que se cometia contra a Hiléia, como conseqüência da abertura da BR-14 (Rod. Belém—Brasília), foi dado por R. Mena Barreto, no seu pequeno livro "Aventura Através do Progresso" (ed. SPVEA e RODOBRÁS, 1965). Em seguida na notável obra: "A Rodovia Belém—Brasília", (1967), os geógrafos Orlando Valverde e Catarina V. Dias, em parte, corroboraram as denúncias do Sr. M. Barreto, como, através de descrições e fotografias, as mostraram de modo mais patente. E o autor deste artigo, após realizar, em 1971, uma viagem de estudo pela mesma rodovia (de carro, viajando somente de dia, parando onde conveniente, a fim de melhor ver e observar) e do que viu e observou, escreveu um artigo com o título **A Rodovia Belém—Brasília e os Fazedores de Desertos (in** a **Amazônia Brasileira em Foco, n.º 6),** onde se mostra — mais uma vez — ser real a ação dos fazedores de desertos, também na Amazônia, e em nossos dias. Lá, nos cerca de 600 km da ex-Hiléia atravessados pela grande rodovia, a mata foi, pode dizer-se, total-

mente arrasada e, no seu lugar, ficou a paisagem fantasma das pastagens, ou antes, dos matagais contendo capim... Muito raramente, até onde alcança a vista, dos dois lados da estrada, e deve continuar mais para dentro, algumas lavouras ou seus sinais; bem assim, posto que mais raramente, alguns capões do que sobrou da velha Hiléia. O que é feito do preceito ecológico de se poupar de desmatamento 1/3 das áreas virgens ou reflorestadas, de cada propriedade rural? As devastações para a instalação do boi ou para outras finalidades são, pelo que se verifica, executadas ao arrepio das leis e códigos, das repartições e dos agentes que existem para orientar a boa prática e coibir aquelas decorrentes da ignorância, da má fé e da cobiça.

Não é apenas como mentalidade conservacionista que se tem de condenar tais práticas, sobretudo na Amazônia, pelas peculiaridades negativas do seu solo, como se verá mais adiante. As pastagens-invernadas na zona servida pela Belém—Brasília são imensas e não diferem, ao que se vê, das conhecidas cá pelo Centro-Sul. Nelas o gado, de corte e leiteiro, não pode dar rendimento ou desfrute de grande alcance econômico. É fácil compreender: o boi e a vaca que têm de andar constante e incansavelmente, por vezes subindo e descendo encostas ou morros íngremes, atrás do capim... o pouco que conseguem comer é transformado em energia, em vez de o ser em crescimento, em carne, gordura e leite.

Não se trata de ("tout court"), condenar a agropecuária na Amazônia. O boi comum e o búfalo têm o seu lugar naquele vastíssimo Novo Mundo. O que se tem de evitar, numa conjuntura sócio-econômica a ser implantada ali é, lembrando isso aos tecnocratas, que o progresso deve ser realizado em benefício do homem; deve ter por meta o homem. E uma das condições básicas para a sua sobrevivência e bem-estar é a preservação — sã — do seu "habitat" a nossa benfazeja Terra e sua biosfera (2). O que se tem de evitar, permita-se a

---

(2) Como oportuno lembrete aos anticonservacionistas e aos indiferentes (o que, para uma necessária conscientização de todos, convém repetir): 1) que florestas (não bastam plantas ou matos quaisquer, como pastagens...) e animais silvestres não existem apenas para serem contemplados e caçados; têm eles funções definidas na formação e manutenção do equilíbrio biológico, condição indispensável da sobrevivência, ou da vida de todos na face do nosso planeta. São elas (florestas) fatores da conservação do solo, auxiliares da formação da água atmosférica (vapor), e da precipitação pluvial; sua infiltração e conseqüente armazenamento das águas subterrâneas, de que resultam nascentes e redistribuição das águas;

repetição, é que na Amazônia e alhures, o boi — avassaladoramente — destrua a natureza e tome o lugar do homem. O que, de modo temerário, julgamos, para as peculiaridades da Hiléia, conforme se mostrará adiante, está acontecendo.

A revista **Realidade,** em ampla e muito bem feita edição especial, de out/71, com 300 páginas, dedicada à Amazônia, à pág. 122-3, diz: "As patas do boi estão abrindo 280 fazendas na Amazônia: Uma área 2 vezes a da Áustria". Isto a partir de 1967; e lembrando que a área da Áustria é de ..... 83.850 km2, donde se segue que área englobada das fazendas é superior a 166.000 km2. E que somente uma delas, a Suiá-Missu, mede 6.780 km2, ou cinco vezes a área do Estado da Guanabara (1.356 km2). Nela está prevista uma população de 125.000 cabeças de gado. (E de gente? indagamos...). Aliás parece ter havido engano no cômputo das fazendas, pois no verso do mapa da Amazônia Legal, suplemento do número especial de **Realidade** (out/71), vem um anúncio da SUDAM que diz: "Quando V. for investir seu Imposto de Renda na Amazônia, nós lhe mostraremos **mais de 500 projetos agropecuários já aprovados** pela SUDAM..." Como os projetos agrícolas e industriais são relativamente poucos, presume-se que já naquela época (1971) as fazendas de criação eram em número muito superior a 280, com área muito maior que duas vezes a da Áustria. E de 1971 para cá, vigente, que está, o plano de concessão de terras a preços baixos, com os favores da aplicação de parte de I. R. e de empréstimos de agências oficiais (Banco da Amazônia, Proterra, Incra etc.), patrocinados pela SUDAM, outras tantas fazendas terão sido instaladas, às quais se devem somar outras existentes de mais longa data, como as das margens da Belém—Brasília... E relembrando que o boi afujenta o homem, vê-se que o título deste artigo não é figura de retórica.

Por interesse e zêlo puramente patrióticos estamos sempre atentos aos problemas brasileiros e, assim, vimos acompanhando com vivo empenho um dos mais fascinantes

---

propiciam a renovação do ar, fornecendo oxigênio e destruindo gás carbônico... 2) São fontes de inestimáveis bens, quer de uso direto, como madeira, frutos comestíveis e outros, quer de matérias-primas, como celulose (papel), borracha etc... e, neste mundo, ensandecido pelo drama (quiçá chantagem) do petróleo (superconsumo, exagerada elevação do preço, duvidosa, embora fatal, previsão de esgotamento...) e enquanto a tecnologia não lhe arranjar outro sucedâneo à altura, o qual poderá provir da própria madeira (ou lenho), em geral transformada em combustível sintético (líquido), até — no que seria retrocesso sócio-econômico — de lenha!...

e oportunos deles na atualidade: a ocupação da Amazônia e suas múltiplas implicações; seus prós e seus contras, o positivo e o negativo. Um dos seus aspectos tomamos como tema deste artigo.

Como lembramos atrás, louvando-o, reconhecemos o acerto do plano da ocupação-exploração das extensas glebas situadas nas margens da **Transamazônica,** da **Cuiabá—Santarém** e outras; que parte das medidas ali exigidas, como a da manutenção, em cada lote (100 ha), de 50% da sua área em mata, primitiva ou de reflorestamento, será igualmente, exigido nas fazendas dos projetos da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

Mas, pelas razões acima expostas subsiste o temor de que os preceitos acauteladores contra os fazedores de desertos não sejam cumpridos. Pois apesar de tais preceitos (códigos), quase a metade do Brasil (o não amazônico) não está aí depredada, semidesértica? Não estão aí, em fantástico número e extensão, os latifúndios improdutivos, desertos de matas, de lavouras, de gente, quando muito, ocupadas por escassos bois? Calcula-se que fora do Brasil amazônico, nos 70 anos deste século, se destruiu tanto de matas e terras virgens e férteis, que elas cobriam, quanto as que foram destruídas nos 400 anos a partir do descobrimento.

É um dos frutos do início da tão propalada explosão demográfica, da civilização industrial, e da sociedade de consumo: nunca se foi com tanta voracidade e com tanta sêde às fontes de bens de toda a espécie; de materiais renováveis ou não. À Amazônia é imensa fonte deles, todos sabem, e seus recursos materiais, há quem diga, são inesgotáveis... Mas nos termos da voracidade hodierna, assinale-se, por quanto tempo? O tempo exato, claro, é de previsão impossível; mas nos ditos termos da voracidade atuais será menor do que aqueles 70 anos referidos... Se sábia, severa e constante vigilância não acompanharem a execução do já planejado; se forem desprezadas reformulações que a prática apontar como necessárias no que está sendo realizado. De qualquer maneira não parece acertada a prioridade que está sendo dada ao boi, nos moldes ultrapassados e avassaladores em que ele lá está penetrando.

Com efeito, o solo hileano vem, de longa data, sendo amplamente estudado e experimentado. É abundante a bibliografia que o retrata, ou melhor, o radiografa, e aponta suas peculiaridades e as alternativas face à sua exploração: agricultura, silvicultura ou pecuária? Cientistas e técnicos, sejam avulsos, sejam os pertencentes ao Instituto Nacional de Pes-

quisa da Amazônia (INPA), Manaus; e ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agronômica do Norte (IPEAN), Belém; têm firmado umas opiniões já bem sedimentadas sobre os mais indicados processos para a exploração acima aludida. Vamos citar algumas das opiniões sobre o momentoso assunto, lembrando, de passagem, que as terras amazônicas se dividem em dois grandes grupos; **várzea** (terras baixas, às margens dos rios e igarapés, em geral muito extensas, sujeitas a inundações periódicas-anuais); **terra firme** (terras mais altas, não sujeitas a inundações): "...Eles (imigrantes que chegaram à Zona Bragantina-PA, em 1915) derrubaram e queimaram a grande floresta a fim de iniciar a grande plantação e, pouco a pouco ocuparam toda a zona; mas a obra dessa gente consistiu em **destruir ouro para a produção de prata,** como um prudente brasileiro, Amaro T. Damasceno Jr., se exprimiu; e Camargo, ex-diretor do IPEAN, que o cita, ajunta: "Na verdade, **a destruição da mata corresponde a destruir ouro;** e **a produção de farinha de mandioca, arroz e outros cereais corresponde a produzir prata.** O médico Damasceno não podia representar melhor a situação: mas o pior é que a **escandalosa destruição daquelas ricas florestas continua hoje"** (Harald Sioli: **"Recent Human Activites in the Brasilian Amazon region and their Ecological Effects";** Washington **Smithsonian Institute.** Pr. 1973. VIII. Sep. pág. 327; grifos nossos). Em outro tópico escreve Sioli: "O cultivo da terra firme, entretanto é problema diferente (do da várzea): "Silvicultura (Forestry), que **será o mais avisado método de utilização para amplas extensões,** está ainda na infância" (loc. cit. pág. 331).

"Quem começar a explorar madeira **por manejo florestal,** vai ficar rico" (Paulo A. Machado, diretor do INPA).

"...As forças da natureza cultivam as árvores", diz Pitt, técnico da ONU que, a pedido do Governo brasileiro, fez um longo estudo de caráter econômico, da floresta amazônica. "Até agora, na Amazônia, o homem só tem sabido destruir a natureza. **Mantê-la, mas mudando-a para ter lucros,** parece ser tarefa de novos criadores". (Realidade, n.º cit., pág. 297, grifos nossos).

Felisberto de Camargo, ex-diretor do IPEAN, opina: "... O pobre agricultor avança pela floresta **destruindo inconscientemente uma riqueza secular.** Na primeira colheita, o solo até se beneficia com a deposição de cinzas das árvores queimadas; a colheita é boa, aí vêm as chuvas e o solo desprotegido é varrido pelas águas. O húmus acumulado durante anos desaparece (lixiviado, segundo a linguagem dos técnicos). **No**

lugar da terra gorda fica a areia lavada, sem força, sem promessas, sem defesa para novas chuvas".

"Uma coisa é certa", diz outro conhecedor dos solos amazônicos, o agrônomo Geraldo Moura, "tentar a exploração de terras da Amazônia com métodos agrícolas tradicionais é condenar o colonizador à desgraça. Depois do incêndio (da derrubada), a colheita é boa; a segunda se mantém; **da terceira em diante, a colheita não paga a semente".** (loc. cit.) pág. 224, grifos nossos).

Eis agora a opinião de Wilhelm Brinkmann, chefe do Setor de Ecologia do INPA: "... **Eu sou contra as grandes fazendas de gado na Amazônia,** não porque a floresta me pareça mais bonita. Detesto os conservacionistas românticos. As grandes derrubadas devem ser evitadas justamente por motivos econômicos. A fertilidade do solo tropical desmatado se esgota rapidamente. Em três ou quatro anos, o húmus que restou da queimada da mata não produzirá a vegetação assombrosa da primeira colheita, nem a vegetação razoável da segunda, nem a medíocre da terceira. Por isso **em pouco tempo será preciso adubar o pasto para a produção da carne. Será antieconômico". (in Realidade,** n.º cit. pág. 145, grifos nossos).

Então, será argüido, não se fará agropecuária na vastíssima Amazônia? Sim, tem-se feito, embora a duras penas: e quando comparados os resultados de lá aos daqueles de outras regiões do país (salvo nas terras das **varzeas,** de emprego limitado, por motivos das enchentes, e nas raras manchas de terra roxa — fértil), o desfrute econômico, de cada área derrubada e queimada, é muito menor na Amazônia do que nas terras do Centro-Sul. Um dos reflexos disso é o que já vem sendo posto em prática: nas varzeas plantações de curto ciclo e as indenes às enchentes, como milho, feijão, amendoim, arroz, juta etc; nas terras de transição e na terra firme: banana, pimenta-do-reino, guaraná, derris, côco da praia, dendê, cacau, cupuassú, castanha, seringueira (borracha) e outras espécies frutíferas e florestais, inclusive para madeira, celulose, etc; bem como pequena ou média criação. Isto é, em linhas gerais, o que se aconselha para a exploração da terra naquelas lindes; o que, sendo feito de modo inteligente, dará êxito. Como é o caso apresentado, por exemplo, por Sioli, em artigo sob o título: **Ecologia da Paisagem e Agricultura Racional na Amazônia Brasileira.** (in Amazônia Brasileira em Foco, n.º 8, 1973, pág. 25-6). Outro reflexo da dificuldade em se arrancar das terras hileanas (por motivo dados pelas autoridades no assunto acima "ouvidas"), é ser a região

amazônica onde os alimentos habituais — vegetais e animais — alcançam os preços mais elevados do Brasil. Faz exceção neste item, pela abundância, o peixe que, em geral, nos mercados urbanos é bem mais barato do que no resto do país. O que mostra a grande piscosidade da maior concentração de águas interiores que se conhece, e, através da piscultura e da pesca racionais, uma grande possibilidade para futuros ocupantes da Amazônia...

Antes de partirmos para um resumo e conclusões deste artigo, abramos outro parênteses, onde, a contra-gosto, lembraremos alguns aspectos chocantes apresentados por uma parte dos empresários que estão enchendo a Amazônia de bois. É que alguns desses chamados pioneiros, ou mesmo de bandeirantes, nem ao menos cuidam de cumprir as leis e códigos, sejam os administrativos, sejam os humanos ou éticos. A imprensa do país vem denunciando as irregularidades e os abusos que são cometidos por tais fazendeiros, já contra os trabalhadores, peões e outros, que lá são submetidos a um regime semi-escravo-feudal, já contra o ambiente e suas riquezas, que estão depredando; nisto ultrapassando os limites legais ou contratuais. Em casos menos freqüentes, invadindo até o patrimônio dos índios.

Apresentamos alguns desse casos que temos em mão, ao escrever este artigo, citando apenas seus títulos e passagens mais elucidativas, dos órgãos que os divulgam:

1) **"Civilização, até hoje, tem sido sinônimo de mata arrasada. Hoje, cem mil pessoas vivem da destruição da floresta amazônica.** Civilização ou ameaça?" (REALIDADE, n.º 67, out. 1971, pág. 144, grifos nossos).

2) "... As terras férteis ocupadas por estes índios (nhambiquaras), no vale do Guaporé-MT, despertaram o interesse de dezenas de companhias agropecuárias e de colonização, que atualmente já se encontram instaladas na região. Apesar da Constituição em seu art. 198, garantir ao índio o direito de posse permanente da terra e usufruto das riquezas nela existentes...

São mais de 20 projetos subvencionados pelos incentivos fiscais através da SUDAM, que já estão usufruindo das férteis terras nhambiquaras." (de uma reportagem publicada no JORNAL DO BRASIL de 10, 11 e 12/9/72, transcrita por **A Amazônia Brasileira em Foco,** n.º 8, pág. 41/46).

3) **"Colonização a machado e fogo começa a destruir a Amazônia.**

A Amazônia está ameaçada de destruição — que já começou em muitos lugares — porque **empresários queimam os**

seringais e florestas que adquiriram com incentivos fiscais sob promessa de transformá-los em pastagens e, **contrariando a SUDAM, estão fazendo o seu loteamento".** (JB, 4/2/73, cad. I, pág. 25, grifos nossos).

4) **"Desamparo, a recompensa ao peão escravo da Amazônia".**

"... A floresta esmaga a gente — responde um paraibano, José Francisco Maia, de 28 anos. **Essa terra não é do homem, é do boi.** Só uns poucos boiadeiros vão ficar aqui para levar o boi ao matadouro... **essa terra não é para mim...**" (de uma reportagem no JB de 22/4/73, transcrito da Amazônia Brasileira em Foco, n.º 8, 1973, pág. 82, grifos nossos).

5) "Seringalistas denunciam atos predatórios contra as plantações da Amazônia".

"A Associação dos Seringalistas de Mato Grosso entregou ao Superintendente da Superintendência da Borracha, memorial denunciando a avassaladora ação das empresas agropecuárias, de empresários de São Paulo que, à **procura de áreas para a implantação de seus projetos, estão destruindo seringais nativos".** (JB, 2/2/74, cad. I, pág. 4).

6) **"Governo investiga sevícias contra peões em Mato Grosso".**

"A gentes da Polícia Federal e funcionários do Ministério do Trabalho e do INCRA estão no município de Porto dos Gaúchos... apurando denúncias formuladas pelo Pe. Iasi, secretário-executivo da Missão Anchieta, segundo as quais **fazendeiros maltratam e seviciam seus peões".** (JB, 16/2/74, cad. I, pág. 12).

7) "... No Acre, **seringais estão sendo transformados em extensos campos de pastagens".** (JB, 17/2/74, cad. I, pág. 29).

Ficou bem estabelecido, através da ampla explanação baseada, aqui e ali, na experiência e na opinião de capacitados conhecedores da Amazônia, sobretudo no que toca sua natureza, seu solo e sua ocupação-exploração, que, na sua larga generalidade, há profundas diferenças entre aquela imensa região e o resto do país. Salvo áreas relativamentes pequenas (para aquele mundo) de manchas ou inclusões de terra fértil ou roxa, na terra firme, e as **várzeas,** mais ou menos propícias à agricultura, o mais é o latossolo (ou solo laterítico), o qual, destruída a camada de húmus, pela derrubada-queimada, seguida da agricultura convencional, rapidamente se torna estéril. Roças e pastagens extensivas, pelos métodos rotineiros usuais em tais solos, são condenáveis; sua raciona-

lização importando principalmente em adubação intensiva, torna a produção antieconômica.

O que fica mais patente, porém, das opiniões acima transcritas, e das que obtivemos pessoalmente em conversa com técnicos do INPA e do IPEAN, nas visitas a estas instituições, em 1971, bem como na vasta literatura pertinente consultada; o que ressalta é o que dizem Damasceno e Camargo **"destruir a mata amazônica** (a Hiléia) **para fazer roças e pastagens, é o mesmo que destruir ouro para produzir prata".** Preservar, pois, a Hiléia, reiteramos, não por romântico conservacionismo, não porque a floresta seja mais bela, mas por imperativa econômico, é o que se impõe. Para hoje e para o futuro a atividade, a exploração mais adequada para aquela região é a florestal. Não arrasando (simplesmente tirando madeira), o fantástico potencial lá existente, mas, por manejo florestal, isto é: a) sem destruir o solo, vegetal, o qual, lá é uma espécie de **fênix:** nasce da floresta, é consumido por ela e, em ciclos infindáveis, dela renasce e a ela dá vida... b) dividindo áreas florestais em módulos, processando neles o corte das espécies adequadas para madeira, pasta, celulose, etc. e reflorestando-enriquecendo os vazios com espécies selecionadas de alto valor (borracha, castanha, cacau, e outras frutas, essências odoríferas, madeiras de lei, idem para celulose, etc., etc.). Lembrando que as madeiras, em 1973, tiveram, no mercado internacional, uma alta de preços de cerca de 100%; e a celulose e o papel, outro tanto!

Vejamos, ainda, outras razões que condenam a pecuária extensiva nas terras amazônicas, de pastagens muito pobres como ficou visto atrás e lembrando que capins (gramíneas em geral) são de muito baixo valor nutritivo. Para se ter uma idéia do alegado compare-se o rendimento do gado da criação nacional com o de países de alta tradição pecuarista:

1) Desfrute (percentagem de cabeças abatidas, anualmente, em relação ao rebanho total; todos os números indicados representam médias): no Brasil, 11,5%; nos EUA 33%; na Argentina 25%; **na Amazônia 9%.**

2) Idade para o corte, gado nacional, crioulo ou misto: 3 a 4 anos; gado importado, p.ex., charolês, hereford, devon aberden angus, criados em regime de boa zootécnia, 1,5 a 2 anos;

3) Rendimento em carne, por cabeça: no Brasil, 187 kg; em S. Paulo e no Rio Grande do Sul, 200 kg; **na Amazônia, 145 kg;** nos países de pecuária avançada, **de 500 a 700 kg.**

Por isso, ali na nossa vizinha Argentina, "com um rebanho bem menor do que o nosso, **se produz uma quantidade de**

carne três vezes superior à produzida no Brasil". (do artigo 'Gado Está Doente e Mal Alimentado'. JB, 9-7-73, cad. I, página 34. Outros dados de REALIDADDE, n.º especial cit. página 288) (grifos nossos). (3)

Voltamos a perguntar: vale a pena destruir, de modo avassalador, como se está fazendo, as riquíssimas florestas amazônicas, para se criar gado tão pobre? (4).

Em vista das considerações expostas, sejam-nos permitidas algumas sujestões para atrair gente, trabalhadores e suas famílias, para a Amazônia. Bois, também; porém pensando-se mais em gente do que em bois.

O ex-diretor do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ex-Ministro da Agricultura, Sr. Moura Cavalcanti, disse: "...**Sei que vamos errar muito,** mas vamos acertar também. **Estamos abertos para ouvir quem quer que queira ajudar.** Para um verdadeiro continente, como a Amazônia, deve haver milhares de teorias... A agropecuária na Amazônia é um desafio; os riscos da empresa são ali maiores do que em outras áreas'. (grifos nossos).

Embora louvando a humildade do Dr. Cavalcânti, prevendo os erros que esperam os promotores oficiais da ocupação da Amazônia, seria imperativo evitá-los, ouvindo, e levando em conta, as advertências dos velhos conhecedores e estudiosos da região.

---

(3) Não se ignora que haja, no Brasil, sobretudo nos Estados de São Paulo e R. G. do Sul, pecuaristas altamente esclarecidos e progressistas, donos de plantéis e rebanhos das mais altas linhagens, seja para o corte, seja para leite, como o charolês, o "aberden angus", o "hereford", o "devon", o holandês, o suíço, o jérsei, e o zebu, com as suas sub-raças etc. Criação em regime de confinamento ou de semiconfinamento; formação e trato de pastagens, forragens balanceadas, profilaxia, etc.; tudo garantindo um grande e compensador desfrute e rendimento. Mas esse não é o normal; o grosso da criação nacional é de rebanhos soltos em imensas áreas de pastagens, maltratadas e pobres. Daí o seu rendimento global tão baixo.

(4) Ainda se se destinasse a criação em questão, para levar o rico alimento (sua carne) à metade subnutrida, e mesmo semifaminta (notadamente carente de proteínas), do nosso povo, seria o sacrifício social — da depredação do valiosíssimo patrimônio nacional, que é a Hiléia, compensado pelo benefício social — de um povo bem alimentado. Mas isto, pelo visto, não vai acontecer: de um lado, porque os baixos salários que continuam a viger para nossos patrícios, os trabalhadores e os humildes, em geral, não lhes permite, senão em casos excepcionais, terem carne à mesa; de outro (vislumbra-se), a carne será para exportação, a quem pode pagar melhores preços...

Nossas sugestões, por fim:

1.º — Os projetos do INCRA, nas extensas margens da Transamazônica, dos lotes familiares (100 ha. cada), das agrovilas e rurópolis, já em execução, e os previstos para tal, continuarão suas atividades dentro do grande esquema estabelecido;

2.º — Critérios semelhantes deverão ser considerados para com o plano das colossais fazendas de criação de gado, subordinadas, ou dependentes da aprovação, da SUDAM; isto é, os projetos já aprovados, os já apresentados, pendentes, e os a serem apresentados, digamos, até 30-6-1975, p. ex., continuarão em suas atividades dentro das atribuições e limites contratuais vigentes.

Estes dois tipos de empreendimentos — como gigantesca experimentação — servirão para testar os projetos: seus acêrtos e seus eventuais erros; bem assim, a viabilidade econômico-social dos mesmos.

3.º — Em bases semelhantes às dos planos lembrados nos itens 1 e 2, serão estabelecidos lotes ou módulos para exploração florestal, com manejo, de que falamos acima, dispondo das mesmas facilidades financeiras e assistenciais, para localização de colonos e suas famílias, como as do item 1, e dos mesmos favores fiscais, investimentos decorrentes do Imposto de Renda, empréstimos, etc., de que participam os empresários do item 2. A exploração florestal, em tais moldes, substituirá o aleatório e pobre extrativismo de uns poucos, por uma ocupação, certa e rendosa para muitos. As manchas de terra fértil, eventualmente encontradas nas áreas dos lotes de exploração florestal, serão destinadas à agricultura, para isto organizada.

4.º — Tendo em conta a extraordinária riqueza e as possibilidades das águas amazônicas em peixes, quelônios (tartaruga e semelhantes), outros répteis (como o jacaré), etc., ricos e saborosos alimentos, é de se sugerir a atração de gente e de capitais para a piscicultura, para a pesca (ou criação e captura), incluindo a industrialização dessa riqueza; tudo dentro da organização, com a vantagens dos outros empreendimentos acima citados.

5.º — A grande e extensiva criação de bois e búfalos não será abolida na Amazônia, claro que não, isto não passa por nosso pensamento; será realizada; empresários serão incentivados com os mesmos benefícios fiscais e creditícios, a irem instalá-la nos campos naturais, como os da Ilha Marajó (onde já há grandes manadas de búfalos) e noutros; nas savanas e nos cerrados; neste caso não só da Amazônia, mas também

nos de Mato Grosso, de Goiás e de Minas, que são imensos. São perfeitamente adaptáveis ao mister, sem que se tenha de danificar os incalculáveis valores da Hiléia: os fabulosos recursos florestais comerciáveis, ali acumulados durante séculos, e o inestimável dom de uma ecologia, de um ecossistema que, uma vez destruído será de difícil, mesmo de impossível reconstituição.

Os conservacionistas consciente, em cuja legião estamos alistados, não são tola e meramente contra as derrubadas de matas. Repelem eles os epítetos de românticos e, mais ainda, o ofensivo conceito de "profetas do Apocalípse", com que os brindam tecnocratas e seus interesseiros comparsas. Aprovam, os conservacionistas, as derrubadas, quando necessárias, nas áreas adequadas. O que condenam, estando sempre atentos, são as irracionais e inoportunas devastações, como ainda vêm ocorrendo, por toda parte do nosso velho Brasil, e agora estão chegando no novo, isto é, na Amazônia. Destruir a Hiléia, formidável manancial de riquezas, para "hospedar" míseros bois?!. . . Plenos de convicção patriótica, respondemos: não!

ZONA FRANCA, DESENVOLVIMENTO E ESTAGNAÇÃO *

Jefferson Peres **

O advento da Zona Franca — com a reanimação dos negócios e a implantação de algumas indústrias novas, de par com a superabundância de mercadorias estrangeiras postas repentinamente à disposição do consumidor — provocou, como é natural, um clima de euforia e confiança que, não obstante os vaivéns da Lei, perdura até hoje. Esse estado de espírito é altamente positivo ao propiciar as condições subjetivas necessárias à manutenção do processo de desenvolvimento, que não pode vingar numa atmosfera de pessimismo e descrença. Por outro lado, os inegáveis benefícios decorrentes do decreto-lei 288 não devem obscurecer — como, infelizmente, parece estar ocorrendo — o fato de que o "boom" por ele gerado constitui fenômeno circunscrito à área da capital, sem nenhuma repercussão no interior. Este, longe de se beneficiar do esperado poder de irradiação da Zona Franca, foi, talvez, prejudicado pela aceleração do fluxo migratório rumo a Manaus. E, o que é pior, conquanto nossas elites dirigentes demonstrem sensibilidade para o problema, ainda não lograram, a nossa ver, formular uma política de desenvolvimento capaz de conter esse processo de esvaziamento que se agrava continuamente, sem perspectiva de solução a prazo previsível.

É verdade que o êxodo rural não representa coisa nova nem é apenas local, mas um fenômeno histórico irreversível que, iniciado na Europa a partir da revolução industrial de fins do século gVIII, estendeu-se mais tarde a todo o mundo e acentuou-se, nos países subdesenvolvidos, depois da Segunda Guerra Mundial. A urbanização é mesmo condição necessária à industrialização, que se processa mediante a incorporação

* Reproduzido da "Revista da Faculdade de Ciências Econômicas", ano II, n.º 2, dez. de 1973, Manaus, págs. 5 a 8.

** Professor. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas.

da força de trabalho excedente no campo. Nos países de economia madura, a migração para as cidades é duplamente vantajosa, na medida em que supre de braços os setores secundário e terciário e alivia as zonas rurais do excesso de mão-de-obra, liberado pela agricultura que se moderniza.

Essa transferência de população para os centros urbanos torna-se um problema se, como vem acontecendo em nosso Estado, não ocorre, por um lado, qualquer inovação tecnológica na agricultura (ou na indústria extrativa), que mantém sua baixa produtividade e, por outro, a população que se desloca para as cidades não encontra ocupação porque os setores industrial e de serviços não geram empregos suficientes. Aliás, essa ampliação insuficiente do mercado de trabalho se verifica também no Nordeste, de forma a causar preocupação aos técnicos da SUDENE. E note-se que o Produto da região nordestina vem mantendo há mais de dez anos uma taxa de crescimento superior a 7% ao ano, ritmo que não se interrompeu mesmo durante as vicissitudes experimentadas pela economia brasileiro no período 1962/65. É que, lá como aqui, as indústrias que se instalam caracterizam-se por uma alta densidade de capital, sendo, portanto, pouco absorvedoras de mão-de-obra. Problema tanto mais difícil de solucionar quanto não se trata de uma opção a ser feita, mas de uma contingência inelutável, visto que a alternativa seria a utilização de equipamento obsoleto, vale dizer, seria a implantação de indústrias que já nasceriam superadas porque produzindo a custos altos e, por isso mesmo, com seu poder de competição anulado.

No nosso caso existem aspectos ainda mais negativos, porque ao mesmo tempo se verifica uma contínua perda de dinamismo da economia interiorana, fundada principalmente no Setor Primário, que nos últimos anos se apresentou estagnado ou mesmo declinante. Se considerarmos que a população rural cresceu em números absolutos, podemos concluir que a renda "per capita" do interior deve ter-se reduzido sensivelmente.

Esse quadro parecerá ainda mais sombrio se tivemos em mente que essa deterioração afeta principalmente a borracha e a juta, responsáveis por mais de metade da renda gerada no Setor Primário. É certo que, no caso da economia gomífera, isto decorre da inviabilidade dos seringais silvestres, cuja exploração se faz em condições antieconômicas e anti-sociais. Sua lenta agonia, agora abreviada com a taxação de imposto territorial em bases inteiramente inadequadas à realidade regional, não chegaria a constituir um malefício, não fosse a

mesma uma atividade fortemente empregadora e um dos poucos fatores de povoamento dos altos rios, em alguns dos quais representa a única forma de exploração econômica voltada para o mercado.

Quanto à juta, cuja introdução se constitui num evento da mais alta importância, ao marcar a passagem da fase do extrativismo florestal para a etapa mais avançada da grande agricultura comercial, sua estagnação, que está a merecer um estudo em profundidade, torna-se bem mais inquietante, por se tratar de um produto com grandes possibilidades de expansão.

Esse persistente declínio da economia hinterlandina tem sido em parte mascarado pelo progresso, de certo modo artificial, das sedes municipais, graças às injeções de recursos federais em obras de urbanização e serviços de água e energia elétrica. Tais melhoramentos, se bem que contribuam para elevar o padrão de existência dos seus habitantes, não refletem, contudo, o desenvolvimento desses municípios, além de não terem conseqüências de ordem econômica. Mesmo as usinas de energia elétrica, seja pelo seu alto custo operacional e pequena capacidade, seja pela inexistência de "economias externas" — para usar a linguagem marshalliana — não são suficientes para provocar um surto industrial, ainda que modesto. Certo, é bom que continuem sendo instaladas, mas isto não faça esquecer que elas iluminam sedes de municípios que jazem em estado de lamentável prostração econômica.

Parece-nos um erro supor que essa estagnação venha a ser superada através do crescimento da Zona Franca, tal como se processa atualmente. Manaus somente se transformará num pólo de irradiação na medida em que estabelecer vínculos com o interior, isto é, na medida em que sua industrialização se fizer com base no aproveitamento de matérias-primas regionais. Somente o impulso dinâmico proveniente do parque manufatureiro da capital, criando uma demanda permanente de produtos primários do interior, será capaz de promover a articulação da economia estadual e dar às atividades extrativas e agropecuárias condições de estabilidade e crescimento.

Infelizmente, isso não está acontecendo. A expansão de Manaus, a partir da Zona Franca, ameaça repetir aqui o que ocorre nos chamados países de economia encravada, caracterizados pela existência de um setor moderno e dinâmico voltado para o exterior, cujo dinamismo não se propaga ao setor tradicional da economia, que permanece em regime de baixa

renda e baixa produtividade. Ao impedir a integração econômica do Estado, essa anomalia tem o duplo inconveniente de, por um lado, deixar a indústria da capital depender, precariamente, da vigência de uma lei com prazo limitado e, por outro, condenar o interior a um subdesenvolvimento talvez irremediável. Isto para não falar na pressão demográfica, que hoje se faz sentir com intensidade crescente. Ao contrário do que ocorria no passado, quando a emergência de uma crise fazia o sistema regredir para uma economia de subsistência por onde se filtrava a mão-de-obra sobrante, hoje, com as facilidades de transportes e comunicações, tornando as cidades acessíveis e difundindo entre as populações rurais os padrões de consumo dos centros urbanos, ao primeiro sinal de recessão o homem do campo trata de emigrar em busca de ocupação permanente e melhores condições de vida. Sendo que, no nosso caso, essa força de imantação é bem maior, graças aos aliciantes da Zona Franca, que agem poderosamente sobre a imaginação do rurícola. Não terá sido por mera coincidência que, nos últimos anos, em nossa cidade, os sintomas de patologia social, como a proliferação de favelas, o aumento da criminalidade, o incremento da prostituição e do número de menores abandonados etc., já vão assumindo proporções assustadoras.

Não se veja na análise acima, porém, qualquer condenação à Zona Franca, que continua a ser um instrumento válido de desenvolvimento, desde que corrigidas as distorções apontadas. Isto, a nosso ver, poderá ser alcançado se os órgãos regionais de desenvolvimento reformularem seus critérios, de modo a concederem tratamento prioritário (a) às indústrias processadoras de matérias-primas locais e (b) aos projetos agropecuários, além de (c) promoverem o inventário dos nossos recursos naturais, com vistas à ampliação das oportunidades de investimento. Esse elenco de medidas aparentemente simples pode ter conseqüências profundas no sentido de anular a deformação que ora se observa em nossa estrutura econômica com sérios riscos para o nosso futuro.

Sem a pretensão de enunciar verdades incontestáveis, temos, ao contrário, plena consciência de que fazemos apenas um diagnóstico preliminar, porque calcado em dados que dependem de verificação empírica. Nosso principal objetivo, ao levantar a questão, é exatamente instar as agências oficiais a essa tarefa de pesquisa e levantamento, que precisa ser levada a cabo com a metodologia científica adequada. No entanto, já nos daríamos por satisfeito se lográssemos estimular a discussão em torno do assunto, **rompendo o tabu em**

que se transformou a Zona Franca, pelo falso temor de que argumentos menos favoráveis levem água ao moinho dos seus adversários. Tal atitude não nos parece construtiva, e apenas revela a imaturidade dos que a sustentam. Os incentivos contidos no Decreto-Lei 288 constituem, sem dúvida, fatores institucionais de desenvolvimento que precisam ser defendidos com firmeza. Mas já é tempo de submetê-los a exame crítico, através de um debate de alto nível que sirva para definir o seu papel no contexto da região.

NOTA DA CNDDA

A criação e instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967, provocou reações antagônicas: ora era motivo de preocupações ou de críticas, ora de aplausos.

Fora de Manaus, muitos debateram, seus efeitos, principalmente os relacionados com o êxodo de populações do interior da Amazônia Ocidental para a capital do Amazonas, com dificuldades de desenvolvimento de atividades industriais e, mesmo, com a imensa área da Zona Franca, de difícil controle (quanto ao contrabando, por exemplo).

Em Manaus, entretanto, a euforia era geral, sobretudo porque a incremento do comércio provocou grande movimentação na cidade, nunca mais vista desde os tempos em que a Amazônia detinha o monopólio mundial da produção de borracha silvestre.

Assim, o artigo do Prof. Jefferson Peres, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, é pioneiro na análise das distorções apresentadas pela Zona Franca, pois foi o primeiro trabalho científico escrito sobre o tema, na região. Representa, também, valiosa sugestão no sentido de que seja realizada pesquisa aprofundada sobre o assunto, para a qual fornece algumas idéias. Sem a veleidade de condenar a medida institucional, propõe correções, com base na pesquisa e nas experiências dos primeiros anos de existência da Zona Franca.

PRINCÍPIOS PARA O POVOAMENTO DA AMAZÔNIA *

Januário Francisco Megale **

1. A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A grande extensão territorial é característica do Brasil, no qual a Amazônia ocupa mais de um terço da área total. Na Amazônia sul-americana, que engloba áreas da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil, este último detém a maior extensão de terras da grande região geográfica.

A Amazônia brasileira tem, basicamente, três características marcantes:

a) **enorme extensão.**

O espaço do território amazônico brasileiro representa cerca de 59,11% da área do Brasil, para a SUDAM, pois abrange a extensão territorial a oeste do Meridiano 44º, no Maranhão, e o norte dos paralelos 16º, em Mato Grosso, e 13º, em Goiás. Esta é a **Amazônia Legal,** beneficiada por incentivos fiscais, e que corresponde a 5.031.883 km2. É a definição governamental de nossa Amazônia; definição ampla, destinada a incentivar a humanização deste vasto espaço, através de recursos angariados no setor econômico.

Há outra delimitação da Amazônia Brasileira. Para o IBG (Instituto Brasileiro de Geografia), a Amazônia se confunde com a Região Norte do país. É a Amazônia Legal sem as áreas correspondentes aos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. A Região Norte abrange apenas os Estados do Pará, Amazonas e Acre, mais os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Assim delimitada, a Amazônia do IBG, ou Região Norte, tem a área de 3.581.180 km2, ou 42,07% da superfície total do país.

---

* Palestra pronunciada no Instituto de Estudos Sociais e Políticos de Associação Comercial de São Paulo.

** Engenheiro-agrônomo. Economista.

Se quisermos, porém, definir a Amazônia pela floresta tropical, esta é menor, cerca de 3 a 3,5 milhões de km2. Mesmo nesta definição mais restrita, fica ainda a característica de enorme extensão para a Amazônia Brasileira, que é a maior dentre as regiões amazônicas dos países sul-americanos acima citados.

b) **clima tropical.**

O conceito de tropicalidade envolve duas condições fundamentais: calor e umidade. É a Amazônia uma região quente e úmida, basicamente durante o ano todo, embora haja a estação seca. Os primeiros colonizadores lusos desta região levaram em consideração esta tropicalidade para sua adaptação às condições ecológicas. Qualquer programa de colonização nesta região deve ter ciência desta característica, para um resultado eficiente.

c) **vazio demográfico.**

Simples olhadela em um mapa político do Brasil mostranos o vazio populacional da região amazônica. Outra observação a chamar a atenção é que as cidades e outros pequenos núcleos de população estão todos situados às margens dos rios, que superabundam na bacia amazônica. Encontramos, entretanto, pontos extremos: algumas áreas urbanas têm população cuja densidade é bem superior à da média da região. Assim, na Amazônia Legal, as cidades de Manaus, Santarém, Belém, Rio Branco, Porto Velho, Macapá, Imperatriz, São Luís, Caxias e Cuiabá.

Além destas três características básicas, há outras observações que devem ser levadas a sério ao estudarmos nossa Amazônia. Embora drenada por uma rede fluvial extensa, a Amazônia não se apresenta como imensa planície inundável. A planície inundável não atinge nem 5% da Amazônia.

Há na Amazônia dois terrenos geológicos: ao norte e ao sul da linha do rio Amazonas, encontram-se as rochas antigas, que formam o escudo cristalino. Entre estas rochas cristalinas, está a imensa planície sedimentar, tendo no centro a calha fluvial. Assim, os afluentes do Solimões e do Amazonas nascem nos escudos, descendo pelas rochas, de resistências diversas, até desembocarem no caudal amazônico. Neste percurso, ou melhor, no contato dos escudos com a bacia sedimentar, ocorrem as quedas dágua, as "fall-zones" ou corredeiras. São potenciais de energia hidrelétrica para toda a região.

2. O POVOAMENTO DA AMAZÔNIA

Anteriormente à chegada dos portugueses, no século XVI, existiam contingentes indígenas relativamente grandes na Amazônia, assegura o Prof. Artur César Ferreira Reis.

Sabe-se que, em 1676, chegaram à região 234 lusitanos, além dos já residentes nos pequenos núcleos às margens dos rios (como medida de defesa, em fortes). Em 1752, pelo conhecido "navio dos casais", chegaram mais 430. Inevitavelmente, deu-se o choque entre índios e brancos. Os indígenas foram sendo exterminados de várias formas. Assim, entre o descobrimento e o fim do século XIX, não é estranho que a população amazônica tivesse regredido. Mesmo com a vinda de escravos negros, a Amazônia foi pouco atingida. Segundo Ferreira Reis, foi de 14.849 o número de negros importados para a Amazônia, durante o período da colonização portuguêsa.

Na verdade, foram os nordestinos, atraídos pela riqueza da borracha e fustigados pela seca, que deram maior contribuição demográfica à região. Ao terminar o século XVIII, a população estava por volta de 100.000 habitantes. Ao findar o XIX, era estimada em 700.000 habitantes.

Depois do ciclo da borracha — 1890-1920 —, o crescimento populacional tem sido meramente vegetativo. O recenseamento de 1960 dava estes números: 93,2% da população tinham nascido na própria Amazônia, e 99,3% dos habitantes eram brasileiros natos. O que mostra a pequena importância, em numeros, das imigrações estrangeiras.

O mesmo recenseamento indica que, apesar das imensas regiões desertas no interior, a população se concentra nos centros urbanos. Na decada de 1950, o aumento da populaão urbana foi da ordem de 53 por 1.000 habitantes, ao passo que, na zona rural, não passou de 25 por 1.000 habitantes.

Sendo mantidas constantes as taxas de crescimento populacional do último decênio (35 por 1.000), a Amazônia chegará no ano 2000 com cerca de 15 milhões de habitantes, tendo então uma densidade demográfica de apenas 3 hab/km2. Mesmo que estas condições se alterem razoavelmente, será difícil a Amazônia chegar ao ano 2000 com mais de 20 milhões de habitantes. Com este número, a densidade demográfica atingiria 4 hab/km2. Neste mesmo ano, a densidade demográfica média mundial deverá atingir a 41,6 hab/km2. Estes números fundamentam a apreensão pela ocupação mais rápida deste vazio demográfico.

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA — 1970

Unidade da Federação	área km2	População total	População urbana	População rural	% pop. rural	hab/ km2
Pará	1.227.530	2.161.316	1.021.820	1.139.496	52	1,76
Amazonas	1.558.987	955.394	405.562	594.832	57	0,61
Acre	152.589	216.200	59.474	156.726	72	1,41
Amapá	139.068	114.687	62.653	52.034	45	0,82
Rondônia	243.044	113.659	59.895	53.764	47	0,46
Roraima	230.104	40.915	17.475	23.440	57	0,17
Goiás (acima do paralelo 130)	285.945	585.945	150.672	435.272	74	2,05
Mato Grosso (acima do p. 160) ..	776.921	493.644	195.342	298.302	60	0,63
Maranhão (ao oeste do merid. 440)	257.451	2.451.359	648.673	1.802.686	73	9,52
TOTAL	4.871.487	7.133.119	2.621.567	4.511.552	63	1,46

Fonte: IBGE — 1970

3 — ASPECTOS ECONÔMICOS

A Amazônia caracteriza-se por sua economia subdesenvolvida, com base no complexo, extrativista de produção, e pelas relações sociais anacrônicas por ele gerado, apesar dos investimentos industriais que possibilitam mudanças estruturais. Apresenta panoramas ecológicos distintos e típicos.

A mão-de-obra e a renda se concentram nas atividades industriais, comerciais e de serviços básicos, porém com um aparelho de produção precário. Até a criação da SUDAM, a indústria, na Amazônia, era um setor desprezível da economia. Dos 1.800 estabelecimentos industriais existentes em 1960, 95% deles tinham menos de 20 empregados. As 80 empresas maiores, entre 20 e 100 empregados. A produção industrial da região, em relação ao resto do país, era reduzida em todos os setores. Com a SUDAM, surgiram enormes facilidades para a aplicação de capital em projetos industriais na Amazônia. Um ano depois da SUDAM, foi criada a SUFRAMA — Superintendncia da Zona Franca de Manaus — cujos objetivos eram atrair empresários para áreas interiores da Amazônia, desviando os investimentos da já relativamente grande cidade de Belém. Todas estas vantagens visavam a compensar os obstáculos ao investimento na Amazônia: falta absoluta de infraestrutura, comunicação, energia, etc.

Nos quatro primeiros anos de funcionamento, de 1967 a 1970, a SUDAM aprovou 257 projetos industriais, gerando cada projeto a média de 20 empregos novos. Hoje, a SUDAM continua sua ação de interiorizar o desenvolvimento na Amazônia, sofrendo, porém, algumas críticas, sobretudo dos industriais da capital guajarina. Os incentivos fiscais foram concedidos com as características dos que já existiam, na SUDENE, para o Nordeste. Trata-se de duas regiões bastante diferentes, que apresentam densidades demográficas consideravelmente diversas,bem como condições de transporte e de mercado distintas. A abertura e a melhoria das vias de integração da Amazônia com o resto do país enfraqueceram as barreiras naturais, protecionistas, que tornavam toda a Amazônia um mercado exclusivo das empresas lá estabelecidas. O melhoramento dos transportes entre o Norte e o Sul transferiu significativas áreas de mercado para os produtos sulistas.

Nas áreas rurais de agricultura comercial, a mão-de-obra é utilizada nas culturas do arroz, algodão, malva, cacau, guaraná, pimenta-do-reino e juta, sendo estas duas últimas as únicas produções expressivas no quadro geral da agricultura

brasileira. As produções são destinadas ao mercado, com círculos de produtores social e tecnicamente desajustados para desenvolver a produção.

Sucessivas levas de imigrantes têm chegada à Amazônia, para viver da agricultura, e todas, de uma forma ou de outra, fracassaram, devido à baixa fertilidade do solo e à carência de recurso técnicos, principalmente.

A pecuária bovina é desenvolvida de forma extensiva e rotineira, tendo os criadores uma base precária para uma criação mais racional, visando a um mercado competitivo sempre crescente. Existem também o problema da consagüinidade do rebanho e o da pobreza dos campos das terras firmes. Como conseqüência, os rebanhos têm baixos padrões zootécnicos e forte descapitalização anual.

O extrativismo, sistema primitivo de economia fundado na coleta de produtos naturais da floresta, na caça e no garimpo, foi a base do povoamento da Amazônia, e hoje está em decadência rápida e dramática. A Amazônia ainda é a principal fonte de borracha, gomas, castanhas, guaraná e outros produtos extrativos, mas esses produtos já não fazem a riqueza da região e encontram graves problemas. A caça profissional de animais silvesters foi probida. A borracha artificial e as seringueiras cultivadas racionalmente estão liquidando o mundo antigo dos donos da borracha. Mesmo assim, o extrativismo ainda é o sistema que emprega maior número de pessoas entre os habitantes do Acre e do Amazonas. Nessas regiões, a atividade extrativa forma o centro do sistema econômico regional, existindo uma correlação direta entre o anacronismo e a pequena produtividade da economia coletora e os baixíssimos padrões de vida médios, estando a mão-deobra em constante desemprego, em paupérrimas condições materiais e sociais, sub-alimentada e com grande mortalidade, principalmente infantil.

A navegação fluvial ainda constitui o principal meio de transporte da região, sendo possível a utilização de toda uma gama de embarcações. Por isso, a Amazônia teve seu povoamento localizado às margens dos incontáveis rios. A rede rodoviária segue linhas coloniais de ligação entre os centros urbanos mais desenvolvidos e pequenas localidades vizinhas. Sua expansão foi obstaculizada pela densa floresta e grande quantidade de rios. Essa situação durou até quando foi inaugurada a rodovia Belém-Brasília, fazendo com que Belém se ligasse ao resto do país. De 1960 a 1970, nova estrada é aberta, a que liga Cuiabá a Porto Velho, sendo uma rodovia mais

importante, em termos econômicos, que a própria Cuiabá-Santarém, que se encontra em fase de construção.

4 — A TRANSAMAZÔNICA

A Transamazônica é uma estrada de terceira classe: largura de 8,60 m, rampas máximas de 8% e raios de cúrva mínimos de 30 m. E de terra compactada, com revestimento primário de 20 cm compactados. Os rios, por que passa, quando tiverem largura superior a 100 m, serão atravessados por balsas de 60 toneladas ajudadas por rebocadores; quando menos de 100 m, serão construídas pontes de madeira.

Não nos interessa, aqui, analisá-la sob o ponto de vista estritamente técnico, nem considerar que são 2100 km atravessando parte da maior floresta tropical do mundo, cortando rios que variam de 800 a 2400 m e ligando vales que só tinham acesso pela via fluvial. O que devemos levar em conta é o que ela representa para os 74% do Brasil, representados pelo Nordeste e pela Amazônia, envolvendo aspectos geoeconômicos destas duas grandes regiões do país. Devemos considerá-la como medida de afirmação da soberania nacional, como primeiro passo de ocupação e desenvolvimento dos 50% do território nacional que estavam escondidos de nós.

Ela começa em Estreito, na divisa de Goiás com o Maranhão, onde a Belém-Brasília atravessa o estrangulamento do Rio Tocantins. Até esse ponto, todo o Nordeste tem acesso rodoviário. Partindo daí atravessa os 740 metros de largura do Rio Araguaia, chegando a Marabá na confluência do Itacaiúnas com o Tocantins. Em Marabá, há grandes castanhais e garimpo de diamantes, porém assombram-nos as reservas de minério de ferro da Serra dos Carajás, que se mostram superiores às do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. De Marabá, a estrada desce o Tocantins, pela margem esquerda, chegando a Jatobal. Aí, há uma bifurcação, saindo um ramo até Tucuriú, para substituir a deficiente estrada-de-ferro que existe entre as duas cidades, pois neste trecho o Tocantins é encachoeirado, não permitindo a navegação. De Jatobal, a Trasamazônica busca o Xingu, chegando à cidade de Altamira, onde tem cerca de 1.600 m de largura. O Munimício de Altamira conta com mais ou menos a superfície da França, e foi desapropriado em grande parte, por interesse social de colonização. Em torno da confluência do Rio Fresco com o Xingu, está o Projeto Xingu, onde há indícios da existência de cobre e chumbo. Fala-se também em antracito, entre o Araguaia e o Fresco. De Altamira, a Estrada se dirige ao Tapajós, passan-

do por faixa de terra preta de 600 por 140 km, chegando a Itaituba, onde o rio tem cerca de 2.400 m de largura. De Itaituba, ela sobe pela margem esquerda do Tapajós, passando pela região do Projeto Tapajós (ouro e estanho), alcança a base aérea de Jacareacanga, toma a direção dos rios Sucunduri (estanho e manganês) e chega à cidade de Humaitá, no Rio Madeira. A Transamazônica, propriamente dita, termina nessa cidade, pois já está em construção a estrada Manaus-Humaitá-Porto Velho, que a ligará à Brasília-Acre. Estes 2100 km, de Estreito a Humaitá, dariam para ligar Lisboa a Haya, atravessando Portugal, Espanha, França e Bélgica. A razão de seu traçado resulta da necessidade de ligar os vales e complementar a rede fluvial existente, passando pelos portos onde esta termina e onde parou a penetração do elemento branco colonizador.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos este pequeno trabalho,trazemos para o texto final três observações de um engenheiro agrônomo e de um economista sobre os princípios que devem definir uma política de povoamento na Amazônia:

1) 'qualquer que seja a política imigratória para a Amazônia, ela deve apoiar-se em estudos sobre a dinâmica demográfica nacional;

2) o extrativismo, que serviu para atrair imigrantes no passado, deve ser substituído pela produção racionalizada;

3) o desenvolvimento sócio-econômico da região constitui o único meio viável de atrair e fixar populações na Amazônia'.

Dentro destes princípios, a rodovia Trasamazônica é instrumento de primeira ordem para o plano de colonização já iniciado pelo INCRA.

A Transamazônica representa:

1. ocupação de imensa área vazia e inexplorada do território nacional, na qual a nossa soberania esteve ameaçada;
2. conexão rodoviávia dos pontos onde parou a penetração fluvial;
3. solução mais imediata para o grave problema social do Nordeste, destinando-se uma faixa de 100 km de cada lado do eixo a fim de ser colonizada racionalmente, sob a orientação do M. A. — INCRA;
4. acesso aos recursos minerais já conhecidos e em vias de exploração.

Resta-nos ver se os colonos terão a oportunidade de se radicarem definitivamente, adquirindo uma cultura, no sentido amplo deste termo, que lhes permita desenvolver atividades dentro do sistema implantado, sem se marginalizarem, como ocorreram casos no Brasil, mesmo com colonos europeus, também em iniciativas governamentais. Tal observação final deve ser levada a sério, neste entusiasmo inicial com as agrovilas, com as primeiras colheitas e com as fotos coloridas e sensacionais reportagens.

BIBLIGRAFIA

BARROS, Wanderbilt D. de **BONFIM**, Ronaldo F. de Sá — 1968 — COMO POVOAR A AMAZÔNIA in "A Realidade Brasileira",

GOUROU, Pierre — 1949 — Observações Geográficas da Amazônia Suplemento especial de "A Folha de São Paulo", de 12-5-68. in "Revista Brasileira de Geografia", ano XI, n.º 3.355-409, IBGE, Rio.

FERREIRA REIS, Artur César — 1968 — A Amazônia e a cobiça internacional 3.ª ed. Gráfica Record. Edit. Rio de Janeiro (243pp).

INCRA — 1972 — Colonização da Amazônia —PIN — Brasília, ilustr. (34pp).

PANDOLFO, Clara — 1971 — A Amazônia. Seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização, in "Boletim Geográfico", n.º 221, ano 30. Fundação IBGE. Rio de Janeiro (35-97).

PENTEADO, Antônio Rocha — 1959 — Panorama do mundo tropical in "Anuário da FFCL Sedes Sapientiae" — PUC — São Paulo (75-98).

PENTEADO, Antônio Rocha — 1972 — Bases geográficas da ocupação da Amazônia in "Problemas Brasileiras", Ano X, n.º 110, SESC, S. Paulo.

RIBEIRO, Gildásio — 1968 — Governo Brasileiro tem plano para fixar homem na Amazônia, in "Boletim Geográfico", n.º 205, ano 27, 63-71.

SILVEIRA, João Dias da — 1951 — Considerações em torno da Geografia Tropical, in "Boletim Paulista de Geografia", n.ç 8. S. Paulo, 35-44.

TAVARES, V.P., **CONSIDERA**, C.M. e **CASTRO E SILVA**, M.T.I.L. de 1972 — Colonização dirigida no Brasil. Suas possibilidades na região amazônica. IPEA. Relatório de Pesquisa, n.º 8, IPEA/INPES/Rio Jan.

VALVERDE, Orlando — 1969 — A Amazônia Brasileira. Alguns aspectos sócio-econômicos, in "Boletim Geográfico" 208, ano 28. IBGE — Rio de Janeiro.

VÁRIOS — 1944 — A Amazônia Brasileira (Excertos da "Revista Brasileira de Geografia", G.N.G./IBGE — Rio de Janeiro)479pp).

LE COINTE, Paul — 1922 — L'Amazonie brésilienne. Challamel, Paris (dois volumes, 528 e 495 págs.).

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Odorino Breda Filho*

Cabe aos brasileiros o dever indeclinável de ocupar a Amazônia que a História nos legou. Perdê-la, ainda que parcialmente, para qualquer potência estrangeira, seria um desastre irrecuperável. Provaria sermos indignos da herança pela qual os bandeirantes e os lusos tanto batalharam. Aos pósteros, deixaríamos a Nação alijada de quase um subcontinente, de riquezas e possibilidades ainda mal conhecidas, mas inegáveis. Não lhes legaríamos orgulho, mas vergonha, especialmente se a perda viesse a ser pacífica e consentida.

E, apesar de lesados, ainda assim seríamos criminosos. Teríamos frustrado as esperanças de, talvez, a maior parte da Humanidade, que vê, no exemplo brasileiro, com Ordem e Progresso, a saída do círculo vicioso de miséria, analfabetismo, mortalidade precoce, subdesenvolvimento, dependência econômica, submissão política. Seria danoso, também, para o restante da Humanidade, que, na opulência e no superdesenvolvimento da tecnologia, voltaria a crer na política da força, na diplomacia das canhoneiras e dos tanques. Seria ignorar a lição de que, se a dominação humilha o vencido, pior faz ao vencedor, porque o leva à ambição de novas conquistas, ao lucro fácil, ao ócio, à dissolução dos costumes, e, por fim, à decadência.

Portanto, a Amazônia tem de ser nossa, não apenas de Direito, mas também de Fato.

Para cumprir essa finalidade, o Governo vem tomando medidas: levantamento de toda a região; abertura de rodovias, portos e aeroportos; Zona Franca de Manaus; deslocamento e criação de unidades militares; núcleos de povoamento, assistência médico-hospitalar, escolas, estímulos e assistência à agricultura e à pecuária, indústria, etc.

---

* Médico (Ginecologista e Obstetra). Colaborador da CNDDA em S. Paulo.

Aos poucos, mesmo pelo noticiário fragmentário dos jornais, sente-se que os frutos começam a despontar: Manaus cresce, surgem algumas indústrias, as rodovias vão-se fixando, aparecem novos nomes, onde o mapa era um imenso vazio, localizam-se importantes riquezas minerais: ferro, bauxita, cassiterita,diamantes; estuda-se o potencial hidrelétrico, a Petrobrás faz sondagens, nas "ilhas de terra mais fértil plantam-se cana, arroz, banana, mandioca, café, outros empreendimentos se orientam para a pecuária, a indústria madeireira, turística etc.

Talvez, um recurso para o grande problema das terras fracas (onde, parafraseando Eça de Queirós, se poderia dizer: **"o deserto esquálido de areia, sob o manto luxuriante da floresta")** esteja na produção de celulose, cuja carência é mundial.

A medida que se derrubassem árvores, e antes que o escasso húmus pudesse ser levado pelas chuvas, seria plantado bambu. Há muitíssimas variedades dessa gramínea, em todo o mundo tropical, produtoras de excelente celulose, de crescimento rápido, enraizamento abundante, capaz de fixar o solo.

Tem ainda outras utilidades, o bambu: serve à construção de casas, embarcações, utensílios domésticos, alimento para o Homem e para os animais. Serviria, até, para produzir oxigênio, já que um dos perigos apontados na ocupação da Amazônia seria a diminuição desse elemento vital na atmosfera da Terra. Evidentemente, só se pensou em manter a produção (graciosa) do gás, em território brasileiro; mas ninguém pensou em reduzir o consumo dele, nas máquinas e fornalhas do mundo industrializado. . .

Mas, se tudo caminha bem, por que insistirmos na mesmo tema?

Na verdade, há muitas razões pelas quais os brasileiros (e também os demais povos em desenvolvimento) devem manter-se atentos à questão da Ocupação da Amazônia.

Nessa região já se desenrolaram experiências únicas, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Drama da Borracha, a Fordlândia, e, atualmente, a maior obra rodoviária do mundo, nessa latitude.

No imenso "laboratório" da Amazônia, quantos modificações não sofrerá a Ciência importada das zonas temperadas e frias? Quando essa aclimatação se verificar, o Brasil terá muito que ensinar aos outros países tropicais. Nossas Universidades serão a Meca de estudantes latino-americanos, africanos ou da Oceânia. Então, teremos conquistado uma das maiores áreas vazias do Globo (antes que outros o façam. . .).

Seremos uma das maiores nações da Terra, tanto em número, como em extensão territorial, pujança econômica, e até mesmo em Felicidade, pois não temos problemas raciais, nem religiosos, nem mesmo políticos. Os inimigos políticos, no Brasil, chegam a se querer bem...

Nessa marcha para um futuro grandioso, só pressentimos um inimigo, e perigoso, porque disfarçado de inofensivo, até de benéfico: o controle da natalidade.

A idéia não é brasileira, nem poderia ser. O Brasil recebe emigrantes de todos os tipos. Se, ao "banquete da vida" convidamos os estrangeiros (e benvindos os que vêm irmanar-se conosco), como recusar o convite aos nossos próprios descendentes? Pois se um de nossos problemas é exatamente a falta de população...

Certamente, temos meia dúzia de cidades superpovoadas. Mas, há mato e cobras a poucas léguas de qualquer uma delas. Logo, o caso é de distribuição, não de superpopulação.

Não é absurdo temer superpopulação, quando a densidade demográfica anda pelos mais baixos índices do mundo?

Se, com terras totalmente aproveitáveis, e clima bom, aos 10 habitantes por km2 já nos vêm propor a limitação da natalidade, que devemos aconselhar à Holanda, Inglaterra, Japão etc, com 300 por km2? O extermínio de 290 habitantes por km2, para que os 10 restantes possam viver como vivem hoje os brasileiros?

Os Estados Unidos têm superfície semelhante à do Brasil, e mais do dobro de população. Por que ficaram mais ricos, e não duas vezes mais pobres do que nós? Se uma hecatombe exterminasse 50% dos norteamericanos, a metade restante ficaria duas vezes mais rica, duas vezes mais poderosa, duas vezes mais feliz?

Evidentemente, tais absurdos decorrem da idéia formulada por Malthus, em 1798.

O economista Malthus, ao imiscuir-se em biologia, deixou-se apavorar pelo ramo ascendente da curva logarítmica, assintótica, que expressa o crescimento de qualquer população de seres vivos. Ignorou totalmente o ramo descendente dessa mesma curva, que conduz à estabilização da população estudada. Como poderia ele desconfiar da lei de Verhulst, Pearl, Reed, que só seria descoberta meio século depois? Se não fosse a limitação natural, expressa pela citada lei, o mundo estaria abarrotado de ratos, por exemplo. Cada casal, num ano, se não encontrar barreiras, teoricamente, transforma-se num lote de 860 indivíduos, isto é, 430 casais, prontos, cada casal, a reniciar a tarefa. Nos milhões de anos, que a espécie

já tem, a densidade da população de ratos seria incalculável, astronômica. Ainda que a fome os limitasse, um tal número de ratos, onívoros, deixaria o mundo pelado, sem nenhum alimento para qualquer outro vertebrado.

No entanto, isso não ocorreu até agora, nem ocorrerá nunca, nem com ratos, nem com homens, nem com espécie alguma.

A Biologia tem suas leis, às vezes incompreendidas por nós, mas inexoráveis, e são elas que determinam o número de indivíduos de determinada espécie, em determinado momento, num determinado local. Sempre que o Homem tentar intervir decididamente ("melhorando" o que Deus, ou a Natureza, fez), mais cedo ou mais tarde colherá frutos amargos — se colher algum...

Malthus falhou ao admitir que tudo continuaria seguindo a diretriz manifesta até determinada ocasião. Segundo esse reciocínio, quem lê estas linhas está vivo. Se continuar tudo como está, isto é, lendo, estará sempre vivo, e, portanto, terá burlado a morte...

No século XVIII, desconheciam-se as leis da genética, os microorganismos, a assepsia; Darwin ainda não tinha lançado sua teoria (a propósito: sem densidade de população, como haveria a "luta pela vida", e a seleção dos mais aptos? Como haveria progresso, sem concorrência, e como haveria concorrência, sem competidores? E como haveria competidores, se o controle da natalidade eliminasse o motivo da competição?)

Malthus ignorava até mesmo a experiência do Antigo Egito, onde já se sabia que a natalidade diminui espontâneamente, ao elevar-se padrão de vida. Na verdade, como poderia ele saber disso, se os hieroglifos ainda não haviam sido decifrados?

Portanto, desculpemos o economista inglês.

Mas, que pensar de seus pretensos seguidores atuais (porque Malthus pregava a abstinência sexual voluntária, não o coito inconseqüente)?

Evidentemente, não são ignorantes, muito ao contrário...

Serão bem intencionados, ao gastar polpudas verbas "para garantir o bem-estar do mundo subdesenvolvido?" Serão uma nova modalidade de santos, com a diferença que, desta vez, são pagos e orientados pelos respectivos governos? Se são realmente tão bons, por que não nos doam fontes de riqueza, como usinas elétricas, refinarias de petróleo, indústrias? Estarão realmente aflitos com a prática do aborto criminoso? Então, por que seus missionários não se empenham em recuperar as moças desencaminhadas, ao invés de, pura

e simplesmente, dar-lhes pílulas ou enfiar um DIU no útero? Ou, então, por que não vão combater o aborto na pátria deles, onde é mais freqüente do que aqui, muitas vezes até oficializado, legalizado?

Ora, lembremo-nos do ditado: 'Quando a esmola é muita, o santo que desconfie..."

Fiquemos com nossos costumes tradicionais: que cada um cuide de sua família, e a faça do tamanho que julgar conveniente. Quando necessário, que consulte o médico de confiança.

Isto é muito diferente das campanhas impessoais, de massa, onde cada mulher é encarada como uma fonte poluidora, a ser entupida tão eficazmente quanto possível, para não desafiar a meta de um poder supranacional. Seus agentes, teleguiados, recebem soldo de origem obscura, com finalidades malígnas, tanto assim que inconfessadas, e inconfessáveis: visam à queda da vitalidade do país onde se implantam.

Sabemos que há brasileiros dignos, até patriotas, nesse mister inglório e nefasto. Almas cândidas, não precavidas contra o maquiavelismo da política internacional, tomam a nuvém por Juno. Vítimas, eles próprios, da campanha meticulosamente planejada e financiada por ardilosas forças extranacionais, julgam prestar serviço à Pátria; e, sem o saberem, fazem o oposto.

São os "inocentes úteis" da atualidade, os quais haverão de, algum dia, abrir os olhos.

Quanto à imensa maioria de nosso povo, que não se iluda com maviosos cantos de sereia, nem se assuste com espantalhos de mini-apocalipses, predatados para o ano 2000. Que cada um, pura e simplesmente, cumpra o seu dever, dando o melhor de si, onde estiver, durante às 24 horas de cada dia, dia após dia. O glorioso resultado virá por si, a despeito dos que pretendem impedir a Marcha do Brasil para o justo lugar que o Futuro lhe reserva.

AJURICABA FALA PELA BOCA DO TEMPO

Ajuricaba Brasil *

Meu nome é Ajuricaba. Filho de Uiebéue. Neto de Caboquena. Pertenço à tribo Manau, que, ao lado das tribos Baniva e Baré, viveu nas margens do Rio Negro. Éramos todos guerreiros da grande Nação Aruaque.

Nosso povo vivia em paz na Grande Planície. Vivíamos da caça, da pesca e da mandioca.

Caboquena, meu avô, custumava dizer que o Grande Espírito conhecia a existência de outros povos, bem mais adiantados que os povos das nações Aruaque, Caribe e Guarani.

Essa gente, afirmava Caboquena, sabia trabalhar a terra melhor do que nós; usava armas mais leves e mais certeiras para a caça e para o combate. E navegava em enormes pirogas de asas brancas.

Caboquena nos disse que essa gente já havia chegado à boca do Grande Rio e que, em breves dias, estaria no Rio Negro. Viria nos ensinar a viver de acordo com seus costumes: trazer o progresso para todo o povo do vale do Grande Rio.

Caboquena disse tudo isso e Ajuricaba achou bom.

Uiebéue envelheceu e entregou a mim, Ajuricaba, seu filho, o cocar de chefe dos guerreiros manaus.

O tempo passou, até que um dia, finalmente, vi lá no horizonte, subindo as águas do Grande Rio, as imensas pirogas dos homens brancos.

Quando, porém, os brancos chegaram à casa de meu pai, eu senti em seus olhos o engano e a mentira. Caboquena e meu pai fecharam os ouvidos às desconfianças de Ajuricaba. Reuni então os guerreiros de minha taba e fugi para as matas.

Os brancos, conforme eu sentira, não tinham vindo trazer coisa alguma. Eles haviam subido o Grande Rio em busca

* Pseudônimo de antigo jornalista, participante das campanhas nacionalistas.

de nossas riquezas. E, como meu pai se opusesse a seus propósitos, eles o mataram.

Ajuricaba convocou então os guerreiros para expulsar de suas terras os invasores portugueses.

Durante vários sóis e várias luas lutamos sem desfalecimento.

Nossas bordunas e nossos arcos, no entanto, pouco valeram ante os mosquetes e os canhões dos guerreiros brancos. E eles eram em número muito maior.

Vi tombarem, um a um, a meu lado, os grandes guerreiros de minha tribo. A luta só teve fim quando me aprisionaram e levaram-me acorrentado para uma de suas pirogas.

Caboquena havia-me ensinado que o homem deve viver livre. Fui criado correndo livre pelas selvas, cantando os nossos cantos de guerra e dançando nossas danças sagradas.

Se, para viver, tem-se que ser livre, que significado poderá ter a vida quando se está preso e acorrentado?

Ajuricaba não tinha nascido para ser escravo. Assim, quando a grande piroga deixou as águas do Rio Negro e penetrou no Grande Rio, reuni todas as minhas energias e, arrastando os grilhões que me prendiam, atirei-me nas águas barrentas do Amazonas.

Meu corpo foi parar lá no fundo do Rio. Meu espírito, porém, foi-se juntar, lá no espaço, aos espíritos de meus ancestrais, de quem bebeu a luz e a sabedoria.

Assisti então meu povo mesclar-se com os invasores. Parte dele apenas. A maioria foi empurrada para as florestas da Grande Planície.

Os **trazedores de progresso** continuaram vindo. Continuaram depredando nossas matas e carregando nossas riquezas.

O povo que resultou da união dos de minha raça com os da raça dos invasores, instalou-se pacificamente em Manaus e outros núcleos humanos. Conseguiu ir sobrevivendo durante muito tempo, negociando as riquezas da planície com homens vindos de outras terras.

* * *

Muita água rolou pela boca do Grande Rio.

Um dia, eu vi outros navios singrando as águas do Amazonas. Eram outros brancos que chegavam. Eles fizeram de Manaus uma cidade brilhante. Com luz elétrica, telefone, um grande porto, e um teatro magnífico.

Pareceu-me acertado. Pensei então que, finalmente, alguém chegara à planície para ajudar seu povo a se libertar da miséria e do atraso seculares.

Engano. Todo aquele conforto era para a comodidade própria dos novos invasores. Uma vez mais, eles não tinham vindo trazer, mas carregar. Era a borracha. Manaus viveu dias de glória e de esplendor. Plantaram outros aglomerados humanos pela floresta amazônica. Não como núcleos civilizadores. Para servirem, isto sim, de estações coletoras de borracha.

O **progresso** da Amazônia durou pouco. A borracha caiu de preço nos mercados internacionais. Os loiros **trazedores de progresso** carregaram mudas da planta para cultivar a goma em outras terras. Caiu o preço da borracha e com ele os dias bons dos que trabalharam em sua extração. Manaus e a planície voltaram a mergulhar no marasmo. Nas selvas nasceu um escravo: o seringueiro, explorado pelos seringalistas.

Enquanto o povo da planície ia mergulhando na miséria, os forasteiros continuavam a transitar pelas florestas, carregando minérios e levando peles e madeiras preciosas. Quase se extinguiram os jacarés, o pau rosa e o mogno. Cientistas de todas as partes do mundo andaram ciscando pelas encostas das montanhas do Norte e do Grande Planalto Central, procurando minerais diversos.

* * *

Vieram os anos 40. O mundo entrou em guerra. As grandes nações aliadas necessitavam de borracha. E a borracha estava aqui. A Amazônia foi invadida de novo. De bom. o que fizeram foi sanear algumas áreas. O objetivo era evitar que os invasores fossem contaminados pelas doenças que já eram nosso "patrimônio". Desafortunados, vindos de outros cantos do país, juntaram-se aos trabalhadores da planície, e se internaram nas selvas para dar borracha ao mundo.

Qundo a guerra terminou, teve fim também aquela etapa de bons dias, para a gente da planície. A Amazônia foi esquecida de vez pelos que mandavam nesta Nação. Em troca de algumas atitudes paternalistas, aventureiros continuaram a cavocar o solo e a carregar amostras de minérios raros Eles vieram por terra, pelos rios e pelos ares. Só na cabeceira do Rio Branco, eu vi descerem e subirem muitos aviões carregando minerais. E vi muitos homens loiros vasculhando as selvas, perscrutando o solo com seus aparelhos, à procura de minérios atômicos.

Enquanto isso, o povo da Amazônia continuava sem escolas, sem hospitais e até mesmo sem ter quase o que comer (1) Apenas o guaraná e o pirarucu iam mantendo de pé os remanescente da Grande Nação Aruaque.

* * *

Aí estão eles, mais uma vez. Manaus tornou-se um grande empório comercial. Carros bonitos cruzam suas ruas, carregando a prosperidade dos comerciantes

Máquinas enormes rasgam a floresta, abrindo dois grandes caminhos, em cujas margens vão surgindo novos aglomerados humanos. Uma estrada vem pelo Sul, beirando o planalto central. A outra atravessa os Campos Gerais, pelo Norte, beirando as encostas das grandes serras.

Duas grandes estradas!

Para quê?

O que vem fazer essa gente toda, formigando pelas terras da Amazônia, em benefício de seus primeiros habitantes?

Será que, por fim, eles vêm trazer algo de bom para nós?

Teria soado a hora da Redenção para o meu povo?

Esses caminhos imensos destinam-se a levar a prosperidade e o bem-estar a todos os recantos da Grande Planície?

Ou como:

— quando brandi minha borduna contra os portugueses,
— quando os ingleses vieram,
— quando o Exército da Borracha chegou aqui, nos anos 40,

essas duas grandes estradas — essa bela Transamazônica cantada em prosa e verso — irão servir apenas para carrear rio abaixo as riquezas incomensuráveis que o Grande Espírito espalhou pela planície para o bem-estar do povo da Grande Nação Aruaque?

O coração de Ajuricaba já não sabe se deve encher-se de esperança ou de angústia pelo destino dos netos de seus netos.

---

(1) — O autor destas linhas, em 1964, recebeu um pedido de desculpas da proprietária do Hotel de Porto Velho por não ter para lhe servir, como almoço, senão arroz com ensopado de mamão, com... mamão.

A VOZ DO PROGRESSO

Raimundo Bevilaqua*

AMAZONAS de Rios Multicores
e lindos frutos pela selva esbelta,
de alvorecer com pássaros cantores
e ÍNDIOS DESTEMIDOS na floresta:

Ouço a zoada estridente dos tratores,
o Progresso em teu solo faz a festa;
abrindo estradas pela mata em flores,
és a **PÁTRIA DIVINA** que desperta!

AMAZONAS, a tarde vem findando;
O Sol pelo Infinito vai rolando,
majestoso num Céu Primaveril!

Mas os tratores cantam, desbravando
as matas seculares, implantado
O Progresso Ditoso no **BRASIL!**

---

* Economiário. Poeta Cearense.

ÍNDICE

Composto e impresso nas oficinas da
GRÁFICA EDITORA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72 — RIO - GB.



CNDDA
Comissão Nacional de Defesa e
pelo Desenvolvimento da
Amazônia



Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura

